



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXVIII — Nº 002

QUINTA-FEIRA, 3 DE FEVEREIRO DE 1983

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 2^a REUNIÃO PREPARATÓRIA, EM 2 DE FEVEREIRO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — FALA DA PRESIDÊNCIA

Finalidade da presente reunião, destinada à eleição e posse do Presidente do Senado Federal para o biênio 1983/1984.

1.3 — ELEIÇÃO DO PRESIDENTE

1.4 — PROCLAMAÇÃO DO SR. NILO COELHO, PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

1.5 — PRONUNCIAMENTO DO SR. PASSOS PÔRTO AO PASSAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

1.6 — PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE NILO COELHO AO ASSUMIR A PRESIDÊNCIA

1.7 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação da 3^a Reunião Preparatória a realizar-se hoje, às 10 horas e 50 minutos, destinada à eleição e posse dos demais membros da Mesa.

1.8 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 3^a REUNIÃO PREPARATÓRIA, EM 2 DE FEVEREIRO DE 1983

2.1 — ABERTURA

2.1.1 — Fala da Presidência

Finalidade da presente reunião, destinada à eleição dos Vice-Presidentes, dos Secretários e dos Suplentes de Secretário da Mesa do Senado Federal para o biênio 83/84.

2.2 — REQUERIMENTO

Nº 1/83, subscrito pelos Srs. José Lins e Humberto Lucena, solicitando que a eleição para o preenchimento dos cargos de 1^º e 2^º Vice-Presidentes e 1^º, 2^º, 3^º e 4^º-Secretários, seja feita em um único escrutínio. Aprovado.

2.3 — ELEIÇÃO DOS VICE-PRESIDENTES E SECRETÁRIOS

2.3.1 — Proclamação dos Senadores Moacyr Dalla e Jaison Barreto, respectivamente, 1^º e 2^º Vice-Presidentes do Senado Federal; Senadores Henrique Santillo, Lenoir Vargas, Milton Cabral e Raimundo Parente, respectivamente, 1^º, 2^º, 3^º e 4^º-Secretários.

2.4 — ELEIÇÃO DOS SUPLENTES DE SECRETÁRIO

2.4.1 — Proclamação dos Senadores Marcelo Miranda, Odacir Soares, Almir Pinto e Martins Filho, Suplentes de Secretário.

2.5 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional destinada à instalação da 1^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura.

2.6 — ENCERRAMENTO

3 — EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR-GERAL

4 — CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CEGRAF

Atas da 74^a a 77^a Reuniões

5 — ATAS DE COMISSÕES

ATA DA 2^a REUNIÃO PREPARATÓRIA, EM 2 DE FEVEREIRO DE 1983

1^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PASSOS PÔRTO E NILO COELHO

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Ga-

delha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Severo Gómes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Bor-

ges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — José Richa — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A lista de presença accusa o comparecimento de 67 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

A presente reunião preparatória destina-se à eleição e posse do Presidente do Senado Federal, que dirigirá os trabalhos da Casa durante as duas primeiras sessões legislativas da 47ª Legislatura.

De acordo com o disposto no art. 63 do Regimento Interno a eleição far-se-á por escrutínio secreto e maioria de votos, presente a maioria da composição do Senado.

Irei suspender a reunião por alguns minutos a fim de que os nobres Senadores possam munir-se das respectivas cédulas.

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 10 horas e 5 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 10 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está reaberta a reunião.

O 1º-Secretário irá proceder à chamada, do Norte para o Sul. À medida em que os Srs. Senadores forem sendo chamados, deverão ir depositando os votos na urna.

Procede-se à chamada.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudio Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Severo Gomes — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Álvaro Dias — José Richa — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está concluída a votação.

Vai-se proceder à contagem das sobrecartas.

Designo para servirem como escrutinadores os Srs. Senadores Moacyr Duarte e Gastão Müller.

(Procede-se à contagem das sobrecartas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Foram encontradas na urna 58 sobrecartas, número que coincide com o de votantes.

Vai-se proceder à apuração.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — É o seguinte o resultado da votação:

Para Presidente — Senador Nilo Coelho, 58 votos. *(Palmas.)*

Tenho a honra de proclamar Presidente do Senado Federal para a 1ª e 2ª Sessões Legislativas da 47ª Legislatura, o Senhor Senador Nilo Coelho. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Srs. Senadores,

Após o ato constitucional e regimental a que demos cumprimento, cabe-me, em nome da Mesa presidida pelo grande brasileiro Jarbas Passarinho, transmitir ao ilustre Senador por Pernambuco, Nilo Coelho, a Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Antes de fazê-lo, no entanto, desejo dizer a este Plenário a Mesa que ora encerra a sua missão se julga credora da memória desta Casa, consciente de que não fez tudo o que pretendia, mas realizou o que foi possível, preocupada menos com as possibilidades de que com as limitações.

Dirigimos à Casa num biênio de transição política, num quadro de reabertura pluripartidária, sem os indispensáveis instrumentos institucionais da nova realidade que urgia resgatá-los; foi-nos possível, no entanto, viver a serviço do Poder Legislativo, guardando a Constituição e as Leis que regem a

nossa instituição e desempenhando fiel e lealmente o mandato de dirigentes do Senado e do Congresso Nacional.

A Mesa que se vai não incorporou grandes obras ao monumental complexo arquitetônico e administrativo do Senado, mas deixou no seu desempenho a marca de uma equipe liberal e humana, voltada sobretudo para a valorização do servidor da Casa e para as franquias, as mais amplas, ao desempenho da atividade parlamentar e de informação dos trabalhos desenvolvidos nesse biênio ora findo.

Agora, para dirigir os trabalhos do Senado e do Congresso durante as duas primeiras Sessões Legislativas da Quadragésima Sétima Legislatura a vontade desta Casa acaba de eleger o grande homem público, Deputado, Governador e Senador Nilo Coelho. Sei que ele é o político que a sabedoria dos Srs. Senadores escolheu para esta hora importante da história contemporânea do nosso País. Todos confiamos e temos certeza que a sua esplêndida capacidade de diálogo, o seu talento, a sua longa e ampla vivência nos problemas e vicissitudes da vida política brasileira, farão do novo Presidente um grande condutor do Senado da República.

Ao agradecer a todos os Srs. Senadores, à Imprensa e aos servidores da Casa, a colaboração permanente que deram à Comissão Diretora, que ora desce, convido o nobre Senador Nilo Coelho que suba à Mesa, para, a partir de agora, possa iniciar a sua Presidência, que Deus ajude, a serviço do Congresso e da pátria. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Convidado a assumir a Presidência da Casa o nobre Senador Nilo Coelho. *(Pausa.)*

O Sr. Passos Pôrto deixa a Presidência, assumindo-a o Sr. Nilo Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Srs. Senadores:

Ao assumir a Presidência do Senado Federal, ponto culminante de minha vida política e parlamentar, desejo, em primeiro lugar, agradecer a V. Exs o honroso apoio, expresso na unanimidade dos votos, graças aos quais me vejo agora alçado a tão elevada posição, sentando-me na cadeira antes ocupada por notáveis homens públicos que tanto engrandeceram e enriqueceram as tradições desta augusta Casa.

Estou consciente de que assumo a Presidência do Senado Federal num dos momentos cruciais da nacionalidade. A 47ª (quadragésima sétima) legislatura se inicia sob o sinal de crise sem precedentes.

Para enfrentá-la e vencê-la o Poder Legislativo deve aproveitar a força renovadora que hauriu no último pleito e, ao realizar uma revolução de comportamento, alimentar um permanente e aceso debate de todos os problemas, promovendo um diálogo capaz de influir nas decisões dos rumos definidores do destino do País.

O bem comum, que nos cabe promover, exige a fertilidade do diálogo, da negociação e do entendimento.

Não há barreiras políticas insuperáveis, quando se trata de atender aos anseios do povo e aos interesses da Pátria.

Substituo nesta Presidência o grande Senador Jarbas Passarinho *(palmas)*, inegavelmente uma das maiores afirmações de político e parlamentar da atual geração de homens públicos brasileiros, que lamentavelmente nos vai privar do seu convívio nesta legislatura, mas que continuará lembrado pelo Senado como um dos seus mais ilustres integrantes. *(Palmas.)* Sua gestão, marcada pelo equilíbrio e o respeito às normas do Regimento, como da polidez política e da asabilidade pessoal, ressalta-se também pela dignidade e pela honradez. *(Muito bem! Palmas.)*

Jarbas Passarinho honrou e dignificou esta Casa e esta Presidência *(Palmas!)*

Dou as boas-vindas aos Srs. Senadores recém-empossados, na certeza de que o mandato que o povo de seus Estados lhes conferiu será exercido dentro dos parâmetros das mais nobres tradições do Senado.

Saudo especialmente os primeiros Senadores eleitos do novo Estado de Rondônia, que elevam o número de representantes da Câmara Alta e, por certo, elevarão também o nosso prestígio.

No desempenho da missão que me acaba de ser confiada, espero continuar contando com o indispensável apoio de todos. Meu propósito é o de manter intocada a dignidade do Poder Legislativo *(muito bem!)* e o de lutar ao lado de V. Exs pelo reconhecimento pleno das prerrogativas que lhe são imanentes. *(Palmas.)*

Tenho a exata noção das imensas responsabilidades que decorrem desta investidura.

O processo de democratização do País, conduzido com firmeza e determinação pelo eminente Presidente João Figueiredo, cumpriu sua mais importante etapa com a realização, no ano passado, de eleições livres, por isso mes-

mo verdadeiras. Eleições que promoveram significativas transformações no panorama político nacional, de inegável repercussão no período legislativo que estamos hoje iniciando e também na vida do País. A representação popular em todos os níveis foi renovada com proporções jamais igualadas e nos Estados o povo voltou a escolher pelo voto direto os seus Governadores, alguns dos quais filiados a Partidos da Oposição, tudo isso compondo a nova realidade política, dentro da qual o Governo e o Legislativo terão doravante de operar.

Ponto de honra do Presidente João Figueiredo é a consolidação democrática. Ninguém, em sã consciência, lhe negará o mérito de ter estabelecido novos e ascendenciais patamares na escala da Democracia.

E, a esta altura, a ninguém é lícito duvidar de sua determinação em resgatar a palavra empenhada.

Não há dúvida de que alcançamos a normalidade política em que vamos caminhar na direção do aperfeiçoamento democrático, cuja decorrência natural será a melhoria dos mecanismos institucionais, certamente com prioridade para a reforma da Constituição, tarefa que compete ao Congresso Nacional, a ser conduzida de forma pluralista e consensual.

A normalidade pressupõe o fim da confrontação política e o retorno à prática democrática da negociação e do entendimento entre as diferentes correntes partidárias, que no Legislativo representam a diversidade do pensamento da sociedade brasileira.

Esperamos, pois, que, sem perda da sua identidade ideológica e programática, os Partidos encontrem os caminhos do diálogo e da discussão construtiva das grandes questões nacionais, destacadamente daquelas relacionadas com a crise econômica em que nos achamos mergulhados e que reclama para sua solução, posicionamentos responsáveis.

Nos dois últimos anos, tive a honrosa incumbência de representar o pensamento do governo nesta Casa, como Líder da bancada da Maioria, o que foi facilitado pela colaboração dos companheiros de bancada e pelo amadurecimento da Oposição, conduzida com espírito patriótico pelo ilustre Líder Humberto Lucena, novamente na liderança da representação oposicionista. Travamos debates, às vezes veementes, mas prevaleceu sempre a lealdade na sustentação das nossas posições, circunstância que muito contribui para o fortalecimento do prestígio do Senado. Estou certo de que esse ambiente será aqui preservado em benefício da nossa Instituição e do País.

O exame da situação interna será incompleto se desconhecer a difícil conjuntura externa, marcada pelo profundo desequilíbrio econômico, principalmente pela perda de liquidez da maioria das Nações.

A angústia do presente não elimina, no entanto, a esperança do futuro. Nesta Casa, da inteligência, da sensibilidade política, da ação patriótica, da palavra ponderada dos seus ilustres integrantes surgirão as idéias que mudarão os rumos das crises.

Srs. Senadores!

Este é um momento de tomada de consciência das minhas novas responsabilidades e do papel que devo desempenhar nesta Casa.

Há 37 anos, um jovem universitário, saído de um sertão pernambucano, formava toda a sua inteligência e o seu cultivo na velha Bahia e a Nação inteira, sacudida, como o mundo inteiro também, numa convulsão social, se debatia numa luta: a liberdade contra a ditadura, a democracia contra a ditadura. E os homens que eu vi, nos idos da minha mocidade — muitos eu encontrei aqui no Congresso, já encanecidos — não pregaram esse ideal em vão. Aqueles professores, no anfiteatro das suas escolas terminavam todas as aulas com essa pregação democrática e libertária, Nelson Carneiro, Edson Carneiro, Luiz Viana, Aliomar Baleeiro, Jaime Junqueira Aires e Nestor Duarte, para falar nestes poucos. Lembro os velhos mestres da Escola de Medicina, onde eu, Lourival Baptista e Lomanto Júnior ouvíamos Eduardo de Moraes, Aristides Noviz, Álvaro de Carvalho, pregar em a democracia, e nós sentíamos vontade de sair para o campo de luta da Itália para derrubar, primeiro, a ditadura. Dessa coisas se imbuímos a mocidade naquele tempo. Não havia diretórios acadêmicos, e o presidente da Legião Acadêmica, hoje, é o Presidente do Senado do Brasil.

A mensagem que eu tenho aos moços é o cultivo da política, é o aprimoramento, é a lição primeira de defender a liberdade.

E parece que estou a ver Samuel Mac Dowel recitar os versos de Longfellow. "Onde houver injustiça, liberdade. Onde houver opressão, liberdade. Onde houver angústia, liberdade. Liberdade, liberdade, liberdade." Esta Casa tem o vulto de Ruy Barbosa, ali, a nos contemplar; o civilista e o homem da lei. Que este seja o nosso guia nesta hora grave, trinta e sete anos depois. Parece que poucas coisas fizemos, porque naquela posse de ontem os jovens todos que circulavam nos corredores eram aqueles mesmos de trinta anos passados, que procuravam as mesmas coisas que o Presidente do Senado hoje anuncia que estamos procurando fazer.

Srs. Senadores, com estas palavras eu creio que, ao assumir a Presidência do Senado Federal, estão presentes em mim muito mais os deveres que tenho para com a Nação e os meus pares, do que o mero enlevo no exercício de um destino reservado pelas horas da vida pública.

Minha palavra não se omitirá, nem minhas mãos estarão presas diante da legítima decisão que assumo do bem servir.

Asseguro-lhes que esta Presidência contribuirá vivamente com todo o seu esforço para a análise e soluções que requeiram o momento brasileiro, nas definidas esperanças de nossa gente.

Conto com todos. Haveremos de, juntos, promover os encontros que realizem a parceria da construção nacional.

De todos espero não apenas o apoio passivo, mas a colaboração constante, construtiva e até apaixonada dos eminentes companheiros. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Antes de encerrar a presente reunião convoco os Srs. Senadores para a 3ª Reunião Preparatória, a realizar-se hoje, às 10 horas e 50 minutos, a fim de se proceder à eleição e posse dos demais membros da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 40 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO PREPARATÓRIA, EM 2 DE FEVEREIRO DE 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. NILO COELHO

ÀS 10 HORAS E 50 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Cláudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távorá — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro

— Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fratelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — José Richa — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 67 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente reunião destina-se à eleição e posse dos Vice-Presidentes, dos Secretários e Suplentes de Secretário.

Estabelece o § 4º do art. 63 do Regimento Interno que, por proposta de 1/3 do Senado ou de Líder que represente este número, a eleição para preenchimento dos cargos de 1º e 2º Vice-Presidentes, e 1º, 2º, 3º e 4º Secretários poderá ser feita em um único escrutínio.

Neste sentido foi encaminhado à Mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

(É lido e aprovado o seguinte)

REQUERIMENTO N° 1, DE 1983

Senhor Presidente

Nos termos do § 4º do art. 63 do Regimento Interno, requeremos que seja feita em um único escrutínio a eleição para o preenchimento dos cargos de 1º e 2º Vice-Presidentes e 1º, 2º, 3º e 4º-Secretários.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 1983. — *José Lins — Humberto Lucca.*

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Aprovado o requerimento, vamos passar ao primeiro escrutínio, destinado à eleição do 1º e 2º Vice-Presidentes e dos Secretários.

O Sr. 1º-Secretário procederá à chamada dos Srs. Senadores.

(Procede-se à chamada.)

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunicé Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Cláudionar Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — *Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Amaral Furlan — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Tarso Dutra.*

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está concluída a votação.

Vai-se proceder à contagem das sobrecartas. Solicito a presença à Mesa dos Srs. Senadores Gastão Müller e Moacyr Duarte para servirem como escrutinadores. (Pausa.)

(Procede-se à contagem das sobrecartas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Foram encontradas 59 sobrecartas, número este que coincide com o de Senadores votantes.

Vai-se proceder à apuração.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está concluída a apuração, que accusa o seguinte resultado: para 1º Vice-Presidente — Senador Moacyr Dalla, 59 votos; para 2º Vice-Presidente — Senador Jaison Barreto, 59 votos; para 1º-Secretário — Senador Henrique Santillo, 59 votos; para 2º-Secretário — Senador Lenoir Vargas, 59 votos; para 3º-Secretário — Senador Milton Cabral, 59 votos; e para 4º-Secretário — Senador Raimundo Parente, 59 votos.

A Presidência tem a honra de proclamar eleitos e declarar empossados os Srs. Senadores mencionados. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Convido os Srs. Secretários a assumirem os seus lugares à Mesa a fim de se proceder à eleição dos Suplentes de Secretário. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Vai-se passar à eleição dos Suplentes de Secretário.

O Sr. 1º-Secretário procederá à chamada dos Srs. Senadores.

(Procede-se à chamada.)

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunicé Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Amaral Furlan — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está concluída a votação. Solicito a presença à Mesa dos Srs. Moacyr Duarte e Gastão Müller para servirem de escrutinadores. (Pausa.)

(Procede-se à contagem das sobrecartas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Foram encontradas, na urna, 49 sobrecartas, número este que coincide com o de Senadores votantes.

Vai-se passar à apuração.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A apuração accusa o seguinte resultado: Senadores Marcelo Miranda — 49 votos; Odacir Soares — 49 votos; Almir Pinto — 49 votos; e Martins Filho — 49 votos.

Proclamo Suplentes de Secretário os Senadores mencionados. (Palmas.)

Está, portanto, completada a composição da Mesa que dirigirá os trabalhos do Senado Federal nas duas próximas sessões legislativas.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Lembro aos Srs. Senadores que, de acordo com o que dispõe o Regimento Interno, no dia imediato àquele em que se completar a eleição da Mesa reunem-se os Líderes dos Partidos para fixar a participação numérica de cada bancada nas comissões permanentes.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A Presidência recebeu das bancadas do PDS e do PMDB comunicação de que os Senadores Aloysio Chaves e Humberto Lucena foram indicados Líderes de Bancadas.

Os documentos serão lidos e publicados na oportunidade regimental.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A Presidência convoca sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 1º de março, às 15 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à instalação dos trabalhos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 47ª Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 30 minutos.)

PROCESSO N° 002121/82

Orçamento do FUNCEGRAF, para o exercício financeiro de 1983

Após receber parecer favorável do Conselho de Supervisão do Órgão, a proposta do Orçamento Interno do Fundo do Centro Gráfico do Senado Federal — FUNCEGRAF, para o exercício de 1983, na forma dos Anexos I a V, foi aprovada *ad referendum* da Comissão Diretora, pelo Excelentíssimo Senhor Senador Passos Pôrto, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Senado Federal.

Senado Federal, 9 de dezembro de 1982. *Aiman Nogueira da Gama, Diretor-Geral.*

02.000 — SENADO FEDERAL
02.002 — FUNDO DO CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL — FUNCEGRAF
EXERCÍCIO DE 1983

ANEXO V

EM Cr3: 3.000,00

EM UFS: 1,000,000

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	RUBRICA	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
				EM CR\$ 1.000,00
	1 - <u>RECURSOS ORDINÁRIOS</u>			<u>6.300</u>
	1.1 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
	Recursos consignados no Orçamento Geral da União, nos termos dos parágrafos 3º e 4º do artigo 483, da Resolução 58/72, com a nova redação dada pela Resolução 57/76 do Senado Federal, a serem repassados ao FUNCEGRAF.....	6.300	50	
	2 - <u>RECURSOS DE OUTRAS FONTES</u>			<u>200.000</u>
	2.1 - RECEITAS CORRENTES			
	Receita Operacional, oriunda de Órgãos da União, a ser executada nos termos do § 2º, do artigo 4º, do Ato nº 10, de 1980, da Comissão Diretora do Senado Federal.....	200.000	90	

02.000 — SENADO FEDERAL
02.002 — FUNDO DO CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL — FUNCEGRAF

RECURSOS DE TODAS AS FONTE

ANEXO 11

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
				EM CR\$ 1.000,00
	LEGISLATIVA.....			<u>206.300</u>
	INDÚSTRIA.....			<u>206.300</u>
01.62.347.4				
094	Contribuição ao Fundo do Centro Gráfico do Senado Federal.....		206.300 ,	

T O T A L

02.000 — SENADO FEDERAL		RECURSOS DE TODAS AS FONTES			
02.002 — FUNDO DO CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL — FUNCEGRAF		ANEXO III			
EXERCÍCIO DE 1983		NATUREZA DA DESPESA			
EM R\$ 1.000,00					
cod. o	especificação	ordinários	vinculados	outras fontes	categoria econômica e elementos
3.0.0.0	<u>DESPESAS CORRENTES</u>				<u>201.000</u>
3.1.0.0	<u>DESPESAS DE CUSTEIO</u>				<u>201.000</u>
3.1.2.0	Material de Consumo	<u>6.300</u>	-	189.700	<u>196.000</u>
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos	-	-	5.000	<u>5.000</u>
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos	-	-	5.000	<u>5.000</u>
4.0.0.0	<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>				<u>5.300</u>
4.1.0.0	<u>INVESTIMENTOS</u>				<u>5.300</u>
4.1.1.0	Obras e Instalações	-	-	2.000	<u>2.000</u>
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente	-	-	3.000	<u>3.000</u>
4.1.9.0	Diversos Investimentos	-	-	300	<u>300</u>
4.1.9.2	Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	300	<u>300</u>



02.000 — SENADO FEDERAL		RECURSOS DE TODAS AS FONTES			
02.002 — FUNDO DO CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL — FUNCEGRAF		ANEXO IV			
EXERCÍCIO DE 1983		NATUREZA DA DESPESA			
EM R\$ 1.000,00					
cod. o	especificação	subelemento e item	elemento	categoria econômica	
3.0.0.0	<u>DESPESAS CORRENTES</u>			<u>201.000</u>	
3.1.0.0	<u>DESPESAS DE CUSTEIO</u>			<u>201.000</u>	
3.1.2.0	Material de Consumo			<u>196.000</u>	
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos			<u>5.000</u>	
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos	<u>5.000</u>			
4.0.0.0	<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>			<u>5.300</u>	
4.1.0.0	<u>INVESTIMENTOS</u>			<u>5.300</u>	
4.1.1.0	Obras e Instalações			<u>2.000</u>	
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente			<u>3.000</u>	
4.1.9.0	Diversos Investimentos			<u>300</u>	
4.1.9.2	Despesas de Exercícios Anteriores	<u>300</u>			



PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESP CORRENTES	TOTAL DESP CORRENTES	TOTAL DESP. DE CAPITAL	TOTAL GERAL
-	201.000	201.000	5.300	206.300

02.000 — SENADO FEDERAL			02.002 — FUNDO DO CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL — FUNCEGRAF			EXERCÍCIO DE 1983			ANEXO V	
DEMÔNSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS									EM CR\$ 1.000,00	
R E C E I T A			D E S P E S A							
ESPECIFICAÇÃO	PARCIAL	TOTAL	ESPECIFICAÇÃO	PARCIAL	TOTAL					
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES							
Transferências Correntes	6.300	<u>206.300</u>	Despesas de Custo	201.000	<u>201.000</u>					
Recursos de Outras Fontes	200.000		SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE.....	5.300	<u>5.300</u>					
T O T A L	-	206.300	T O T A L	-	206.300					
RECEITAS DE CAPITAL		<u>5.300</u>	DESPESAS DE CAPITAL		<u>5.300</u>					
Supervit do Orçamento Corrente.....	5.300		Investimentos.....	5.300						
T O T A L	-	5.300	T O T A L	-	5.300					



CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CEGRAF

Ata da 74ª Reunião

Às nove horas e cinco minutos do dia seis de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, no gabinete da Diretoria Executiva do CEGRAF, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Senador Jorge Kalume, com a presença dos Conselheiros Aiman Nogueira da Gama, Luiz do Nascimento Monteiro, Sarah Abrahão e Luciano de Figueiredo Mesquita; presentes também, Marcos Vieira, Geraldo Freire de Brito, Francisco Olímpio Pereira Marçal e Aloísio Barbosa, respectivamente, Diretor Executivo, Diretor Administrativo, Diretor Industrial e Assessor Jurídico do Centro Gráfico do Senado Federal. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente, Senador Jorge Kalume, passa a palavra ao Conselheiro Luiz do Nascimento Monteiro que apresenta parecer sobre a proposta do Orçamento do FUNCEGRAF, para o exercício financeiro de 1983. Em seu parecer o Conselheiro diz que "o orçamento está estimado em Cr\$ 206.300.000,00 (duzentos e seis milhões e trezentos mil cruzeiros), com recursos oriundos das seguintes fontes, a saber: Cr\$ 6.300.000,00 — Transferências Correntes (recursos consignados no Orçamento da União, repassados ao FUNCEGRAF nos termos do § 2º do artigo 4º do Ato nº 10/80, da Comissão Diretora). Os recursos foram alocados dentro dos elementos de despesas próprias, obedecidas as diretrizes fixadas pelo Plano Diretor do CEGRAF. Verifica-se, outrossim, que o orçamento em exame foi elaborado consoante às determinações internas pertinentes à matéria, bem como seguidas as instruções da Secretaria-Geral de Orçamento de Finanças, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Assim sendo, somos pela aprovação da proposta de orçamento do FUNCEGRAF para o exercício financeiro vindouro, na forma dos anexos, de I a V, do presente processo. Esta, agora, nos termos dos Atos nºs 10/79 e 10/80, deverá ser submetida à douta Comissão Diretora. "O Senhor Presidente, retomando a palavra, coloca a matéria em discussão e votação, e não havendo discordância, a mesma é aprovada. Passando-se ao segundo item da pauta, o Conselheiro Luiz do Nascimento Monteiro apresenta outro parecer, agora referente à concorrência nº 3/82, realizada pelo CEGRAF, concluindo favoravelmente pela homologação. A matéria é colocada em discussão e não havendo quem queira discuti-la, é colocada em votação, sendo aprovada a seguir. Logo após, o Senhor Presidente passa a palavra ao Conselheiro Aiman Nogueira da Gama que apresenta parecer favorável sobre o Processo nº 2.028/82, onde a Diretoria Executiva do CEGRAF propõe aumento nos claros de lotação do Plano de Classificação de Cargos. Sendo, em seguida, o parecer colocado em discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Logo a seguir, o Senhor

Presidente, dando seqüência à reunião, passa a palavra ao Conselheiro Aiman Nogueira da Gama, que apresenta parecer relativo ao Processo nº 2.024/82, em que a Diretoria Executiva do CEGRAF propõe correção de níveis de alguns empregos do Plano de Classificação. Em seu parecer, o Conselheiro, diz textualmente que todas as correções estão perfeitamente justificadas. O processo foi devidamente instruído pelos Setores competentes do CEGRAF, com a respectiva repercussão financeira e vigência a partir de 1º de dezembro de 1982. Assim, à vista dos esclarecimentos apresentados, somos de parecer que devem ser aprovadas as correções de níveis de conformidade com a tabela anexa do presente processo, com os efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro do ano em curso. A matéria é colocada em discussão, e não havendo discordância por parte dos demais conselheiros, é aprovada. O Senhor Presidente passa a palavra ao Diretor Executivo do CEGRAF, Senhor Marcos Vieira, para que o mesmo apresente ao Conselho as seguintes matérias: trabalho na área administrativa e industrial do CEGRAF. Após a apresentação das matérias pelo Senhor Diretor Executivo, Dr. Marcos Vieira, o Conselheiro Aiman Nogueira da Gama, solicita a palavra e esclarece aos demais conselheiros que a gratificação natalina já tinha sido autorizada pela Comissão Diretora e o que o Conselho deve autorizar é o pagamento da extensão da gratificação a todos os servidores, conforme esclarece o Senhor Diretor Executivo, no Ofício nº 261/72-DE, encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente e demais membros deste Conselho de Supervisão. O Senhor Presidente, Senador Jorge Kalume retoma a palavra e coloca as matérias em votação, sendo aprovadas por unanimidade. Em seguida, passa a palavra ao Diretor Executivo do CEGRAF, Dr. Marcos Vieira que comunica aos demais conselheiros a celebração de convênio entre o Centro Gráfico e a Academia Brasiliense de Letras para editar obras selecionadas pela Mesa Diretora daquela Agremiação; e também, sobre o recebimento dos Ofícios nºs 700/82-GP, emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal e nº 701/82-DG, também, do TRE-DF, onde agradecem a cooperação deste CEGRAF para a realização das eleições de 15 de novembro, próximo passado, nesta Capital. Nada mais havendo a tratar e agradecendo a presença de todos, o Senhor Presidente, Senador Jorge Kalume, declara encerrados os trabalhos, e para constar, eu Maurício Silva, Secretário do Conselho, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos demais membros. Brasília-DF, 9 de dezembro de 1982. — Senador Jorge Kalume, Presidente — Aiman Nogueira da Gama, Membro — Luiz do Nascimento Monteiro, Membro — Sarah Abrahão, Membro — Luciano de Figueiredo Mesquita, Membro — Marcos Vieira, Membro.

Ata da 75ª Reunião

As nove horas do dia quatorze de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, no gabinete do Diretor Executivo do CEGRAF, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Senador Jorge Kalume, com a presença dos Conselheiros Aimān Nogueira da Gama, Luiz do Nascimento Monteiro, Sarah Abrahão e Luciano de Figueiredo Mesquita; presentes também, Marcos Vieira, Geraldo Freire de Brito, Francisco Olímpio Pereira Marçal, Aloisio Barbosa de Souza, João de Moraes Silva e Claudiomor Moura Nunes, respectivamente, Diretor Executivo, Diretor Administrativo, Diretor Industrial, Assessor Jurídico, Assessor Administrativo e Assistente de Divisão do CEGRAF, reuniu-se o Conselho de Supervisão do Centro Gráfico do Senado Federal. Abertos os trabalhos o Senhor Presidente, Senador Jorge Kalume, passa a palavra ao Conselheiro Luiz do Nascimento Monteiro que apresenta parecer conclusivo e favorável sobre o processo nº 2003/82-CEGRAF, referente a Tomada de Preços nº 008/82, para aquisição e instalação de chapas e dutos de aço inox no setor de restaurante e cozinha do CEGRAF. Após a apresentação do parecer, o Presidente, retomando a palavra, coloca a discussão, e não havendo quem se manifestasse em contrário à mesma foi aprovada. Em seguida, dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente concede, novamente, a palavra ao Conselheiro Luiz do Nascimento Monteiro que apresenta parecer referente ao processo nº 2011/81-CEGRAF, relativo a Tomada de Preços nº 009/82, para aquisição de uma máquina processadora de chapas offset. Em seu parecer, o Conselheiro, esclarece que o processo está devidamente instruído, inclusive com autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente deste Conselho de Supervisão e que diante do exposto, opina pela homologação da presente Tomada de Preços. Logo após, o Senhor Presidente, coloca a matéria em discussão, e não havendo quem queira discutir, a mesma é colocada em votação e a seguir é aprovada por unanimidade. Passando-se ao terceiro item da pauta, o Senhor Presidente, Senador Jorge Kalume, passa a palavra ao Conselheiro Aimān Nogueira da Gama, que apresenta aos demais membros deste Conselho de Supervisão, parecer referente ao processo nº 2309/82, em que Diretoria Executiva do CEGRAF propõe a criação de empregos de Auxiliar Gráfico Administrativo e Auxiliar Gráfico Industrial. Em seu parecer, diz o Conselheiro que as razões que motivaram a Diretoria a se preocupar com este assunto, se prende ao fato de que só mediante um critério de ingresso para novos servidores através dos empregos a serem criados, é que poderá se evitar injustiça para com os atuais. Após a conclusão favorável do parecer, o Senhor Presidente retoma a palavra e coloca a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, a mesma é aprovada. A seguir, o Conselheiro de Supervisão, através do Seu Presidente, Senador Jorge Kalume, em despacho exarado no processo nº 2311/82 autoriza, mediante aditivo a Tomada de Preços nº 06/82, que a firma ARTEC — Ar condicionado e Engenharia Ltda. instale os equipamentos de resfriamento de água para ar condicionado, objeto daquela licitação. Passando-se ao quinto item da pauta, o Senhor Presidente, apresenta aos demais membros do Conselho, dois ofícios s/nº da Fundação Guimarães Duque. O primeiro referente ao processo nº 0890/82-CEGRAF, onde a Fundação diz da dificuldade em conseguir recursos financeiros para a concretização do convênio firmado entre aquela Fundação e este Centro Gráfico para impressão de obras culturais de interesse da Fundação Guimarães Duque, sediada em Mossoró-RN. O segundo solicitando ao douto Conselho de Supervisão a dispensa de débitos referente a notas de cobranças diversas, no valor de Cr\$ 1.343.905,00 (Hum milhão, trezentos e quarenta e três mil, novecentos e cinco cruzeiros) por se tratar de diferença verificada entre o orçamento prévio e o recálculo do orçamento realizado após a impressão de obras, uma vez que a despesa foi empenhada pelos Órgãos Patrimoniais no valor do orçamento prévio. Após debates por parte de todos os Conselheiros, ficou aprovado o seguinte: 1 — O Convênio entre a Fundação Guimarães Duque e o CEGRAF fica suspenso, por falta de recursos para atendimento do pleito; e 2 — Todos os débitos da Fundação para com o CEGRAF, até a presente data, ficam cancelados. Passando-se ao sexto item da pauta, o Senhor Diretor Executivo do CEGRAF, Dr. Marcos Vieira, faz a entrega ao Senhor Presidente deste Conselho, dos ofícios números 268,269,270 e 271/82-CEGRAF/DE, onde pleiteia a liberação dos débitos, ainda existentes na Seção de Contabilidade deste órgão, de Parlamentares, Terceríos e de Partidos Políticos, tendo em vista as dificuldades encontradas pelo Setor de Cobrança para recebimento das presentes notas, conforme esclarece o Senhor Chefe da Seção de Contabilidade do CEGRAF, em documento anexo ao processo s/nº do CEGRAF. Após várias considerações em torno do assunto, todos os membros do Conselho decidem tornar sem efeito as referidas notas de cobranças, autorizando, assim, o imediato cancelamento dos débitos pela Seção de Contabilidade. Dando continuidade à reunião, o

Senhor Presidente, Senador Jorge Kalume, apresenta aos demais Conselheiros o ofício nº 0359/82-SP, do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União — Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 7-12-82, onde agradece a colaboração recebida e a presteza com que foram executadas todas as obras solicitadas por aquele Tribunal no ano de 1982 pelo CEGRAF, tecendo, ainda palavras elogiosas a toda a Direção do CEGRAF. Concluindo a leitura, o Senhor Presidente, diz fazer daquelas palavras, também, as suas. Finalizando a reunião, o Diretor Executivo, Dr. Marcos Vieira, faz a entrega de um exemplar a cada um dos Conselheiros do 1º Relatório de Atividade deste Conselho de Supervisão, referente ao período de agosto de 1981 a dezembro de 1982, elaborado por mim, Maurício Silva, Secretário deste Conselho. Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, o Senhor Presidente, Senador Jorge Kalume, declara encerrados os trabalhos e para constar, Eu, Maurício Silva, Secretário deste Conselho, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos demais membros. Brasília-DF, 6 de janeiro de 1983. — *Senador Jorge Kalume, Presidente — Aimān Nogueira da Gama, Vice-Presidente — Luiz do Nascimento Monteiro, Membro — Sarah Abrahão, Membro — Luciano de Figueiredo Mesquita, Membro — Marcos Vieira, Membro*.

Ata da 76ª Reunião

As nove horas do dia dez de janeiro do ano de mil novecentos e oitenta e três no Gabinete do Diretor Executivo do CEGRAF, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Senador Jorge Kalume, com a presença dos Conselheiros Aimān Nogueira da Gama, Luiz do Nascimento Monteiro, Sarah Abrahão e Luciano de Figueiredo Mesquita; presentes, também, Marcos Vieira, Geraldo Freire de Brito, Mário César Pinheiro Maia e Aloisio Barbosa de Sousa, respectivamente, Diretor Executivo, Diretor Administrativo, Diretor Industrial e Assessor Jurídico do CEGRAF, reuniu-se o Conselho de Supervisão do Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF. Abertos os trabalhos, o Senador Jorge Kalume Presidente do Conselho, apresentou aos demais Conselheiros o processo número 001133/82 — CEGRAF, para uma solução. Após debates e considerações sobre a matéria, o Conselho, por unanimidade, decidiu o seguinte: Decisão nº 001/83. O Conselho de Supervisão do CEGRAF, considerando que a firma CONSTAT desistiu da cobrança de honorários, de juros e de correção monetária, concordando com a rescisão do contrato, como consta do processo número 001133/82 — CEGRAF, resolve determinar o sobrerestamento do processo, ficando estabelecido que, caso a firma venha, futuramente, a manter qualquer ação contra o CEGRAF ou solicitar reexame da decisão administrativa, o processo será reaberto, para a adoção das providências cabíveis. Brasília, 10 de janeiro de 1983. — *Senador Jorge Kalume — PRESIDENTE; Aimān Nogueira da Gama — Vice-Presidente, Luiz do Nascimento Monteiro — Membro, Sarah Abrahão — Membro, Luciano de Figueiredo Mesquita — Membro, Marcos Vieira — Membro*. Dando continuidade à reunião o Senhor Presidente passa a palavra ao Diretor Executivo do CEGRAF, Dr. Marcos Vieira, que através do ofício número 003/83 — CEGRAF-DE, solicita aos membros do Conselho autorização para aumentar 5 (cinco) vagas em cada classe do Emprego de Auxiliar Gráfico Industrial, Classe A, B, C e D, constantes do quadro nº 01, anexo do Ato nº 001/82, deste Conselho de Supervisão. Após considerações por parte de todos os Conselheiros, a matéria é aprovada. Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, o Senhor Presidente — Senador Jorge Kalume, declara encerrados os trabalhos e para constar, Eu Maurício Silva, Secretário deste Conselho, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos demais membros. Brasília — DF., 20 de janeiro de 1983. — *Senador Jorge Kalume, Presidente — Aimān Nogueira da Gama, Vice-Presidente — Luiz do Nascimento Monteiro, Membro — Sarah Abrahão, Membro — Luciano de Figueiredo Mesquita, Membro — Marcos Vieira, Membro*.

Ata da 77ª Reunião

As dez horas do dia vinte e seis de janeiro do ano de mil novecentos e oitenta e três, no Gabinete da Diretoria Executiva do CEGRAF, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Senador Jorge Kalume, com a presença dos Conselheiros Aimān Nogueira da Gama, Luiz do Nascimento Monteiro, Sarah Abrahão e Luciano de Figueiredo Mesquita; presentes, também, Marcos Vieira, Geraldo Freire de Brito, Francisco Olímpio Pereira Marçal, Mário César Pinheiro Maia, Aloisio Barbosa de Sousa, João de Moraes Silva, John Fielding Aspin e Claudiomor Moura Nunes, respectivamente, Diretor Executivo, Diretor Administrativo, Diretor Industrial, Encarregado da Divisão Industrial, Assessor Jurídico, Assessor Administrativo, Auditor e Assistente de

Divisão do CEGRAF, reuniu-se o Conselho de Supervisão do Centro Gráfico do Senado Federal. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente, Senador Jorge Kalume, passou a palavra ao Diretor Executivo do CEGRAF, Dr. Marcos Vieira, que expõe aos demais Conselheiros, as medidas adotadas na recepção dos novos Servidores, apresentando, após leitura, o planejamento do 1º Treinamento Introdutório na área de Educação Empresarial para o Servidor Novo. A seguir, continuando com a palavra, o Diretor Executivo, faz a entrega ao Conselheiro Aiman Nogueira da Gama, na qualidade de Diretor-Geral do Senado Federal, de um exemplar do 2º Plano Diretor do CEGRAF, para o exercício de 1983. Retomando a palavra, o Senhor Senador Jorge Kalume, apresenta aos demais Conselheiros o ofício nº 9/83 CEGRAF-DE, onde o Diretor Executivo solicita autorização para criar e implantar no CEGRAF, os seguintes Setores de Trabalho: 1) Setor de Coordenação de Treinamento Profissionalizante — Subordinado à Diretoria Administrativa; 2) Setor de Assistência Social Integral — Subordinado ao Serviço Médico; 3) Setor de Controle de Publicações Impressas — Subordinado à Diretoria Executiva; e 4) Setor de Expedientes — Subordinado à Assessoria Técnica. Após considerações por todos os Conselheiros, a matéria foi aprovada. Dando continuidade à reunião, o Diretor Executivo, utilizando-se da palavra diz aos demais Conselheiros que no dia 1º de Fevereiro fará a entrega ao Diretor-Geral do Senado Federal, de um ofício encaminhando uma carta para o Presidente do Senado Federal, onde colocará à disposição o Cargo de Diretor Executivo

do CEGRAF, continuando com a palavra, o Dr. Marcos Vieira, fala da extraordinária administração do Senador Jorge Kalume no Conselho de Supervisão. A seguir, o senhor Presidente, franqueia a palavra; quando, então, o Conselheiro Luciano de Figueiredo Mesquita, diz fazer das palavras do Diretor Executivo, também, as suas. A seguir o Conselheiro Aiman Nogueira da Gama diz que na qualidade de Vice-Presidente deste Conselho de Supervisão não poderia deixar de externar sua satisfação e seu orgulho de ter podido participar deste Conselho, sob a Presidência do ilustre Senador Jorge Kalume, que soube imprimir um modelo administrativo moderno e dinâmico no CEGRAF. Logo após, o Senador Jorge Kalume, retomando a palavra, agradece a todos e diz que está satisfeito com os resultados obtidos na atual administração do CEGRAF. Finalizando, o Senhor Presidente, fala que se julga orgulhoso de ter convivido com todos os Membros da Diretoria do CEGRAF e com os Membros deste Conselho de Supervisão. Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, o Senhor Presidente, Senador Jorge Kalume, declara encerrados os trabalhos, e para constar, Eu, Maurício Silva, Secretário deste Conselho, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos demais membros. Brasília-DF, 31 de janeiro de 1983. — Senador Jorge Kalume, Presidente do Conselho de Supervisão — Aiman Nogueira da Gama, Vice-Presidente — Luiz do Nascimento Monteiro, — Membro — Sarah Abrahão, Membro — Luciano de Figueiredo Mesquita, — Membro — Marcos Vieira, Membro.

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS (CT) ATA DA 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 1982

Às dez horas do dia vinte e nove de setembro de mil novecentos e oitenta e dois, na Sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Vicente Vuolo, Presidente, Luiz Cavalcante, Aloysio Chaves, Saldanha Derzi e José Fragelli, reúne-se a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Benedito Ferreira, Milton Cabral, Lázaro Barboza, Alberto Silva e Gastão Müller.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, o Sr. Presidente esclarece que a presente reunião se destina a debater e colher dados sobre a construção da Ponte Rodoviária sobre o rio Paraná. Em seguida, o Sr. Presidente convida os Engenheiros Túlio Guida e Jayme Mason, representantes da Firma SONDOTÉCNICA-ENGENHARIA DE SOLOS S/A, para fazer uma exposição à respeito do andamento do projeto; e, para participar dos debates, os Senhores Ademir Alvares, Prefeito de Urânia; Edson de Freitas, ex-prefeito de Jales e Presidente do PMDB de Mato Grosso; José Pereira de Azevedo, Presidente da AMOP; José Eduardo do Espírito Santo, Assessor do Senador Vicente Vuolo; e, demais convidados. Encerrada a exposição e os debates, o Senhor Presidente, Senador Vicente Vuolo, agradece o comparecimento de todos, e determina que as notas taquigráficas desta reunião, tão logo sejam traduzidas sejam publicadas em anexo a esta Ata.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Marcelino dos Santos Camello, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 1982, REFERENTE A PALESTRA PROFERIDA, PELOS ENGENHEIROS TÚLIO GUIDA E JAYME MASON, DA FIRMA SONDOTÉCNICA-ENGENHARIA DE SOLOS S/A, SOBRE A CONSTRUÇÃO DA PONTE RODOFERROVIÁRIA SOBRE O RIO PARANÁ, QUE SE PUBLICA DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE, SENADOR VICENTE VUOLO.
PRESIDENTE: SENADOR VICENTE VUOLO
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENEDITO FERREIRA
INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Vuolo) — Dando início a essa reunião extraordinária da Comissão de Transportes e Comunicações do Senado Federal, eu gostaria de convidar para participar da mesa o Diretor-Geral do DNER. (Pausa.)

S. S. não está presente.

Gostaria de convidar o Senador Luiz Cavalcante. (Palmas.)

Convido o Senador Saldanha Derzi, que é do Mato Grosso do Sul mas que vai nos prestigiar aqui por pouco tempo, em virtude de um outro trabalho em comissão que preside. Mas vai ficar aqui nos prestigiando, no início dessa reunião. (Palmas.)

Convidado o ilustre representante do Estado do Amazonas, Senador Evandro Carreira. (Palmas.)

Convidado o Presidente deste valorosa e grande responsável por toda essa nossa luta aqui no Senado, em prol da construção da nossa ponte, que é a Associação dos Municípios Paulistas. (Palmas.)

E, por último, gostaria de convidar o representante da firma empreiteira que está elaborando o projeto construtivo e definitivo da ponte rodoviária, sobre o rio Paraná, cujo Presidente Dr. Jaime se encontra no exterior, mas aqui se fez representar por um dos seus diretores, Dr. Túlio Guida, a quem convido para participar da mesa. (Palmas.)

Os demais membros da Comissão considerem-se participantes aqui conosco, da Mesa, também.

Autoridades presentes; ilustres componentes da nossa Mesa; prefeitos e representantes do Município do Oeste de São Paulo, Dr. Edson de Freitas, ex-Prefeito de Jales, um grande batalhador também por essa obra, e atual Presidente do Partido do PMDB do Mato Grosso; Ex's representantes da Sondotécnica:

Lamentamos grandemente a ausência do Diretor do DNER, que nos enviou um telegrama, mas que não justifica de forma alguma a sua ausência numa reunião tão importante como esta.

Meus senhores, antes de passar a palavra aos senhores expositores da firma Sondotécnica, eu gostaria aqui de fazer um breve resumo para justificar esta nossa reunião.

A Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas do Senado Federal reúne-se hoje por convocação extraordinária de sua Presidência, para tomar conhecimento do andamento de uma obra do mais alto interesse para o desenvolvimento nacional, e de forma muito específica para o desenvolvimento humano e racional dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e da própria Amazônia. Há muitos anos, luta-se para a construção da ponte rodoviária sobre o rio Paraná, entre os Municípios de Rubineia, em São Paulo, e Aparecida do Taboado, que hoje pertence ao Estado de Mato Grosso do Sul. Considerando-se que será através desta obra que se poderá pensar em termos efetivos no prolongamento dos trilhos ferroviários da antiga estrada de ferro Araguarense até a cidade de Cuiabá. Embora a idéia da ponte e da ferrovia seja defendida há quase um século, foi na década de 50 que ela efetivamente tomou vulto, ganhou a simpatia popular, o apoio de autoridades e o aval de todos aqueles que se interessam pelo desenvolvimento nacional e pela revitalização das ferrovias brasileiras. Muitas delas, em nossos dias, transformadas quase em sucatas, tal o desprezo que a elas devota a administração

pública de um modo geral. Mas, foi no início dos anos 70, no interior do Estado de São Paulo, ou mais precisamente, na região oeste daquele Estado, que a luta tomou uma dimensão bem maior, chegando-se naquela época, por decisão do ex-Presidente Garrastazu Médici, tomada através do Ministério dos Transportes, a se constituir numa comissão técnica de alto nível, para opinar sobre a viabilidade do empreendimento. Conhecido o parecer da Comissão presidida pelo Engenheiro Ney Saraiva, do DNER, e integrada pelos engenheiros Jorge Asen, de São Paulo, e Domingos Igresias Valério, do Mato Grosso, francamente favorável à obra, pensava-se que tudo, a partir daquele instante, estivesse resolvido, e que o Governo, afinal, determinasse o início da construção da ponte sobre o rio Paraná. Mas tudo, como sempre, não passou de um grande sonho. O próprio Ministro dos Transportes da época, durante visita realizada a Cuiabá, descartava qualquer possibilidade de o Governo encampar o parecer da Comissão, e nele se basear, como se esperava, para determinar a construção da obra. A ponte — dizia o ex-Ministro — não é assunto prioritário para o Governo, mesmo porque o serviço de balsa, que funcionava e ainda funciona no local, atendia satisfatoriamente às necessidades regionais. E mais, que a ponte representava um investimento que o Governo não tinha condições de fazer.

Devo dizer, apenas para que sejam bem fixados os fatos históricos que cercam a luta pela construção dessa obra, que o Ministro dos Transportes, naquela época, era o Sr. Mário Andreazza, o Diretor-Geral do DNER — vejam bem — o Sr. Resende, e o Presidente do GEIPOT, o Sr. Cloraldino Severo. Nenhum deles, seguramente, favorável nem à ponte, quanto mais à ferrovia para Cuiabá.

Eleito Deputado Federal pelo Estado de Mato Grosso, e inspirado no trabalho de muitos mato-grossenses, e na persistência com que a AMOP — Associação dos Municípios Oeste Paulista, defendia a concretização dessas obras, tive a oportunidade de apresentar à Câmara Federal projeto de lei alterando o Plano Nacional de Viação, para nele incluir a ligação ferroviária de Cuiabá num Sistema Ferroviário Nacional, a partir do prolongamento dos trilhos da antiga estrada de ferro Araguarense, hoje incorporada à FEPASA.

O projeto seguiu os seus trâmites legais, aliás, o único. Foi aprovado pelo Congresso Nacional, sancionado pelo ex-Presidente Ernesto Geisel, e transformado na Lei nº 6.346. Um novo horizonte então se abriu diante de todos nós, para que afinal a luta de tantos anos fosse coroada de pleno êxito. Mas aí, o que era evidente ficou claro demais; o Ministério dos Transportes e a maioria dos seus órgãos, e não o Presidente da República, eram contrários à implantação da ponte, e tudo foi por eles feito a partir de então, para se tumultuar o processo de construção da obra, numa antevisão de que construída a ponte não se teria mais condições políticas para se impedir o prolongamento dos trilhos da FEPASA até Cuiabá. E é nesse tumulto que a obra vive até hoje, muito embora um passo muito importante tenha sido dado nesse período, com a contratação da Sondotécnica, pelo DNER, através de concorrência pública, para elaboração do projeto construtivo da ponte, já que o anteprojeto já tenha sido feito pela firma Figueiredo Ferraz.

Há que se assinalar, todavia, que a contratação dessa firma não se deu sem muita luta, que se desdobrou em vários capítulos. O primeiro deles — e aí é preciso que se faça justiça ao Presidente Figueiredo — foi o compromisso assumido pelo Chefe da Nação durante a solenidade de abertura do V Encontro do Oeste Brasileiro, realizado em 1979, na Cidade de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, quando Sua Excelência, em pronunciamento que alcançou a mais alta repercussão, disse que a ponte seria construída pela sua administração. Tenho a gravação do seu discurso, inclusive. O segundo — e aí também é preciso que se faça justiça — foi o compromisso assumido e cumprido, pelo ex-Governador de São Paulo, Sr. Paulo Maluf, de que o Governo daquele Estado participaria com 50% do custo do empreendimento, o que foi efetivamente solenizado mediante convênio firmado com o Departamento Nacional de Estrada e Rodagem. O terceiro — e aí a justiça não é mais devida — foi quando o DNER, em 1981, concordou realizar em Cuiabá, antiga sede do Governo em Mato Grosso, no Palácio Alencastro, a solenidade de assinatura do contrato com a firma Sondotécnica, vencedora da concorrência realizada, para que ela, dentro de um prazo estabelecido no próprio documento, elaborasse o projeto construtivo da ponte. A essa solenidade, além do ex-Diretor-Geral do DNER, Sr. David Elquind, e do Diretor Presidente da Sondotécnica, Sr. Roberto Médici, estiveram presentes o atual Governador do Mato Grosso, o Governador do Mato Grosso do Sul, Sr. Pedro Pedrossian, o Governador paulista, Sr. Paulo Maluf, toda a diretoria e integrantes da Associação dos Municípios do Oeste Paulista, representantes paulistas e mato-grossenses do Congresso Nacional, deputados estaduais, prefeitos e vereadores dos três Estados, representantes de inúmeras entidades de classe, pessoas e

técnicos que há anos acompanham o desenrolar dessa luta, ou delas participam diretamente. Acontece, porém, sem que se saiba até hoje a razão que determinou esse procedimento administrativo por parte do DNER, já então dirigido pelo Sr. Cloraldino Soares, hoje Ministro dos Transportes — azar o nosso — que o contrato foi firmado em janeiro de 1981, na cidade de Cuiabá, foi esquecido ou anulado por um outro assinado em junho do mesmo ano, no Rio de Janeiro, que embora não muito diferente do primeiro, pelo menos em sua redação — vejam bem — apresentava como grande novidade o fato de que o trabalho contratado poderia se estender por mais 6 meses no mínimo, isto é, para depois do ano eleitoral de 1982. Presumo, mas acreditando que essa seja a verdade, que os idealizadores da alteração contratual já então imaginavam que a partir da legislatura a se iniciar em março do próximo ano, não tornará a existir no Congresso Nacional, tanto no Senado como na Câmara, alguém que faça como tenho procurado fazer, esse trabalho diurno em defesa da construção da ponte sobre o rio Paraná, e do prolongamento dos trilhos ferroviários até a minha querida cidade de Cuiabá.

Para muitos que já conheciam o meu estado de saúde, e que sabiam que dificilmente encontraria forças físicas para concorrer no momento a uma nova eleição, não só em função da minha saúde, mas também em função de planos diabólicos então arquitetados para me liquidar politicamente, o Senador que preside esta comissão já deveria estar morto e sepultado antes do pleito de 15 de novembro. Mas, quem assim pensou não esteve correto em suas previsões. De fato, pelas razões enumeradas, não serei candidato à reeleição, mas continuo vivo e viverei ainda, como espero viver por mais tempo. Enquanto viver, durante este final de meu mandato de Senador, conquistado pelo voto direto do povo, ou como simples cidadão mato-grossense, lado de outros companheiros que serão conduzidos ao Congresso Nacional, não deixarei de lutar e nem perder a minha voz em defesa da construção da ponte rodoviária e da ferrovia para Cuiabá, que se transformaram não numa luta isolada de um político, mas na luta de uma geração de brasileiros que sonhou por um futuro melhor para o seu País. (Muito bem! Palmas.)

E digo mais, nem que para isso enfrente, como tenho enfrentado, a fúria dos poderosos, o poder das multinacionais e as artimanhas dos tecnocratas que o Governo mantém a seu serviço, tanto no Ministério dos Transportes, como nos vários órgãos subordinados a esse Ministério, quase todos eles com raríssimas e honrosas exceções, contrários à ponte e a toda alternativa válida que se oferece para que um dia a capital de Mato Grosso venha a contar, como reclama, com a sua tão sonhada ferrovia. Se a fúria dos poderosos que se evidenciou no episódio do lançamento de um autêntico paraquedista, que nada tem a ver com o meu Estado, embora nele tenha nascido acidentalmente, como candidato preferencial ao Senado pelo PDS, contrariando não só o bom senso, mas as normas mais elementares de convivência política, como deixei claro em discurso que fiz na tribuna do Senado Federal. Se o poder das multinacionais é mais do que presente em meu Estado, principalmente no setor de transportes, todo ele depende das rodas do caminhão que consomem a gasolina e o diesel que não temos. Se tudo isso forma a grande muralha que estou enfrentando, com um sacrifício pessoal muito grande, mas gostosamente realizado, porque representa a posição consciente de um político consciente, no caso das artimanhas dos tecnocratas, a evidência é mais do que clara, já que é simplesmente a própria vontade dos tecnocratas.

Se não, vejamos: o projeto de lei de minha autoria, ainda com Deputado, que inclui na relação descritiva das ferrovias do Plano Nacional de Viação, a ligação São Paulo-Cuiabá, segundo a rota Rubinéia-Aparecida do Taboadão-Rondonópolis-Cuiabá, que é a que mais interessa ao meu Estado, à Amazônia e ao País, foi sancionado pelo ex-Presidente Ernesto Geisel, no dia 6 de julho de 1976. Nesse mesmo ano, e naquele mesmo mês, com o projeto já transformado na Lei nº 6.346, o GEIPOT procede ao que denominou de estudo preliminar sobre a ligação ferroviária Cuiabá, que portanto ainda não existia, analisando novas hipóteses alternativas de traçado ferroviário ligando Cuiabá ao sistema ferroviário existente, e concluiu, — isso é de pasmar — recomendando a indicação da rota ferroviária, segundo o eixo Cuiabá-Rondonópolis — Jataí-Itumbiara e Uberlândia, como uma alternativa mais vantajosa entre as estudadas. E o mais grave e importante, informando o próprio GEIPOT, para espanto geral de todos aqueles que acompanham atentamente esses fatos, que mesmo aquela ligação ferroviária não constava do Programa de Desenvolvimento Ferroviário 75-79, e que assim não estava contemplada com recursos financeiros para o projeto em condição. Ora, ou o ex-Presidente Geisel tinha conhecimento dessa situação ao sancionar o projeto de lei de minha autoria, ou S. Ex^a, de forma lamentável, foi conduzido à prática de um erro; Ou, o que é mais lógico, vítima também das artimanhas de seus próprios auxiliares, os tecnocratas que há anos praticamente dominam todo o Ministério dos Transportes, e que não se importam já que este é o seu

desejo, com a desmoralização da classe política brasileira. Mas o fato é que, mesmo diante de todas essas artimanhas, já conseguimos andar muito, até que, usando de minhas prerrogativas de Presidente desta Comissão, resolvi solicitar a presença do DNER, ausente, e os Senhores sabem o motivo porque, e da Sondotécnica nesta reunião, para que ambos pudessem expor em que se encontra o serviço contratado.

Diante disso, e para deixar bem claro que ainda não morri, e que essa luta continuará sem a minha presença no Senado, já que ela — repito — é uma comum de milhares de brasileiros, é que, com muito respeito, agradecendo a presença honrosa de tantas autoridades e de tantos companheiros, passo a palavra ao representante legal da Sondotécnica, que certamente esclarecerá a todos nós o serviço até aqui por ela executado. (Palmas.)

Com a palavra o Dr. Túlio Guida, representante da Sondotécnica.

O SR. TÚLIO GUIDA — Desejo, inicialmente, em nome da direção da empresa Sondotécnica, apresentar os cumprimentos aos ilustres membros da Comissão de Transportes do Senado, e a todas as autoridades presentes a esta reunião.

A minha participação será apenas introdutória, porque, como a maior parte dos assuntos que serão expostos serão de natureza técnica, a exposição será feita pelo projetista da nossa equipe, Engenheiro Jaime Masson, a quem passo a palavra.

O SR. JAIME MASSON — Sr. Presidente, Senadores, demais autoridades presentes, iremos esclarecer e estoriar brevemente o desenvolvimento do projeto da ponte entre Rubinéia e Aparecida do Taboado, contratada pela Sondotécnica com o DNER. Faremos um relato geral da situação que encontramos ao assumirmos o projeto desta obra mediante a contratação, e apresentaremos também os aspectos técnicos mais relevantes do projeto, das dificuldades técnicas dessa obra, a situação em que ele se encontra e a época em que será concluído. Eu pediria autorização para me movimentar um pouco aqui junto dos mapas e das plantas e projetos, de modo a esclarecer esses aspectos.

Em primeiro lugar, o local da ponte planejada e estudada pelo GEIPOT. Assinalado no mapa no rio Paraná, nos locais das possíveis travessias. Temos uma ilha que existia no rio Paraná, a ilha Grande, que foi submersa inundada pelo enchimento do reservatório da Ilha Solteira, e a chamada Ilha Grande, que hoje em dia não mais existe.

A cidade de Rubinéia, que fica mais ou menos nessa posição aproximadamente, e a cidade de Aparecida do Taboado, nesta região.

O traçado inicialmente escolhido pelo GEIPOT é o que está indicado mais à jusante de todos, foi localizado no trecho de menor largura do rio, no antigo leito do rio.

Para os senhores terem uma idéia dos problemas técnicos que existem para esta obra, com o enchimento do reservatório da Ilha Solteira, nós podemos ter em certas ocasiões lâminas d'água da ordem média de 40 a 45 metros. Sendo que na antiga calha mais profunda do rio, esta profundidade chega às vezes a 60 metros, neste traçado inicialmente planejado.

Quando nós contratamos o projeto da obra do DNER, um dos escopos da contratação era que fossem pesquisadas locais alternativos para o projeto, de modo a fugir um pouco dos graves problemas técnicos que nós teríamos que resolver. Tínhamos que pesquisar dentro de uma certa região, que incluía o maciço da antiga Ilha Grande, alguns locais alternativos de travessia. O nosso contrato incluía os estudos de campo, topografia, batimetria e a realização do plano de sondagens, geotécnica, geológicas, de cada um desses locais, ou dos locais mais aconselháveis, além do projeto estrutural da obra, e uma otimização do traçado da ligação. Esse era o escopo do nosso contrato.

Dentro desse espírito, nós escolhemos, após um exame preliminar da situação, alguns locais possíveis e alternativos de travessia, para o cotejo e confronto com o local inicialmente selecionado pelo GEIPOT. Escolhemos 4 áreas, que nós chamamos de área 1, logo acima do antigo local; área 2 e 3 passando pelo miolo da Ilha Grande e a área 4 no extremo superior da mesma ilha. Foram locais que nós selecionamos mediante exames preliminares das profundidades.

Nesses locais, fizemos um levantamento batimétrico, profundidade do rio e do andamento do leito do rio. Esses levantamentos batimétricos, foram encaminhados no primeiro relatório ao DNER, além de uma análise por nós feita. Esses levantamentos nos possibilitaram a ter uma idéia preliminar onde seria possível ou mais aconselhável localizar a ponte. Em especial, no que se refere ao comprimento da ponte, e uma possível zona de menor profundidade, ao longo do antigo maciço da ilha. Se nós conseguíssemos, no miolo da ilha, um trecho de profundidades pequenas que pudessemos aterrinar, um ater-

ro é muito mais barato do que uma ponte, especialmente para a profundidade dessa ponte.

No primeiro exame, nós constatamos que a região intermediária da ilha tinha profundidades de lâmina d'água superiores a 20 e 25 metros, num trecho de mais de 1 quilômetro. O comprimento total da travessia seria proibitivo, além de uma obra muito cara de aterro. O antigo traçado, escolhido pelo GEIPOT, tinha uma profundidade muito grande, e chegava às vezes a 65 metros, e não havia nenhuma possibilidade de fracionar a ponte em alguns segmentos. Do ponto de vista técnico, é muito importante nós conseguirmos pontos de apoio, lançamentos intermediários, de modo a fracionar o desenvolvimento da ponte.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Vuolo) — Convida o Senador José Fragelli e a Senadora Dulce Braga, pelo Estado de São Paulo, para participarem da mesa.

A SR^a DULCE BRAGA — (Inaudível.)

O SR. JAIME MASSON — No primeiro exame do assunto, chegamos à conclusão que as duas locações mais interessantes da ponte seriam ou no extremo de jusante da ilha, nós denominamos de área 1, ou o outro extremo, pelo exame das profundidades através da batimetria. Concentramos os nossos esforços nesses pontos.

Obviamente, essas duas locações implicariam em desenvolvimentos diferentes das ligações por terra da rodovia e da ferrovia. Isso talvez possa ser mostrado com mais clareza num mapa. Nós nos fixamos nesses dois locais.

Aqui está Rubinéia e lá está Aparecida do Taboado A área 1, indicada esquematicamente aqui, e a área 4 que está indicada aqui. Obviamente, os desenvolvimentos dos traçados rodoviário e ferroviário eram diferentes nas duas localizações. Era necessário otimizar os custos, fazer uma comparação de custos globais das duas soluções optativas. Essa análise de custo foi feita, uma análise bastante detalhada, foi resumida nos nossos relatórios. Poderemos depois apresentar aos interessados os números a que nós chegamos. Chegamos à conclusão que esta travessia, apesar de implicar num desenvolvimento rodoviário um pouquinho maior, era bem mais conveniente, porque tinha a seu favor alguns aspectos importantes. Era possível diminuir o comprimento da ponte de uns 300 metros, para um total de 2.400, 2.500 metros, e, além disso, o custo da ponte é muito superior ao custo das ligações terrestres, além de acrescer o fato de que nós temos as jazidas naturais de materiais para a construção dos aterros principalmente, do concreto da obra, as pedreiras, as jazidas todas localizadas nessa área, com um grande encurtamento da distância de transporte. Analisados os aspectos técnicos, econômicos e de profundidade, nós selecionamos esse local de travessia, e iniciamos os estudos de sondagens, geotécnicas e geológicas desse local. As profundidades também se apresentavam ligeiramente em melhores condições, na área 4, que é a área mais à montante do que na área 1. Profundidades menores, menor comprimento de ponte e proximidade das jazidas de materiais. Passamos a realizar as sondagens neste local. Essas sondagens estão reproduzidas aqui, o perfil de sondagens. Os senhores vêm aí o perfil deformado, a escala horizontal é muito menor do que a escala vertical em profundidade. Os senhores vêm um perfil deformado no eixo da travessia, neste mesmo local. E aqui está um afloramento da Ilha Grande. Temos aqui o Mato Grosso do Sul e o lado de São Paulo. As distâncias que medeiam esses pontos são aproximadamente 1.500 metros e a ponte ficaria quase simétrica. Um fato muito importante do projeto, da concepção técnica, é a existência desta elevação da ilha, o que nos possibilitou dividir a ponte em dois trechos, e adotar uma concepção do projeto, que nos permitiu ancorar os extremos da ponte nesses pontos e colocar juntas no centro da ponte, numa região intermediária. Com isso, nós passamos a absorver grandes esforços — toda a ponte ferroviária tem, nos locais extremos, nos quatro extremos, colocando juntas no meio, numa situação simétrica. Técnicamente isso foi uma enorme vantagem, em face da grande profundidade de lâmina d'água que nós temos aí.

Para que os Srs. Senadores e autoridades presentes tenham uma idéia, essa é a ponte de maior lâmina d'água do mundo que eu consegui encontrar na literatura. Pesquisei a literatura internacional toda, e não existe, que eu saiba, nenhum outro caso com lâmina d'água tão grande. É uma obra de dificuldades técnicas bastante grandes. Por isso, essa subdivisão para nós é importante, porque podemos dividir a ponte em dois trechos. O resultado das sondagens, os senhores vêm, indicaram que o maciço e basalto de muito boa qualidade, o que nos possibilita então a fazer fundações com tubulões perfurados na rocha, ancorados lá embaixo.

O basalto praticamente se inicia no fundo do rio, não temos praticamente sobreposição de material terroso nesta zona toda central. Os aterros começam a aparecer só junto das margens. Em face desta constatação, desses

estudos, nós propusemos ao DNER a solução de um projeto. Nossa consenso de um projeto partiu de uma ponte com dois trechos, de aproximadamente 1.200 metros, juntas de construção exatamente no meio — essa também é uma concepção bastante moderna, pela primeira vez no Brasil. Os apoios, os pilares da ponte nós usamos os próprios tubulões, as próprias fundações que saem lá de baixo e vão até a estrutura da ponte. Os tubulões ficam fixos no maciço rochoso, no fundo do leito do rio, e vão até a superestrutura da ponte. São 6 tubulões com apoio, tubulões de 2 m. de diâmetro, e que terão mais ou menos, em alguns pontos, 50 metros de altura. Os senhores têm aqui uma ideia da seção da ponte. Depois farei umas observações a respeito das alternativas que nós usamos antes de chegarmos a um conceito final do projeto.

A seção transversal da ponte, depois de vários estudos e alternativas está consubstanciada nestes desenhos. Temos aqui a pista rodoviária e a pista ferroviária excêntrica. É uma obra toda em concreto pronto, uma seção variável, altura variável. Os tubulões vão funcionar como pilares. A seção da ponte é variável, e vai ser construída pela técnica de valores progressivos. Nós implantamos os tubulões, completamos *in loco* os escoramentos do primeiro trecho, e depois vamos avançando para um lado e para o outro, com balanços sucessivos, em trechos de 3 metros e 40, até chegarmos na zona central de cada vão. Esses trechos centrais só serão fechados depois do final da obra, porque nós temos que deixar o concreto todo sofrer adaptação, para diminuir o movimento das juntas que vão existir na região central da ponte. Vamos ter uma mobilização de 30 cm, para isto precisamos de umas juntas especiais de trilho que permita esse movimento, e mais outras também para a ponte rodoviária, garantindo esses movimentos. Esses problemas são todos técnicos e já resolvidos. Temos em cada apoio 6 tubulões, são tubulações muito grandes, 50 metros de altura, e que cada tubulão desse absorve uma carga de 1.500 e 1.600 toneladas. Os vãos são de 80 metros, e no apoio nós temos 80 metros, sendo que o vão livre é de 68 metros. A PORTOBRAS exigiu a manutenção de vãos navegáveis, um de 90 metros ou dois vãos navegáveis de 60 metros. O projeto também tem que atender os imperativos da navegação. O desenvolvimento da ponte faz uma curva vertical, de modo a deixar livre um vão de navegação de 10 metros e 60 metros duas vezes.

Essa a idéia conceitual do projeto. Para chegarmos a ela, nós analisamos mais 3 alternativas de solução, todas elas obviamente baseadas na mesma conceituação.

Uma outra solução estudada foi a que está esquematizada aqui, um chamado Lançamento Incremental. É uma técnica de construção que não usamos no Brasil ainda, não usamos em concreto, já usamos em aço. A idéia dessa técnica construtiva é a seguinte: fazemos quatro canteiros de pré-fabricação nos extremos, nos encontros, e a ponte teria uma seção semelhante a esta que estão aqui, com pequenas alterações. Ela seria fabricada em trechos de 25 metros, e com um sistema de macacos levantamos e empurramos. Depois, fabricamos outro trecho de 25 metros e emendamos naquele, e assim por diante. A ponte é produzida continuamente, em trechos, e os incrementos são lançados, empurrados por macacos. De modo que em quatro pontos de lançamentos, quatro canteiros pequenos, nós lançamos toda a estrutura em direção ao centro. Essa variante de construção, nós estudamos com a assessoria de um grande escritório em projetos alemão, do Professor Fritz...

Em termos de preços, custos da mesma ordem da solução que nós escolhemos, mas a que nós acabamos optando é uma solução muito mais adaptada tecnicamente pelas empresas brasileiras.

(inaudível)

Uma outra solução metálica é a viga mista, uma parte da seção em aço e o tabuleiro em concreto. O cotejo de custos feito, o cálculo de custos nos deu preços bem mais altos para estas soluções. Então nós as abandonamos. Foi analisada a possibilidade, em fase de anteprojeto, e apresentadas as nossas conclusões ao DNER. Nós temos todos esses dados numéricos, acho que se-ria talvez ocioso dá-los aqui, mas podemos fornecer-los a quem quiser.

De momento, nós estamos desenvolvendo, já no estágio final, o projeto executivo da alternativa escolhida, em balanços progressivos. Nós devemos concluir este projeto, nosso prazo contratual, para entrega de uma minuta do nosso relatório ao DNER, para análise final, é 22 de novembro, se não me engano. Nós já estamos muito adiantados, estamos com a ponte toda calculada, uma parte dos desenhos já feitos, estamos elaborando os detalhes finais, e devemos cumprir nossas cláusulas contratuais. Eu queria salientar que os problemas técnicos que essa obra encerra são problemas fora do comum. É uma ponte com uma profundidade de lâmina d'água inusitada, não só para as condições brasileiras como para as condições internacionais. A técnica brasileira tem todas as condições, nossa técnica de construção, as nossas firmas empreiteiras têm todas as condições de realizá-la, nós temos os equipamentos disponíveis no Brasil para realizarmos essa obra, mas os custos não são pe-

quenos. Para os senhores presentes terem uma idéia da ordem de grandeza, há seis meses, quando nós entregamos o anteprojeto, a variante mais econômica que recomendamos custava em torno, os aterros custam uns 10% ou nem isto, os aterros de chegada da ponte, se não me engano era em torno de 11 bilhões de cruzeiros. Nós temos esses dados aqui, o custo da obra estrutural é de 11 bilhões de cruzeiros. Hoje nós já devemos contar, decorridos 6 meses desse orçamento, com uma correção de custo que todos os senhores aqui conhecem, com a inflação brasileira, já devemos ter mais 50% em cima disso, hoje. Essa ponte, hoje, deverá estar orçada em 16, 17 bilhões de cruzeiros atualmente.

Essas são as informações técnicas de caráter geral, e se os senhores presentes quiserem mais detalhes técnicos nós podemos fornecer. Acredito que encerraria a exposição aqui, e colocaríamos toda a nossa equipe à disposição do plenário para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Vuolo) — Eu gostaria que deixasse bem claro a data exata do término do projeto.

O SR. JAIME MASSON — O prazo contratual é 22 de novembro, entrega da minuta. Não é a impressão final do relatório. Para o exame final também é 22 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Vuolo) — Depois o DNER iria opinar sobre essa minuta?

O SR. JAIME MASSON — Iria opinar e depois nos mandaria imprimir o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Vuolo) — Diante do que nós ouvimos, eu coloco a palavra livre para quem desejar fazer alguma pergunta ao expositor da matéria. Pedimos a apresentação.

O SR. ADEMIR ALVES — Prefeito de Urânia, Secretário da Associação dos Municípios do Oeste Paulista.

Meu caro representante da Sondotécnica, nós gostaríamos de saber se a minuta desse projeto, terminada em 22-11-82, o DNER opinando favoravelmente sobre essa minuta, quando efetivamente estaria definitivamente concluído esse projeto, com minuta e tudo, para que a obra pudesse ser acionada, a fim de ser colocada em concorrência pública?

O SR. JAIME MASSON — Nós não podemos precisar o prazo que o DNER levaria para opinar sobre a nossa minuta. A título informativo, quer dizer, não podemos assumir nenhum compromisso nesse sentido porque nos transcende, o DNER normalmente leva 1 mês examinando. Depois, nos dá autorização e nos manda imprimir o relatório. A parte gráfica, de arrumação, acredito que seja de 45 dias, e então ficaria definitivamente concluído o nosso trabalho. Entregue ao DNER, este faria a licitação quando entendesse que devesse fazê-lo. As perspectivas, em geral, são essas.

O SR. ADEMIR ALVES — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Vuolo) — Alguém mais quer fazer uso da palavra?

O SR. EDSON FREITAS — Gostaria de saber se além de perguntas eu posso tecer alguma consideração em cima do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Vuolo) — Perfeitamente. Dentro de um prazo mais ou menos limitado.

O SR. EDSON FREITAS — Nós ouvimos aí a exposição do representante da Sondotécnica, que nos informou bem das dificuldades técnicas que representa. Mas nos informou também que essas dificuldades técnicas são amplamente superadas pela tecnologia brasileira. Essa obra é uma reivindicação de quase 1 século, como bem disse o Senador, ficou escrito em livro de Euclides da Cunha em 1901. E até hoje não foi levada avante em razão do chamado custo, não tem razão, não existe outro fator que tenha obstaculado a execução disto senão o chamado custo. Eu lamento de início, quero dizer, a ausência dos srs. representantes do Governo nesta reunião, que seria o DNER. Como cidadão, quero pedir desculpas aos senhores por não ter me identificado: Edson Freitas, ex-Prefeito da cidade de Jales, e atualmente Presidente do PMDB de Mato Grosso. Já que falei nesse assunto, quero explicar que a nossa vinda aqui é exatamente para dizer que também nos engajamos nessa luta de longa data, no tempo em que exercemos o poder em São Paulo, numa pequena cidade. E, apesar de representarmos um partido de oposição, em se tratando de uma obra do interesse público, de interesse nacional, como é essa, e até internacional, porque ela vai encurtar e possibilitar num futuro bem mais remoto uma ligação do Atlântico com o Pacífico, através do Brasil—Peru, se nós quisermos sonhar mais longe. Para nós não existe, estamos aqui hoje cumprimentando o Senador Vuolo, nós estamos prestigiando na medida em

que a nossa presença possa prestigiar essa figura de homem público, que vem lutando com todo o entusiasmo em cima de uma obra de tal envergadura, de tal significação para todos nós. Devo informar aos meus ex-colegas de São Paulo, que estão hoje representando a Associação dos Municípios daquela nossa região, que no novo Estado que eu abracei, que é o Mato Grosso, estamos presidindo um partido que elaborou um plano de Governo e disputa uma eleição de Governo com possibilidades de vitória. E para satisfação dos senhores, esse futuro governo de Mato Grosso incluiu no seu plano de trabalho essa obra. De sorte que já enfrentamos essa luta no tempo em que não tínhamos nenhum governador a favor, nenhum presidente, nenhum ministro, nenhum secretário de Estado. E me perdoe o Dr. Fragelli, que nos recebeu tão cortesmente no Palácio Alencastro, numa época quando nós morávamos em São Paulo. Ele mesmo, através dos seus tecnocratas, já bem definidos aqui, abraçava teoricamente a obra, mas na prática o seu Diretor do DER-MAT não apoiava, não aprovava, nós sabíamos e lutávamos inclusive contra esse tecnocrata lá dentro.

Vamos lutar daqui para a frente baseados nessa tese de que essa obra é cara, mas é cara dentro de uma filosofia de governo que age como uma empresa privada, que investe naquilo que reveste em lucro imediato. Se nós pensarmos em termos de futuro, em termos de desenvolvimento, ao longo dos tempos, e não no imediatismo, essa obra não representa nada para a nossa grandeza, para o que desejamos.

Uma outra coisa que desejo falar em nome dos ex-Prefeitos, acredito que até dos Prefeitos que aqui estão: nós nunca viemos a nenhum governo pedir essa obra. É preciso que entendam, que essa obra não beneficia o meu município exclusivamente. O que nós viemos fazer é, primeiro, oferecer o levantamento de um problema de interesse nacional, que às vezes os governantes lá do seu gabinete não têm conhecimento, e nós moradores da região descobrimos. Segundo, oferecer até a nossa colaboração, nós temos oferecido através dos longos anos de luta que a AMOP vem enfrentando. Se pensarmos no custo dela, dividido pela União, dividido pelo Estado de São Paulo que se propõe a custear a metade, dividido pelo Estado de Mato Grosso que poderá custear uma parte, dividida até com a contribuição das prefeituras interessadas nos vários estados, e agora outro estado vigoroso que nasce nesse país, que também é interessado direto, nosso irmão Mato Grosso do Sul, nós entendemos que ela representa para nós todos um custo irrisório. E ainda existem opções de empresas de capital misto, com a participação desses governos e o capital privado. Aí, então, naturalmente, com direito a exploração de pedágio. E como nós mesmos tivemos oportunidade de dizer ao Exmº Sr. ex-Presidente Garrastazu Médici, se governo nenhum quiser nada com nada, lamento não poder dizer isso na frente dos Srs. Diretores do DNER, que nos autorizem a construir através da organização de uma empresa de capital privado, para construir essa obra e explorar o pedágio dela. O que não podemos é diante de um obstáculo, toda essa gama de homens recuar, simplesmente recuar porque é difícil, é inviável. Lamentavelmente, ontem, eu viajava num avião junto com um Secretário de Estado, do meu Estado, e eu vi quando ele disse: ferrovia para Mato Grosso é inviável. Graças a Deus ele não é Secretário de Transporte, é uma pessoa que não entende nada do que está falando. Opinião em cima de um assunto que ele não estudou, e nós estamos opinando porque estudamos mais oito anos isso, trabalhamos em cima disso. Estivemos em dezenas de reuniões com autoridades, estudamos com técnicos e estamos dando uma opinião mais ou menos calcada, e agora referendada pelo representante da Sondotécnica. É realmente difícil, mas essa dificuldade há de representar para nós, técnicos brasileiros, e homens públicos brasileiros longe de um desânimo, de um desestímulo, ela há de representar para nós um desafio. E é isso que espero dos senhores técnicos que hoje comandam o nosso desenvolvimento, e dos senhores homens públicos, que enfrentemos isso aí como um desafio e esqueçamos o custo aparente, porque o custo real terá que ser deduzido dele os benefícios que ela nós prestará.

As discussões das várias opções de traçado, vamos deixar para o campo político, para as lutas futuras que advirão. Estamos satisfeitos em parte, de saber que em novembro teremos o término desse projeto, estamos satisfeitos em saber que o Senador Vuolo, como ele afirmou, está vivo e recuperando a sua saúde, e em novembro ainda será Senador. Nós queremos esclarecer aos colegas prefeitos, o Senador foi submetido a uma severa intervenção cirúrgica, houve realmente quem até desejasse a sua morte, mas nós, Senador, sabemos que o Sr. está se recuperando, já está bom, e confiamos na sua atuação.

Queremos dizer que para vir aqui o meu Partido fez uma reunião de diretoria e autorizou a nossa vinda, para que fique, de uma vez por todas, manifestada a intenção de que na hora de Brasil nós não temos rancores partidários como muita gente pensa e afirma. (Palmas.)

Cumprimento, Senador, e faço votos pessoais de que o Sr. viva conosco muitos anos e goze conosco as comemorações da vitória dessa luta.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Vicente Vuolo) — Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ALVES — Senador Vicente Vuolo, credenciados que fomos em nome da Associação dos Municípios do Oeste Paulista, queríamos aqui externar, publicamente, o nosso reconhecimento pelo vosso brilhante trabalho e dizer aqui que, a AMOP, está sempre presente ao longo desses seis anos de caminhada, quer seja inicialmente com Agnaldo Pavarini, quer seja com Batista Álvares Campos, e hoje presente José Pereira de Azevedo, está atenta e apoiando a construção dessa ponte rodoviária sobre o Rio Paraná, porque este é um sonho, a ligação dos trilhos da FEPASA até Cuiabá, porque isto vai representar a interiorização do desenvolvimento, maior facilidade de escoamento dos produtos agrícolas, nessa região que é de grande produção agrícola, e a facilidade de escoamento até o Porto de Santos.

Essa obra que é de interesse do Estado de São Paulo, do Estado do Mato Grosso e do Estado do Amazonas, também representará, numa época de dificuldades financeiras, emprego para muita gente, porque a sua construção demandará muita mão-de-obra. O seu custo, numa época de dificuldades, é grande, mas através do esforço comum, através da união dos partidos, acima dos interesses políticos, poderemos ver concretizada essa realidade.

Queremos aqui, publicamente, hipotetizar o apoio da Associação dos Municípios do Oeste Paulista, que através dos seus componentes, liderados por José Pereira de Azevedo, está aqui presente na pessoa dos seguintes Prefeitos: Ademir Álvares, que vos fala, Prefeito de Urânia; Batista Álvares Campos, Prefeito de Palmeira do Oeste; Demétrio Marcos de Oliveira, de Indiaporã; José Câmara Lopes, de Santana da Ponte Pensa; Manoel Ávila, de Santa Rita do Oeste; João Luquet de Santa Clara do Oeste; Delio Saguini, Prefeito de Pedranópolis; José Carlos Dias, representante do Prefeito de Santa Fé do Sul; Mário Rodrigues de Santana, representando o Prefeito de Aparecida do Oeste; Rivaldo Carneiro representando o Prefeito de Rubinéia; Percival Guilherme da Silva, representante do Prefeito de Meridiano; Edeval Oliveira Rodrigues, representando o Prefeito de Jales.

Emocionados, sentimos as suas palavras e o quanto V. Exº quer essa obra se concretize e se torne realidade. Nós anotamos aqui que, da idéia inicial, em 1970, hoje o projeto já evoluiu, porque em 1979, no V Encontro do Oeste Brasileiro, o Presidente João Figueiredo garantiu a construção dessa obra; o ex-Governador Paulo Maluf garantiu que o Estado de São Paulo entraria com 50% se essa obra fosse concretizada, e em 1981, numa solenidade em Cuiabá, foi conveniado com a Sondotécnica o projeto dessa obra, que se conclui em novembro.

Queremos agradecer a presença dos ilustres Senadores dos diversos Estados aqui presentes, que muito nos honra, e dizer a V. Exº que somos também prefeitos em fins de mandato, mas estaremos com a bandeira levantada com V. Exº, porque esta obra está acima dos interesses de cada um de nós, é de interesse da Nação brasileira, é interesse do Brasil, e ela será realizada para rendição do Oeste do Mato Grosso e da Amazônia.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. JOSÉ EDUARDO E. SANTO — Sr. Presidente, ainda que aparentemente a pergunta seja irrelevante, diante da afirmação do técnico da Sondotécnica, de que o projeto, que está sendo por ela elaborado, estará concluído em novembro deste ano, cumprindo-se posteriormente os prazos do DNER para determinação da confecção final ou não do projeto, para posterior abertura de concorrência destinada à implantação da obra em si, ainda que aparentemente irrelevante diante desse fato citado, gostaria de indagar ao representante legal da Sondotécnica, Dr. Túlio Guida: Qual a razão que determinou a anulação do contrato assinado em Cuiabá em janeiro de 1981, para que, em lugar daquele contrato, fosse firmado um outro contrato em junho de 1981, na cidade do Rio de Janeiro? S. Exº pode nos informar a razão desse fato?

O SR. TÚLIO GUIDO — Nós não temos as razões que ocasionaram esse fato. Suponho que sejam problemas de ordem administrativa, ligados à existência de empenhos, quer dizer, de dinheiro para fazer o projeto. Isso é apenas uma opinião, não é uma informação que eventualmente possa corresponder à realidade. Esta resposta, provavelmente, quem teria melhor condição de dar é o DNER. A partir do momento em que assinamos o contrato, em Cuiabá, eu estive presente, estivemos à disposição do órgão para que o trabalho fosse iniciado. Isso só ocorreu em junho, quando fomos convocados para a assinatura de um novo contrato, contrato esse que posteriormente foi

referendado pelo Conselho de Direção do DNER; e iniciado em junho de 1981, como já anteriormente posto.

O SR. JOSÉ EDUARDO E. SANTO — Houve alguma alteração de preço, Dr. Guido?

O SR. TÚLIO GUIDO — Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO E. SANTO — Em relação ao contrato assinado em Cuiabá para o contrato assinado no Rio de Janeiro.

O SR. TÚLIO GUIDO — Não, porque os contratos que o DNER licita se baseiam num preço de referência que é o chamado preço inicial. Todos os contratos que duram, que têm uma vigência, digamos assim, maior do que seis meses, automaticamente são contratos passíveis de reajustamento. É por isso que o nosso contrato, a preços iniciais, era um contrato da ordem de 30 milhões de cruzeiros, e ele custará aos cofres da União cerca de 80 milhões, em função da correção monetária que ocorreu neste período, mas em termos de objetivos, em termos de preços, o contrato que assinamos em Cuiabá é absolutamente idêntico ao contrato que tornamos a assinar em junho de 1981.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Vuolo) — Continua livre a palavra.

Ninguém desejando fazer uso da mesma, concedo a palavra ao nobre Senador José Fragelli.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, Srs. Prefeitos e demais representantes:

De qualquer maneira eu ia usar da palavra para prestar uma justa homenagem ao Senador Vicente Vuolo, pelo trabalho incansável que ele vem desenvolvendo há anos com o objetivo de vencer todas as etapas que são necessárias para que tivesse início a construção de uma ferrovia demandando o norte de Mato Grosso à Capital do nosso Estado.

O Senador Vicente Vuolo é um homem que se distingue justamente pela sua tenacidade, é um batalhador incansável, como político, como Deputado Estadual, como Parlamentar, tendo essa qualidade que não é comum de persistir nos seus objetivos.

De sorte que eu usaria da palavra para prestar essa homenagem e dar o meu testemunho da luta desenvolvida pelo Deputado Vuolo, no tempo em que juntos trabalhávamos em Mato Grosso, depois pelo Deputado Federal e agora pelo Senador, e ele tem toda a razão porque a ferrovia para Cuiabá, como ele mesmo recordou de uma página de Euclides da Cunha, não é apenas uma aspiração mas é uma necessidade de ordem nacional, além daquelas vantagens que há de colher Mato Grosso, e eu diria o norte de Mato Grosso, com a construção de uma rodovia.

Fernando de Azevedo, na sua obra "Um trem corre para o Oeste", mostra como Cuiabá é um ponto central para onde deve convergir todas as formas de comunicação: aérea, fluvial, rodoviária, ferroviária, porque realmente, vamos dizer assim, Cuiabá é e permanecerá por muito tempo como a grande base de operação para a efetiva ocupação de toda a Amazônia. E só este fato mostra o caráter nacional de uma obra como esta. Mas, não vamos nos aprofundar, porque é desnecessário. Mas os grandes resultados que colheria Mato Grosso, que colheria o Brasil, que colheria uma parte do Estado de Mato Grosso do Sul, esta região toda de São Paulo, representada pelos seus dignos e ilustres prefeitos, que fazem muito bem em se interessar tanto quanto os mato-grossenses por esta realização, porque acho que até é falarmos sobre o óbvio.

Também quero fazer uma pequena apreciação pelo que disse o ex-prefeito de Jales, que mais de uma vez compareceu à Cuiabá, e era um dos mais entusiastas na defesa da construção dessa ponte, como parece que uma preliminar para o início e a posterior implantação de toda essa ferrovia. Acho que o meu diretor do DR de Mato Grosso, Marcelo Miranda, hoje candidato a Senador, ele não era contrário, nem eu também era, nunca fui e nem poderia ser contrário à construção dessa ponte e muito menos dessa rodovia. O que não quis, acho que o Sr. ex-prefeito de Jales deve lembrar, é fazer um compromisso pelo Estado de Mato Grosso, porque não tinha a menor condição de colaborar financeiramente numa obra como essa. Basta dizer que, naquele meu primeiro ano de administração, a receita prevista e realizada com pouco mais de arrecadação era de 169 milhões de cruzeiros, e o Estado se encontrava numa situação financeira bastante precária, naquele meu primeiro ano de administração. E eu sempre fui, como sabe o Senador Vicente Vuolo, tremendamente contrário a prometer e não fazer, a assumir compromissos e não cumpri-los. Muitas das pessoas que me conhecem e fazem política comigo sempre disseram: você nem parece político, você não gosta de prometer as coisas que às vezes pode prometer e chega até a realizar, mas não assume compromissos prévios. Realmente, acho que posso dizer que cheguei a realizar mais do que aquilo a que me comprometi a fazer. Esta não é uma prática

comum entre os políticos, mas é do meu temperamento. Então, sempre fui favorável à construção, mas quero relembrar que, mesmo naquela época, as informações que tínhamos do DNER quanto à viabilidade financeira não eram favoráveis. O Sr. Freitas deve se lembrar que eu disse: eu dou uma contribuição simbólica para a construção da ponte, e não uma contribuição efetiva, comparável a São Paulo que é, como sempre digo, a maior Nação do Brasil. Eu não podia fazer uma promessa concreta em relação ao que São Paulo podia fazer. Mesmo assim quero alertar para o seguinte: acho que compromissos como esses devem ir além de uma simples manifestação. Por exemplo, compromisso de São Paulo, concorrer com 50%. Acho que isso já devia constar pelo menos uma parte, aquela parte de uma etapa. Não sei se consta do orçamento de São Paulo hoje. Se não se tomar uma medida dessa, fica simplesmente na promessa — vamos falar com toda franqueza aqui. Se São Paulo diz: eu vou entrar com 50% e não coloco no seu orçamento alguma parte desses 50%, está fazendo aquilo que eu não quis fazer, prometer e não realizar. Por sua vez, o DNER deve fazer entrar também na sua programação, como aliás é da maneira do DNER aqui — coloca no seu programa de trabalho determinadas rodovias, se for uma ferrovia e já coloca ou, como se diz hoje, aloca alguns recursos. De sorte que simplesmente manifestar o desejo, a vontade, a promessa de determinadas iniciativas e não adotar medidas concretas é a mesma coisa que ficar em branco. Isso que acho que os Srs. devem reivindicar mais duramente, tanto do Governo Federal quanto de São Paulo, e se alguma coisa do Governo de Mato Grosso puder também contribuir, que não sei se pode contribuir, não conheço as condições atuais das finanças do Estado de Mato Grosso. Mas, alguma coisa, como, por exemplo: todas as obras de Urubupungá, Mato Grosso sempre entrou com alguns recursos, mas contribuição simbólica, e Urubupungá lá se encontra feita por São Paulo, sem contribuição quase nenhuma do Governo Federal, muito pequena. Mas, por exemplo, a questão de Urubupungá, se me permitem recordar, foi um ex-Governador de Mato Grosso quem lançou a idéia, o grande e saudoso ex-Governador Lucas Nogueira quem aceitou essa idéia e a materializou imediatamente. Vejam bem, Urubupungá o Governador Lucas Nogueira não ficou nas promessas e nem nos projetos. Imediatamente S. Ex^o tomou todas as medidas para iniciar a grande obra de Urubupungá, primeiro em Jupiá, depois em Ilha Solteira. Mas aquele Governador transformou uma promessa em atos, pode-se dizer imediatamente. Acho que é isso que se precisa fazer aqui no caso. Temos aqui essa medida preliminar da construção da ponte, o projeto. É preciso que o Governo Federal e o Governo do Estado de São Paulo já dêem contribuições efetivas e concretas para isso, senão a coisa vai ficar simplesmente no vício político de prometer e não fazer.

Era isso que queria dizer. Nós nunca fomos contrário.

Quero recordar que o Dr. Marcelo Miranda, naquela época, defendia muito a idéia de uma ponte ali no Porto Alencastro, mas uma ponte pequena que não interferiria nesta, por causa do fluxo já de circulação, etc., que havia no sul de Minas, nessa região também de São Paulo com a parte de Mato Grosso do Sul. Pois bem, vejam os Srs. como são as coisas. Nós fomos a Belo Horizonte, fizemos uma reunião com o Ministro Mário Andreazza, foi assinado um convênio entre o Governo Federal, o Governo de Minas Gerais e o Governo de Mato Grosso do Sul e nem a ponte do Alencastro está aqui. E nós mandamos colocar no orçamento de Mato Grosso a primeira contribuição, mas nem assim saiu, porque as partes maiores não foram concretizadas. Então, desejo terminar dizendo que essa luta do Senador Vicente Vuolo e de todos os Srs. Prefeitos desta região, que vêm desde 1970, 1971, deve ser levada avante. E com a palavra autorizada de S. Ex^o, o Sr. Senador, e com o empenho de todos os Srs., vamos ver se se transformam esses objetivos e essas intenções em atos concretos.

O meu voto, o meu desejo aqui é para que realmente se realize uma obra de envergadura nacional, como essa ponte, e depois a ferrovia para Cuiabá. Muito obrigado aos Srs. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Vicente Vuolo) — concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcante.

O SR. LUIZ CAVALCANTE — Meus Srs., não sou paulista, não sou mato-grossense, sou alagoano.

O SR. — Mas fez muito por Mato Grosso, mesmo morando lá no Norte.

O SR. LUIZ CAVALCANTE — Já revelou o meu segredo. (Risos.)

Por dois anos comi lá do rio Dourado saborosos jaús e por outros dois anos comi os mais ainda saborosos pacus de Cuiabá. Pela primeira vez, quando tenente do Exército, servindo numa comissão de obras, trabalhei para a construção da estrada Cuiabá-Cáceres-Vila Bela. A sede da comissão era em

Porto Espírito Santo, isso nos anos de 1944-45. Depois, nos anos de 1950-51, já capitão, quando servi em Cuiabá, trabalhei na construção da Estrada Cuiabá-Rosário do Oeste-Vilhena, que eu palmelei todo este trecho. Então, daí os meus amores, o meu interesse por tudo que diz respeito ao Mato Grosso do Sul e do Fragelli.

Pedi a palavra, pedi ao Vuolo que me concedesse, para dizer uma coisa: já vai para quase vinte e dois anos que sou parlamentar na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e não me lembro, nestes vinte e dois anos de frequência nesta Casa — modéstia à parte, sou dos mais assíduos — não me lembro, eminent Senador Vuolo, de um convite nosso, de Presidente de Comissão a qualquer autoridade que tivesse sido desatendido da maneira como foi desatendido o seu convite ao Ministro dos Transportes, ao Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para virem ou se fazerem representar a esta reunião. Sinceramente, isto como que atenta para a abertura política preconizada e tão exercitada do Presidente Figueiredo, isto atenta, mesmo à mão estendida do Presidente, enfim, atenta para a mais cremezinha regra de civilidade. Daí a minha estranheza, o meu desapontamento, por não ver representantes, senão aqueles excelsas figuras, pelo menos, sem representantes aqui ao nosso lado.

E, para concluir, quero oferecer-me para constituir a mais débil vara, do imenso feixe de varas, que ao lado desta aroeira que se chama Vuolo vai lutar para a concretização da construção da ponte sobre o Rio Paraná. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Vicente Vuolo) — Com a palavra o Presidente da AMOP.

O SR. JOSÉ PEREIRA — Ouvimos atentamente a explicação do representante da Sondotécnica, que nos informou que o término deste projeto fica para novembro. Como Presidente da Associação dos Municípios do Oeste Paulista — AMOP — gostaria de pedir ao Sr., pelo menos uma informação, se nós não podíamos lutar para que fosse colocada uma reserva no Orçamento federal, enquanto nós, prefeitos de São Paulo, fariam este trabalho juntamente com nosso Governador, para que pudéssemos ir adiantando de fato o trabalho que nós vimos fazendo ao longo de muitos anos. Se o Sr. nos ajudar em Brasília, nós iremos contar, também, com o apoio de São Paulo. Talvez possamos chegar mais rápido a este sinal verde que pode ser dado pelo DNER. Esta é a minha pergunta formulada ao Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Vuolo) — Infelizmente, das prerrogativas importantes que o Poder Legislativo perdeu, uma foi a de não poder legislar sobre o Orçamento criando despesas. Isso nos tem dificultado profundamente. Mas eu não aceito, em hipótese alguma, e farei ainda, antes do término do meu mandato, um pronunciamento severo, enérgico, de denúncia mais forte, para que conste, inclusive, da primeira etapa do livro que vou lançar em dezembro sobre ferrovia, e, muito especialmente, sobre este nosso projeto. Farei, como disse, um pronunciamento, no Senado, lamentando a ausência do DNER nesta reunião tão importante, e discordando com a desculpa de preço de obra. Gastar dinheiro, jogar dinheiro fora da Nação é o que estão fazendo por política, e, hoje, está provado com a candidatura do Sr. Eliseu Resende, no Estado de Minas Gerais, (Palmas) gastando bilhões e bilhões de cruzeiros, por projetos absurdos, por projetos que poderiam ser simplificados a um terço, como é o caso; por exemplo que nos envergonha, digo isso a qualquer elemento do Governo, fiel ao Presidente Figueiredo, mas consciente das responsabilidades e das posições aqui desta Casa e do compromisso com meu povo — este projeto absurdo da Ferrovia do Aço, que era para ser feito e concluído há três anos. Já se vão oito anos, se não me engano, todo ele feito através de túneis e de viadutos, gastando, isto sim, trilhões e trilhões de cruzeiros e não de vinte bilhões que precisamos para fazer uma ponte como esta, altamente importante para a verdadeira integração nacional. Então, eu ainda vou deixar. Por isto, eu sinto a ausência do DNER aqui, deste DNER troca, troca, conforme disse no início das minhas palavras. Ontem, era o Ministro Andreazza, um homem comprometido com o rodoviário, com as multinacionais, com o asfalto, com as empresas, com as metalúrgicas. Eliseu Resende é o atual Ministro, todos eles contrários à mentalidade ferroviária. Sabemos que num Brasil, um País como o nosso, precisamos de meios de transportes não só rodoviários, como ferroviários, hidroviários, principalmente, lá no nosso Estado, naquele Mato Grosso, onde está a solução, não só para o Brasil, mas para o mundo. Aquele Estado tem condições de ser o grande polo agrícola nacional, alimentando o Brasil, e o Brasil alimentando o mundo. Lá podemos substituir o petróleo facilmente pelo alimento, porque temos a certeza de uma agricultura certa, sem riscos, com as melhores terras do mundo, com a regularidade do tempo, com o lavrador que não conhece, não sabe o

que é geada, que tem dia marcado na folhinha e no relógio, hora certa parar chover e parar de chover.

Então, precisamos de quê? De transportes, de todo o tipo de transporte. Veja o que a Rússia faz, os Estados Unidos e a Alemanha, em matéria de investimentos com ferrovia. Aqui no Brasil é exatamente o contrário. Agora, o que eu vejo, o que me dói é que do meu Estado, que Deus não permita, venha para minha cadeira um homem altamente comprometido com as multinacionais, um Roberto Campos, conhecido por todos como homem sem qualquer brasiliade, quanto mais sem qualquer mato-grossense. É esse homem que querem colocar no meu lugar. Por que ele não apareceu com a sua cultura, com a sua inteligência, com o seu prestígio para nos ajudar nesta luta que não tem multinacional, e quem vai fazer são os engenheiros brasileiros, que estão exportando a sua técnica para o exterior, a matéria-prima está aqui mesmo no Brasil? Mas o que querem é o domínio, cada vez mais, das multinacionais. E agora, como se não bastasse a criação de Lula, metalúrgico, ameaçam, agora, o meu Estado, nem Deus permita, da vinda desse alienígena que é o Sr. Roberto Campos. Quer implantar ali o "Lula agrícola", o Lula do Campo, porque certamente as multinacionais já estão preparadas para invadir aquelas terras que são as melhores do mundo e lá instalarem o seu quartel general, a exemplo do que fizeram com as indústrias metalúrgicas em São Paulo.

Então, minha gente, infelizmente eu tive esse grave problema, mas tenho fé em Deus em vencer a minha doença para continuar essa nossa luta. (Muito bem! Palmas.)

Emocionado, os Srs. me perdoem, nós iremos fazê-la, e o meu filho estará lá para assumir a minha bandeira, ao lado de todos os Srs. Um abraço, meus agradecimentos.

Senador Fragelli, um pedido todo especial: seja uma bandeira, com a sua inteligência, que é muito grande, com o respeito que o seu nome impõe no meu Mato Grosso, não só em seu Mato Grosso do Sul, mas em todo o País, como homem de bem, honrado, honesto. Eu lhe peço, não esqueça, seja amigo da AMOP (muito bem! Palmas) e não deixem essa bandeira morrer, porque aqui nós já temos a promessa desse outro meu ilustre e querido colega, que ajudou a desbravar Mato Grosso, que é o Senador Luiz Cavalcante. Vamos, Sondotécnica, termine a sua parte, no mês de novembro. Vou cobrar com muita energia mesmo, com muita força e vou exigir a presença do DNER, não vou convidar, vou exigir, sob pena de crime de responsabilidade. Vou exigir a presença do Ministro dos Transportes e do Diretor do DNER aqui no Senado Federal, para que explique e autorize imediatamente a construção dessa obra que é vital para todos nós. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Vicente Vuolo) — Agora, tenho o prazer, em nome da Comissão, de convidar a todos os Srs. para um modesto almoço, no nosso restaurante do Senado Federal, oferecido pela Comissão. (Muito bem! Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 52 minutos.)

COMISSÃO DE FINANÇAS

ATA DA 13ª REUNIÃO, REALIZADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 1982 (EXTRAORDINÁRIA)

Às dezenove horas do dia três de dezembro de mil novecentos e oitenta e dois, na Sala de Reuniões da Comissão, presentes os Senhores Senadores Gabriel Hermes, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Bernardino Viana, Almir Pinto, Martins Filho, Raimundo Parente, José Fragelli, Mendes Canale, Lourival Baptista e Lomanto Júnior, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Amaral Furlan, Amaral Peixoto, Tarso Dutra, Mauro Benevides, Pedro Simon, Teotônio Vilela, Franco Montoro, Tancredo Neves e Affonso Camargo.

Ao constatar a existência de número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

A seguir, torna-se secreta a reunião, para que seja apreciada a Mensagem nº 266, de 1982, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Doutor João Batista Miranda para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Arnaldo Costa Prieto.

Novamente em caráter público, o Sr. Presidente declara encerrada a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

ATA DA 4ª REUNIÃO, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 1982

Às dezesseis horas do dia vinte e seis de novembro de mil novecentos e oitenta e dois, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, na Ala Senador Nilo Coelho, no Anexo das Comissões, sob a presidência do Sr. Deputado João Alves, Presidente, reúne-se a Comissão Mista de Orçamento, com a presença dos Srs. Senadores Bernardino Viana, Lourival Baptista, Raimundo Parente, Almir Pinto, Aloysio Chaves, Gabriel Hermes, Milton Cabral, José Fragelli, Saldanha Derzi e Aderbal Jurema e dos Srs. Deputados Ronaldo Ferreira Dias, Jayro Maltoni, Augusto Trein, Pedro Correa, Simão Sessim, Homero Santos, Paulino Cícero de Vasconcelos, Cláudio Strassburger, Paulo Studart, Túlio Barcelos, Siqueira Campos, Milton Brandão, Telmo Kirst, Stoessel Dourado, Luiz Braz, Carlos Chiarelli, Francisco Benjamin, Adhemar Ghisi, Evandro Ayres de Moura, Jorge Ferraz, Renato Azeredo, José Peixoto Filho, Jairo Magalhães, Jorge Arbage, Wildy Viana, Jerônimo Santana, JG de Araújo Jorge, Milton Figueiredo, Paulo Lustosa, Antônio Zácharias e Marcelo Linhares.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores José Lins, Henrique Santillo, Gastão Müller, Laélia de Alcântara, Evelásio Vieira e Lázaro Barboza e os Srs. Deputados José Freire, Olivir Gabardo, Arnaldo Schmidt, Amadeu Geara, Aluísio Bezerra, Cardoso Alves, Ailton Sandoval, Mário Frota, Iturival Nascimento, Juarez Furtado, Carlos Nelson, Roberto Freire, Jorge Uequed, Joel Lima, Jorge Ferraz, Juarez Batista, Milton Figueiredo, Renato Azeredo, Tertuliano Azevedo, Magnus Guimarães e José Peixoto Filho.

Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

A seguir, passa-se à pauta da reunião e o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Deputado Augusto Trein que emite parecer oferecendo a Redação Final do Projeto de Lei nº 26, de 1982-CN, que "estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1983", esclarecendo que nela introduziu alterações visando uma melhor adequação da classificação dos títulos à sistemática orçamentária, sem alterar os dispêndios previstos na matéria aprovada pelo Plenário, além das Emendas aprovadas na forma que melhor as identificassem com seus objetivos respeitada a técnica orçamentária. Em discussão o parecer, nenhum congressista usa da palavra para fazê-lo. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente coloca o parecer em votação, sendo o mesmo aprovado, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradece aos seus ilustres pares a colaboração recebida e declara encerrados os trabalhos, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 114, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.951, de 14 de julho de 1982, que "altera o Decreto-lei nº 1.893, de 16 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a adoção de medidas de incentivo à arrecadação federal".

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 1982

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezesseis horas, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Martinho Filho, Lourival Baptista, João Lúcio, Almir Pinto, Jutahy Magalhães, Cunha Lima, Laélia de Alcântara,

ra, Alberto Silva, Gastão Müller e Deputados Leorne Belém, Augusto Trein, Hélio Duque, Euclides Scalco, Tarcísio Delgado e José Bruno, reúne-se a Comissão incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 114, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.951, de 14 de julho de 1982, que "altera o Decreto-lei nº 1.893, de 16 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a "adoção de medidas de incentivo à arrecadação federal".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Lins, Agenor Maria e Deputados Ailton Rios, Honorato Viana, Luiz Braz, Roberto Galvani e Jorge Uequed.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Lourival Baptista, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Lourival Baptista convida o Senhor Deputado Euclides Scalco para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Alberto Silva	14 votos
Senador Gastão Müller	1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Almir Pinto	14 votos
Senador João Lúcio	1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Alberto Silva e Almir Pinto.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador Alberto Silva agradece, em nome do Senhor Senador Almir Pinto e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Augusto Trein para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando, eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 115, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.952, de 15 de julho de 1982, que "institui adicional às contribuições incidentes sobre açúcar e álcool e dá outras providências".

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 1982

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões, da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Gabriel Hermes, Passos Pôrto, Aderbal Jurema, Almir Pinto, Helvídio Nunes, Affonso Camargo, Gastão Müller, Mauro Benevides, Leite Chaves, José Fragelli e Deputados Francisco Benjamin, Nilson Gibson, Cristina Tavares e Iranildo Pereira, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 115, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.952, de 15 de julho de 1982, que "institui adicional às contribuições incidentes sobre açúcar e álcool e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Deputados Antônio Ferreira, Augusto Lucena, Ruy Silva, Adriano Valente, Murilo Mendes, Elquissón Soares e Péricles Gonçalves.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Aderbal Jurema, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Aderbal Jurema convida o Senhor Deputado Augusto Lucena para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:
 Deputada Cristina Tavares 14 votos.
 Em branco 1 voto.

Para Vice-Presidente:
 Deputado Nilson Gibson 14 votos.
 Em branco 1 voto.

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente a Senhora Deputada Cristina Tavares e o Senhor Deputado Nilson Gibson.

Assumindo a Presidência a Senhora Deputada Cristina Tavares agradece, em nome do Deputado Nilson Gibson e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Jutahy Magalhães para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Martinho José dos Santos, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 117, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.954, de 16 de agosto de 1982, que “altera dispositivos do Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, que dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional”.

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 1982

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezenas horas, na Sala de Reuniões na Comissão de Finanças, do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Lourival Baptista, Raimundo Parente, Luiz Cavalcante, Moacyr Dalla, Martins Filho, João Lúcio, Mauro Benevides, Gastão Müller, José Fragelli, Saldanha Derzi, Gilvan Rocha e Deputados Odulfo Domingues, Hélio Campos, Pimenta da Veiga e José Bruno, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 117, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional, o texto do Decreto-lei nº 1.954, de 16 de agosto de 1982, que “altera dispositivos do Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, que dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional”.

Deixam de comparecer, por motivo justificativo, os Senhores Deputados Erasmo Dias, Joel Ferreira, Paulo Studart, Alípio Carvalho, Roberto Freire, Euclides Scalco e João Gilberto.

De acordo com o que preceita o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Lourival Baptista que declara instalada a Comissão.

Em obediência à dispositivo regimental o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Lourival Baptista convida o Senhor Deputado Odulfo Domingues para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:
 Deputado Euclides Scalco 14 votos
 Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente:
 Deputado Erasmo Dias 14 votos
 Em branco 1 voto
 São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Euclides Scalco e Erasmo Dias.

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado Erasmo Dias, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, agradece, em nome do Senhor Deputado Euclides Scalco e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Moacyr Dalla para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Martinho José dos Santos, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 118, de 1982 — (CN), do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.955, de 23 de agosto de 1982, que “concede à Furnas e à ELETROSUL isenção de Imposto de Importação de bens destinados aos sistemas de transmissão de ITAIPU”.

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 1982

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezenas horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Passos Pôrto, Almir Pinto, Milton Cabral, Moacyr Dalla, Aderbal Juárem, Henrique Santillo, Alberto Silva, Gastão Müller e Deputados Odulfo Domingues, Antônio Ferreira e Celso Peçanha, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 118, de 1982 — (CN), do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.955, de 23 de agosto de 1982, que “concede à FURNAS e à ELETROSUL isenção de impostos na importação de bens destinados aos Sistemas de Transmissão de ITAIPU”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senador Itamar Franco e Deputados Augusto Trein, Delson Scarano, Joel Ribeiro, Antônio Zacharias, Rosa Flores, Ronan Tito, Sebastião Rodrigues e Walber Guimarães.

De acordo com o que preceita o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Almir Pinto, que declara instalada a Comissão.

Em obediência à dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Almir Pinto convida o Senhor Deputado Celso Peçanha para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:
 Senador Alberto Silva 10 votos
 Em branco 2 votos

Para Vice-Presidente:
 Senador Jutahy Magalhães 11 votos
 Em branco 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Alberto Silva e Jutahy Magalhães.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador Alberto Silva agradece, em nome do Senhor Senador Jutahy Magalhães e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Augusto Trein para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Frederic Pinheiro Barreira, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 119, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.956, de 30 de agosto de 1982, que “autoriza o Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás a conceder isenção ou redução do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados”.

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 1982

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezenas horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Gabriel Hermes, Aloysio Chaves, Almir Pinto, Passos Pôrto, Lourival Baptista, Milton Cabral, Henrique Santillo, José Fragelli, Affonso Camargo, Laélia de Alcântara, Deputados Joel Ferreira, Isaac Newton, Hélio Duque, Horácio Ortiz e José Bruno, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 119, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.956, de 30 de agosto de 1982, que “Autoriza o Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás a conceder isenção ou redução do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senador Pedro Simon e Deputados Manoel Ribeiro, Rafael Faraco, Brasílio Caiado, Humberto Souto, Fued Dib e Marcelo Cordeiro.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Almir Pinto que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Almir Pinto convida o Senhor Deputado José Bruno para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Hélio Duque 12 votos
Deputado Horácio Ortiz 3 votos

Para Vice-Presidente:

Deputado Manoel Ribeiro 15 votos
São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Hélio Duque e Manoel Ribeiro.

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado Hélio Duque agradece, em nome do Senhor Deputado Manoel Ribeiro e no seu próprio nome com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Gabriel Hermes para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida, e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 122, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional, o texto do Decreto-lei nº 1.959, de 14 de setembro de 1982, que "altera o inciso XIV do artigo 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964".

**ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),
REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 1982.**

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezenove horas e quinze minutos, na Sala de Reuniões, na Comissão de Finanças no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Gabriel Hermes, Bernardino Viana, Aloysio Chaves, João Lúcio, Lourival Baptista, José Fragelli, Affonso Camargo, Alberto Silva, Henrique Santillo e Deputados Castejon Branco, Fernando Magalhães e José Carlos Fagundes, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 122, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional, o texto do Decreto-lei nº 1.959, de 14 de setembro de 1982, que "altera o inciso XIV do artigo 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Milton Cabral, Pedro Simón e Deputados Airon Rios, Leorne Belém, Nélia Lobato, Ralph Biasi, Amadeu Geara, Juarez Baptista, Walmor de Luca e Philippe Penna.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador José Fragelli que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador José Fragelli convida o Senhor Deputado para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Affonso Camargo 11 votos
Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Lourival Baptista 11 votos
Em branco 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente os Senhores Senadores Affonso Camargo e Lourival Baptista.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador Affonso Camargo agradece em nome do Senhor Senador Lourival Baptista e no seu próprio nome com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado José Carlos Fagundes para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Martinho José dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 114, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.951, de 14 de julho de 1982, que "altera o Decreto-lei nº 1.893, de 16 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a adoção de medidas de incentivo à arrecadação federal".

**ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA
EM 2 DE DEZEMBRO DE 1982**

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezenove horas, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Moacyr Dalla, Martins Filho, Lourival Baptista, Bernardino Viana, Jutahy Magalhães, Cunha Lima, Laélia de Alcântara, Alberto Silva, Gastão Müller e Deputados Leorne Belém, Hélio Duque, Euclides Scalco, Tarcísio Delgado e José Bruno, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 114, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.951, de 14 de julho de 1982, que "altera o Decreto-lei nº 1.893, de 16 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a adoção de medidas de incentivo à arrecadação federal".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senador Agenor Maria e Deputados Airon Rios, Honorato Viana, Luiz Braz, Roberto Galvani, Augusto Trein e Jorge Uequed.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Senador Alberto Silva, que solicita nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que logo após é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente, comunica o recebimento de Ofícios das Lideranças do Partido Democrático Social, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, indicando os Senhores Senadores Moacyr Dalla, Bernardino Viana e Deputado Leorne Belém, para integrarem a Comissão em substituição aos Senhores Senadores José Lins, Almir Pinto e Deputado Tertuliano Azevedo.

Em seguida, o Senhor Presidente comunica que em virtude da substituição do Vice-Presidente da Comissão, irá fazer a eleição do Vice-Presidente. Proclamado o resultado, é eleito o Senhor Senador Bernardino Viana para o cargo vago.

Continuando, o Senhor Presidente irá redistribuir a matéria ao Senhor Deputado Leorne Belém para relatar, em virtude da substituição do Senhor Deputado Tertuliano Azevedo, anteriormente designado relator.

Dando seqüência aos trabalhos da Comissão, o Senhor Presidente concede a palavra ao relator, Deputado Leorne Belém, que emite parecer favorável à Mensagem nº 114, de 1982-CN, nos termos de Projeto de Decreto Legislativo, que oferece como conclusão.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE SAÚDE E DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

**ATA DA 10ª REUNIÃO, REALIZADA
EM 21 DE OUTUBRO DE 1981**

Às dezenove horas do dia vinte e um de outubro de mil novecentos e oitenta e um, na Sala da Comissão de Educação e Cultura, presentes os Senhores Senadores Jaison Barreto, Presidente da Comissão de Saúde, Adalberto Sena, presidente eventual da Comissão de Educação e Cultura, Almir Pinto, João Calmon, Valdon Varjão, Benedito Canellas, Murilo Badaró, Lomanto Júnior, os Senhores Deputados Marcelo Cerqueira, Rosa Flóres Carlos Sant'ana, Mac Dowell Leite de Castro e o Doutor Aloysio Campos da Paz, Presidente da Fundação das Pioneiras Sociais, reúnem-se as Comissões de Saúde e de Educação e Cultura.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Jaison Barreto, declara aberta a reunião.

Em seguida, concede a palavra ao Doutor Aloysio Campos da Paz, que formaliza convite aos Senhores Parlamentares presente, a fim de conhecerem as novas instalações do Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador João Calmon, que apresenta seu relatório, na condição de Delegado do Senado Federal, junto à 68ª conferência da União Interparlamentar, realizada em Havana.

Após a exposição do Senador João Calmon, usam da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Senadores Almir Pinto, Murilo Badaró e os Senhores Deputados Rosa Flores, Marcelo Cerqueira, Carlos Sant'ana e Mac Dowell Leite de Castro.

Finalizando, o Senhor Presidente determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar eu, Sergio da Fonseca Braga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA 10ª REUNIÃO DAS COMISSÕES DE SAÚDE E DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 1981, DESTINADA A OUVIR O RELATÓRIO DO SENADOR JOÃO CALMON, NA CONDIÇÃO DE DELEGADO DO SENADO FEDERAL, JUNTO À 68ª CONFERÊNCIA DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR, REALIZADA EM HAVANA.

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE

SENADOR JAISON BARRETO

PRESIDENTE EVENTUAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

SENADOR ADALBERTO SENA

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Declaro aberta a reunião.

Estamos recebendo a visita do ilustre Dr. Campos da Paz, da Fundação Sara Kubitschek, que tem um convite para falar à Comissão. De modo que gostaria de convidá-lo a sentar-se à mesa.

O DR. CAMPOS DA PAZ — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a razão de minha vinda hoje aqui se prende a um fato que se segue a uma cronologia relacionada com a minha vinda para Brasília, onde cheguei há 21 anos atrás.

Por uma série de circunstâncias eu fui levado à direção do antigo Centro de Recuperação Sarah Kubitschek, e, posteriormente, isso a partir de uma experiência na Fundação Hospitalar, inicialmente, e depois na Fundação das Pioneiras Sociais, foi possível a construção do novo hospital, que hoje é, sem dúvida nenhuma, o maior hospital de especialidades nessa área, em todo o mundo.

Isso me deu uma oportunidade, ao longo desse tempo, de preparar pessoas para conviver com esse tipo de proposta que era basicamente com trabalho médico, com tempo integral, dedicação exclusiva e formação de pessoal, paramédicos, pessoal de enfermagem, pessoal técnico, em nível de se formar uma pirâmide muito ampla de saúde, quer dizer, muito mais enfermeiras e técnicos do que médicos.

E nos confrontamos com a realidade de termos um hospital já com 200 leitos operacionais, sendo operado por 46 médicos de todas as áreas.

Esses eventos me levaram à presidência da Fundação das Pioneiras Sociais, que atua no eixo Rio-Brasília-Belo Horizonte, através de hospitais especializados, hospitais gerais e através, também, de uma ação importante na área de educação. Fui encontrar isso, quando assumi a presidência da Fundação das Pioneiras Sociais, em Belo Horizonte, um trabalho muito importante realizado a nível de escolas, onde no passado havia, inclusive, uma ação conjunta de saúde e educação, no momento em que a criança freqüentava a escola primária.

Essa retomada de posições todas me trouxe aqui hoje. Primeiro porque julgo que, passados 21 anos, eu cumpri o compromisso com a cidade que escolhi para viver. Assim sendo, acho que nada mais correto do que eu agora estabelecer um vínculo forte da instituição que dirijo com a comunidade. Eu não acredito que nenhuma instituição possa sobreviver sem um vínculo comunitário forte. Essa é a razão principal da minha vinda aqui. Depois, para ter oportunidade de, no local, mostrar que essas coisas são possíveis no Brasil, a partir dessas premissas que levantei inicialmente.

Ora, se é minha intenção estabelecer um vínculo comunitário cada vez mais forte, para que a comunidade tenha o sentido de propriedade em relação à coisa pública e a preserve, nada mais natural que eu viesse fazer o convite àqueles homens que foram designados pela comunidade para representá-la em vários níveis.

Em síntese, foi essa a razão da minha vinda aqui, formalmente, para que o primeiro convite fosse feito na Comissão de Saúde.

Eu pretendo estender essas visitas mostrando salas porque o Brasil é uma de sociedade pluralista é a fundação não como o modelo, mas como um modelo viável de saúde. E eu trouxe algum material que gostaria que a Comissão examinasse e formalizo neste momento o convite para a visita. O Hospital funciona o dia inteiro, de forma que não há problemas de horário, não há problemas de qualquer tipo de formalismo. Acredito que em qualquer época e em qualquer momento a visita será importante para ambos os lados.

Não sou um nômade, e acredito que a Comissão vai ficar gratificada por ver que essas coisas são possíveis.

Como digo, para encerrar, mais uma vez, acho que o correto era que começasse por aqui, uma vez que, se estou dizendo para a comunidade que isso é de vocês, é através dos representantes dela que posso abranger mais essa mensagem que estou procurando trazer há 21 anos.

É só isso, Srs. Senadores e Srs. Deputados.

O SR. ALMIR PINTO — Sr. Presidente, o nobre colega, médico Campos da Paz, faz justamente um trabalho quase integrado entre saúde e educação. Como estamos aqui numa reunião conjunta de saúde e educação, tendo como Presidente da Comissão de Educação o nobre Senador Adalberto Sena, que é médico também, acredito que o convite poderá ser feito às duas comissões. Vamos ver na data porque os presidentes se encarregariam de dar o dia e hora, para as duas comissões, por entendimento dos dois presidentes.

O SR. CAMPOS DA PAZ — Certamente. Eu não consigo separar as coisas, o que se pode ser visto em saúde, se educa e se pesquisa ao mesmo tempo. Essa divisão foi mercadológica, para resolver o problema da demanda de emprego para os médicos e educadores. De forma que acho que é absolutamente pertinente e seria muito melhor se fosse assim.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Acho que seria dispensável dar o nosso testemunho de apreço ao trabalho que vem executando à frente da Fundação o Dr. Campos da Paz. A Nação toda conhece o seu trabalho e o admira. De modo que nós o felicitamos pela oportunidade que vai nos dar de uma visita conjunta das Comissões de Educação e Saúde, em data a ser oportunamente marcada. Antes de mais nada, meus parabéns, porque depois de 21 anos ainda acredita, espera e luta, no sentido de uma integração maior não só com a comunidade mas com o Poder Legislativo que o aprecia e o acompanha, apesar das distâncias, pelo seu trabalho.

Concordariam, então, que marcássemos depois, de comum acordo com o Dr. Campos da Paz, a data da nossa visita?

O SR. ALMIR PINTO — Agora ou oportunamente?

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Acredito que tenhamos que marcar para a próxima semana, porque o recesso se aproxima.

O SR. ALMIR PINTO — Eu sugeriria terça-feira, de manhã.

O SR. CAMPOS DA PAZ — Está bom assim.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Fica, então, para terça-feira, na parte da manhã.

(Pausa.)

Damos sequência à reunião da Comissão de Educação e Cultura, em conjunto com a Comissão de Saúde, para a apresentação do relatório do Senador João Calmon, na condição de Delegado do Senado Federal junto à 68ª Conferência da União Interparlamentar realizada em Havana, em setembro de 1981.

Dada a importância da matéria, nós entendemos da necessidade da oportunidade da reunião, não afastando, inclusive, a possibilidade de que essa matéria fosse levada depois ao plenário, em função da relevância dos dados e das informações que o ilustre Senador traz para o conhecimento da Comissão.

Com a palavra o Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Antes da retirada, por alguns minutos, do Senador Murilo Badaró, eu sugerira a conveniência de ouvirmos, antes, uma rápida exposição daquele nosso colega, presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar. Foi ele quem comandou a nossa delegação, e lhe caberia, portanto, apresentar um relatório com muito maior autoridade do que a minha, que sou apenas um soldado da causa da educação. Quando o Senador Murilo Badaró voltar, interromperei a minha exposição e lhe transferirei a palavra.

Desejo também agradecer a presença do Deputado Rosa Flôres, que foi integrante da nossa delegação, como vice-presidente. Por sinal, a permanência da nossa delegação em Cuba foi encerrada em virtude de o Presidente João Figueiredo ter sido acometido de um infarto. O Presidente Murilo Badaró decidiu retirar a delegação que estava em Cuba, pelo menos todos os parlamentares que concordassem com a interrupção da nossa permanência em Havana. Delegou poderes ao Deputado Rosa Flôres, vice-presidente, para assumir a Presidência da delegação, porque três outros parlamentares não deixaram Cuba: o Senador Leite Chaves e os Deputados Marcelo Cerequeira e Elquisson Soares.

Ao contrário do que assinalou o pedido de convocação desta reunião, nós não estamos aqui na Comissão de Educação e Cultura e na Comissão de Saúde apenas para ouvir meu relatório. O que foi proposto e aprovado nestas Comissões é que os participantes da delegação parlamentar compareceriam hoje e todos dariam o seu depoimento, prestariam informações sobre o que lhes foi dado observar em Cuba. Está chegando aqui o Senador Mauro Benevides, que é um dos dirigentes da União Interparlamentar e que integrou a nossa delegação, tendo por sinal chegado a Havana antes dos demais membros da representação brasileira.

Iniciar, Sr. Presidente, esta rápida exposição, relembrando como nasceu meu interesse por um conhecimento maior do que Cuba está realizando na área da educação. Como há pessoas que sofrem do chamado "complexo do touro" e que quando vêm a cor vermelha ficam logo furiosas, eu devo dizer que, após o nosso regresso de Cuba, foi divulgado pelos nossos principais jornais um relatório da CIA — Central Intelligence Agency — destacando o fracasso do regime castrista na área da economia, inclusive na indústria açucareira, que não conseguiu atingir a meta da produção de 10 milhões de toneladas de açúcar. Entretanto, a própria CIA destaca os consideráveis progressos realizados em Cuba nos últimos anos, nas áreas da educação e da saúde.

Interrompo a minha exposição para dizer ao Senador Murilo Badaró que eu defenderei a tese de que caberia a V. Ex^a, dinâmico e brilhante Presidente da nossa delegação, transmitir as suas informações sobre o 68º Congresso da União Interparlamentar.

O SR. MURILO BADARÓ — Pediria a V. Ex^a que não interrompesse o seu relato.

O SR. JOÃO CALMON — Muito obrigado. Então, recordarei como nasceu meu interesse pelas realizações de Cuba na área da educação.

Em 1970, um ano depois de ter lançado em Recife uma cruzada que denominei de Década da Educação, numa tentativa de criar no Brasil um estado d'alma, uma verdadeira obsessão em relação à solução do problema altamente prioritário da educação, tomei conhecimento de que o México havia decidido que nenhum projeto sobre investimentos públicos naquele País poderia ser aprovado sem que antes o Ministro da Educação atestasse que aquele empreendimento não feria a prioridade número um, que deveria ser conferida sempre à educação. Minha primeira providência foi pedir uma audiência ao Embaixador do México no Brasil, que me recebeu em seu gabinete e me forneceu todas as informações sobre essa decisão revolucionária. A figura mais importante em muitos países é o Ministro da Fazenda ou o Ministro do Planejamento, às vezes o todo-poderoso Ministro do Planejamento. No México, inverteu-se essa ordem e passou a ser a figura mais importante do Ministro da Educação. Depois de meia hora de conversa com o diplomata, eu me levantei, estendi-lhe a mão e lhe disse: "Muito obrigado, Sr. Embaixador, pelas preciosas informações que me deu". O embaixador do México deixou a minha mão solta no ar. Obviamente estranhei a sua atitude. Ele me disse: "Por favor sente-se mais um pouquinho". E acrescentou: "Eu não poderia permitir que o senhor saísse do meu gabinete sem lhe afirmar que o fenômeno mais importante na área de educação, nas três Américas, não surgiu no meu País, e sim em Cuba. Lá se fez uma cruzada gigantesca em favor da erradicação do analfabetismo, com êxito integral. De maneira que o senhor deveria procurar obter algumas informações sobre essa realização cubana na área da educação".

Confessei-lhe minha ignorância: o Brasil não mantém relações diplomáticas com Cuba e por isso as informações sobre esse país não são disponíveis com facilidade. Logo depois, passei pela representação da UNESCO no Rio de Janeiro e lá obtive uma série de detalhes sobre o esforço de Cuba na área da alfabetização. Esta foi a origem do meu interesse.

Imaginem os meus nobres colegas qual foi o meu encantamento ao tomar conhecimento, em Havana, de que o Presidente de Cuba, Fidel Castro, tomara a iniciativa de propor um encontro com a delegação parlamentar do Brasil. Nós não pedíramos nenhum encontro a Fidel Castro. A iniciativa partia exclusivamente dele. Fiquei encantado em face da possibilidade de per-

guntar diretamente a Fidel Castro como ocorreu o fenômeno de libertação de Cuba da praga do analfabetismo. Fomos recebidos às 17:30 horas no penúltimo dia da nossa permanência em Cuba, por Fidel Castro. A audiência durou cerca de uma hora e meia. Depois de vários colegas fazerem perguntas a Fidel Castro, chegou a minha vez também de formular-lhe minhas indagações. Referi-me à cruzada lançada em 1961, e perguntei-lhe como Cuba teria evitado o fenômeno da regressão ao analfabetismo, já que essa mobilização durara apenas um ano. No decorrer desse período, Fidel Castro fechou todas as universidades e escolas secundárias, utilizando os professores e alunos como alfabetizadores. O total mobilizado se elevou a 100 mil pessoas. Indaguei-lhe como Cuba evitara a regressão do analfabetismo desses milhões de pessoas que foram alfabetizadas. De acordo com os dados da UNESCO, os índices de regressão ao analfabetismo giram, nesses casos de cursos de curta duração, em torno de 60%, 70%, às vezes até 80%. Fidel Castro tentou responder a pergunta, dizendo que, em Cuba, se deu continuidade ao ensino. Portanto, esse fenômeno de regressão ao analfabetismo lá não ocorreu. Eu insisti: "Como foi dada continuidade ao ensino, depois de ter sido desmobilizada a força de cem mil alfabetizadores? Obviamente, ele não teria nenhuma resposta satisfatória para essa pergunta. Preferiu, então, minimizar o episódio da alfabetização em massa, porque, na realidade, houve naquela época, extrema exploração demográfica, na base do culto da personalidade. Todos os livros que trouxe a respeito de Cuba apresentam dezenas e dezenas de fotografias de Fidel Castro. Fidel preferiu focalizar outro ângulo: "Senador, o episódio que o sr. comentou, ocorreu há vinte anos. Depois, o que Cuba conseguiu realmente foi importante. Nós, graças a dedicação à causa da educação, estamos garantindo a 100% das crianças cubanas seis anos de escolarização, e até 1985 garantiremos a 100% das crianças até 9 anos de escolarização".

Realmente, atingida esta meta, a proeza de Cuba será considerável, tão considerável que a própria CIA, que é absolutamente insuspeita, destacou, no seu relatório, o esforço cubano na área da educação.

Tive oportunidade de constatar, na reunião realizada em Havana, que o desinteresse pela educação, sempre relegada a plano secundário, não é um melancólico privilégio do Brasil. Na reunião preparatória da 68ª Assembléia da União Interparlamentar, realizada em Manilha, com a participação de um dos nossos eminentes colegas aqui presente, o Senador Almir Pinto, fundiram-se, para efeito de apresentação de um único relatório, as Comissões de Educação e de Energia. Eu trouxe comigo de Havana um exemplar desses relatórios, que foi dedicado, *exclusivamente*, à crise energética, sem uma palavra sequer sobre o problema da educação.

Na Assembléia de Havana, a educação primou pela ausência. Entretanto, esse tema empolgante deveria ter sido objeto de minucioso relatório e de prolongados debates. Aqui fica registrada minha profunda decepção pelo desprezo a que foi condenada a educação na última Assembléia da União Interparlamentar.

Num dos intervalos das reuniões plenárias da 68ª Assembléia, tive a preocupação de estabelecer um contato com o Ministério da Educação de Cuba, a fim de obter dados sobre o esforço daquele país na área da educação. Convidei para me acompanhar o nobre Deputado Carlos Sant'Ana, que desempenhou, com notável eficiência, as funções de Secretário da Educação de seu Estado, a Bahia. Na sua dupla condição de educador e de médico, ele poderia também obter informações adicionais sobre o problema não só da educação, mas também da saúde. Passamos cerca de duas horas no Ministério da Educação e obtivemos os dados oficiais mais recentes, inclusive do ano de 1980. Essas informações, que, neste momento, entrego às Comissões de Educação e de Saúde do Senado, constam do livro intitulado "Alguns dados da Educação em Cuba para a Conferência Geral da UNESCO, realizada em Belgrado, em 1980". As estatísticas são novas e confirmam o relatório da Central Intelligence Agency sobre os "consideráveis progressos" alcançados por Cuba na área da educação.

Durante minha permanência em Havana, aprendi outra lição: a paixão dos cubanos pela educação não começou com Fidel Castro. Ao contrário do que o líder comunista nos afirmou, não é necessário que um país adote a ideologia marxista-leninista para resolver o problema da educação. Mesmo na América Latina, a Argentina atingiu os mais altos níveis de instrução, ostentando índices de alfabetização de 97 a 98, sem aderir ao consumismo.

A admirável figura inspiradora do excepcional devotamento de Cuba à causa da educação não é Fidel Castro. Foi José Martí, herói da Independência e cuja memória é permanentemente exaltada ainda hoje. Vários cartazes proclamam: "A Revolução cubana é martiana". "José Martí amou sua ilha".

Trouxe comigo um livro de caráter mais propagandístico, "A Educação em Revolução" em que é citado, freqüentemente o nome de José Martí.

Durante nossa visita ao Ministério da Educação, convenci-me, ainda mais, da influência extraordinária exercida por José Marti, cuja pregação ostentava como símbolo a pena e a enxada, refletindo sua permanente preocupação de aliar o ensino ao trabalho. Ainda hoje, em consequência da pregação do admirável pioneiro, os alunos das escolas secundárias de Cuba dedicam algumas horas por semana ao trabalho na agricultura. Também por inspiração de José Marti, o curso primário em Cuba se inicia aos seis anos de idade e não aos 7 anos, como no Brasil. Trata-se de uma sábia providência, adotada também, em numerosos países democráticos.

No Brasil, 97% de nossas crianças de 5 a 6 anos de idade não frequentam jardins de infância, cujo curso dura dois anos. Se começássemos, como tantos países desenvolvidos e capitalistas, o curso do 1º grau aos seis anos de idade, nós estaríamos resolvendo uma razoável percentagem do problema do ensino fundamental.

Outro fator que contribui para o desenvolvimento da educação em Cuba é a existência de dois Ministérios dedicados à educação: um que cuida do Pré-Escolar e do Ensino de 1º e 2º graus e do ensino profissional e outro que atua exclusivamente na área do Ensino Superior, inclusive Mestrado e Doutorado.

Esse esquema permitiu uma grande concentração de esforços na área do ensino de 1º grau e do ensino profissional com terminalidade, com a formação de técnicos de nível médio. Lá, não existe o drama brasileiro da destinação de 70% das verbas da Educação para o ensino superior. Relegam-se, aqui, a plano secundário os alicerces da educação e por isso apenas 13% de nossas crianças em flor concluem a 8ª série do curso de 1º grau. Em Cuba esse percentual já se aproxima dos 100%.

Outro detalhe que reforça a tese de que o avanço de Cuba na área da educação não constitui uma proeza comunista: quando Fidel Castro subiu ao poder em 1959, Cuba já tinha um percentual de analfabetos inferior ao do Brasil de 1980, segundo os dados incluídos no livro encaminhado pelo atual governo de Cuba à Conferência da UNESCO, em Belgrado.

De acordo com o Censo de 1980, o Brasil tinha 24,7% de analfabetos, depois da atuação do MOBRAL, que foi um gigantesco e rotundo fracasso. Cuba, antes de Fidel Castro, tinha menos de 22% de analfabetos, graças à pregação de José Marti e a um permanente esforço nacional.

Em relação à audiência com Fidel Castro, creio que, mais tarde, o nobre deputado Rosa Flóres, aqui presente, poderá revelar maiores detalhes.

A certa altura, Fidel Castro nos informou que está sendo construída em Cuba uma usina nuclear, graças à cooperação da URSS.

Em contatos em Cuba e depois, nos Estados Unidos, recolhi a impressão — poderia ser inexata — de que no quadro atual, tendo à frente do Governo americano o Sr. Ronald Reagan, se, amanhã, por exemplo, a Rússia decidisse ocupar a Polônia, seria quase inevitável a invasão imediata de Cuba pelos Estados Unidos, já que a usina nuclear, sem as conhecidas salvaguardas internacionais, não produz apenas energia elétrica, mas também bombas atômicas.

Trouxe numerosas publicações sobre o Poder Legislativo em Cuba, mas não haverá tempo para comentá-las. Num regime comunista como o de Cuba, há Congresso, cuja sede foi cedida para a 68ª Assembléia da União Interparlamentar. O Congresso se chama Assembléia Nacional do Poder Popular de Cuba e começou a funcionar em 1976. Os deputados são eleitos para um mandato de cinco anos, e os primeiros eleitos, ainda não tiveram seus mandatos renovados.

Nós que vivemos num país capitalista, da livre iniciativa, num regime democrático em que a Oposição também tem voz e tem representação no Congresso, encaramos com ceticismo, por exemplo, a votação obtida por esses deputados: 95,6% do eleitorado. A Constituição foi aprovada pelo mesmo percentual de quase 100%. No preâmbulo da atual Constituição cubana, está inscrita esta frase de José Marti: "Eu quero que a lei primeira da República de Cuba seja o culto dos cubanos à dignidade plena do homem".

Nós que vivemos, no Brasil, não num regime democrático ideal — até porque o regime democrático ideal não existe em nenhum país do Mundo — sentimos, em Cuba, o impacto de constatar a inexistência de qualquer tipo de imprensa dissidente ou alternativa. Existem dois jornais em Cuba, um do Partido Comunista e o outro de uma entidade governamental. O rádio, a televisão e a imprensa de Cuba são estatais. Fidel Castro conseguiu, nos últimos anos, principalmente em 1980, se livrar de uma boa parcela dos que não têm simpatia pelo seu regime. É público e notório que 150 mil cubanos deixaram no ano passado Cuba. Fidel Castro aproveitou aquela oportunidade para exportar para outros países, principalmente para os Estados Unidos, as prostitutas, os homossexuais, os maconheiros e criminosos comuns. Hoje, segundo se diz, vivem, na Flórida, um milhão de cubanos.

Cuba me deu uma impressão semelhante a que me foi transmitida pela República Popular da China, quando a visitei em 1979. Quando eu fui à Chi-

na Vermelha, cheguei à conclusão de que Mao-Tsé-Tung não conquistara a China para o Comunismo. A China caiu podre nas mãos de Mao-Tsé-Tung. Antes dele, campeavam a corrupção, a prostituição, o consumo de ópio, o entreguismo. Este levava o país a dividir as suas principais cidades do litoral em concessões americanas, inglesas e francesas. As mães costumavam jogar alguns de seus filhos no rio, ou na estrada ou no chiqueiro de porcos. Foi necessário que Mao-Tsé-Tung baixasse uma lei declarando que era crime matar um recém-nascido. Na realidade, portanto, não houve uma conquista de poder pelo líder comunista Mao-Tsé-Tung. A China caiu podre em suas mãos.

O SR. ROSA FLÓRES — A Grande Marcha é testemunha de uma luta épica na busca do poder.

O SR. JOÃO CALMON — Essa luta, em hora épica, não permitiria o domínio de um país, que naquela época já não estava muito longe da casa de um bilhão de habitantes. Facilitou tremendamente a conquista do Poder por Mao-Tsé-Tung o governo apodrecido de Chiang-Kai-Shek.

Em Cuba deve ter ocorrido um fenômeno semelhante.

Em toda a História da Revolução de Cuba que eu trouxe ("Vinte anos de Construção do Socialismo"), é destacado o que havia na ilha antes de Fidel Castro. Havana, não diria que era um grande prostíbulo, mas a prostituição em Cuba era famosa, avassaladora. Havia jogatina desenfreada, a corrupção era tão impressionante que a esposa do Coronel Batista recebia um dólar por saco de açúcar exportado. Quase toda a indústria de Cuba estava nas mãos dos americanos. Havia se deteriorado de tal maneira o regime cubano, na era de Batista, que Fidel Castro não teve muita dificuldade para conquistar o poder.

Para encerrar esta exposição, eu faria apenas duas referências rápidas ao que nos disse Fidel Castro. Ele declarou, em resposta a uma pergunta, se não me engano do Deputado Carlos Sant'Anna que Cuba não está apenas formando médicos para cuidarem da saúde dos cubanos. Está preparando médicos para exportá-los. Ele destacou que hoje a presença de Cuba existe em cerca de 22 países. Não a presença militar, que é pequena, apenas em Angola, Etiópia e em outros poucos países. Ele se referia à presença de Cuba através de professores, médicos, engenheiros, de farmacêuticos, agrônomos, de técnicos. Ele imagina que, continuando a formar engenheiros, médicos, técnicos de nível médio, possa criar uma nova fonte de divisas para Cuba, da ordem de 3 a 4 bilhões de dólares.

Notei, na exposição de Fidel Castro, uma grande preocupação, que eu creio que ele tem, de procurar assumir a liderança do chamado Terceiro Mundo. Ele se queixou da exclusão de Cuba da reunião de Cancún. Por sinal foi em Cuba que se realizou o Congresso dos Países não-alinhados, um acontecimento que me parece estranho. Cuba não é, obviamente, uma país não-alinhado; é um país alinhado à URSS. Antes de Fidel, havia lá um incontestável domínio dos Estados Unidos. Depois que os Estados Unidos cometeram numerosos erros, Cuba, por uma questão de sobrevivência, teve que passar a girar em outra órbita, na órbita soviética. Fidel deixou claro, através da sua conversa conosco e no discurso com que marcou a inauguração do 68º Congresso da União Interparlamentar, que tem um enorme interesse no Terceiro Mundo, nos países não-alinhados. Nesse discurso de inauguração, ele foi extremamente violento, inclusive revelou que os Estados Unidos estavam promovendo a entrada em Cuba de germes, desencadeando uma guerra bacteriológica, dizimando gado bovino e porcino. Ele fez um pouco de humor negro, ao advertir os delegados sobre o perigo de contágio, porque alguns delegados poderiam sair de Cuba com a chamada conjuntivite hemorrágica, uma epidemia que teria também sido introduzida em Cuba pelo governo americano.

Obviamente, como não há a chamada, no mundo democrático, liberdade de imprensa e não existem partidos de oposição, Cuba deve ter, obviamente, presos políticos. O número de presos políticos existentes em Cuba depende muito do enfoque de cada pessoa, da fonte de informação. Fidel mesmo admitiu que há presos políticos em Cuba. Depois de regressar ao Brasil, li, num jornal, que em um Congresso de escritores que se realizou na cidade de Lion, na França, foi revelada a existência de 65 a 67 mil presos políticos em Cuba, cifra que, à primeira vista, parece ser um pouco exagerada.

Não há clima em Cuba para o lançamento de uma campanha semelhante a que houve no Brasil, em favor de uma anistia ampla, geral e irrestrita, em virtude das características do regime Castrista.

Ocorreu um episódio pitoresco — pitoresco para uns e da maior seriedade para outros: a revelação de Fidel Castro sobre a existência em Cuba de uma vaca que dá 107 litros de leite por dia.

Comentando esse caso há pouco, antes da reunião, com o Senador Benedito Canelas, S. Ex* não colocou em dúvida a possibilidade de alguma vaca

dar 107 litros de leite, em três diferentes oportunidades do dia: pela manhã, ao meio-dia e no fim da tarde. Mas, naquele momento, em Havana, foi recebida com ceticismo essa informação, o que levou Fidel Castro a nos convidar para ver essa vaca numa fazenda. Pelo menos dois dos nossos companheiros tiveram oportunidade de fazer essa visita a uma fazenda em que se encontrava a vaca recordista mundial de produção de leite.

Por falar em recorde mundial, não é possível ocultar ou minimizar o êxito que Cuba alcançou nos últimos anos em competições esportivas, no mundo inteiro, conquistando numerosos campeonatos.

Se eu continuasse a apresentar todos os detalhes do que observei em Cuba, iria tomar todo o tempo desta reunião. De maneira que prefiro encerrar esta parte da exposição, lembrando apenas que no ensino de 2º grau, em Cuba, os planos de estudos são os seguintes: 5% do tempo são dedicados ao estudo do marxismo-leninismo; formação geral e básica, 23%, formação psicológica e pedagógica, 25% especialidade de cada curso, 46,3%.

Em Cuba, também dentro do princípio de José Martí ("A pena e a enxada"), vi numerosos cartazes com o lema de Cuba de hoje: "Ensino, Trabalho e Fuzil", colocando em primeiro lugar a educação, em segundo lugar o trabalho — de acordo com a pregação de José Martí — e em terceiro lugar o fuzil, porque, obviamente, o povo de Cuba está sempre mobilizado para enfrentar uma eventual invasão americana.

Encerro minha rápida exposição para destacar que a experiência cubana na área da educação merece ser levada ao conhecimento dos brasileiros. Creio que, como integrante da delegação parlamentar, eu teria o dever, que estou procurando cumprir agora, de transmitir aos colegas da Comissão de Educação e Cultura e da Comissão de Saúde do Senado, algumas das observações que fiz e que serão amplamente complementadas pelos demais colegas que integraram aquela delegação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Continua franqueada a palavra.

O SR. ROSA FLORES — Sr. Presidente, Srs. Senadores, atendendo ao convite do Senador João Calmon procurei aqui comparecer. Os demais companheiros de Bancada estão às voltas com problemas internos e aqui não puderam comparecer.

Gostaria de me congratular com o Senador João Calmon pelos dados e informações que trouxe. Evidentemente que não adoto todas as opiniões e juízos do Senador quando ele se refere a José Martí atribuindo-lhe creditando a sua pregação "desenvolvimento da educação em Cuba"; eu me pergunto na opinião dos que pensam que isso só ocorreu depois da revolução com Fidel Castro. Antes, ela estava no campo da normatividade; tanto é assim que os dados por ele trazidos a respeito do desenvolvimento da educação à época de Fulgêncio Batista são bem diferentes daqueles que ocorreram depois desses vinte anos de mobilização nesse campo.

Na entrevista que tivemos com Fidel Castro e que durou mais ou menos uma hora e meia, ele foi solicitado por inúmeras perguntas e discorreu a respeito de problemas de agricultura, de pecuária, de saúde. Na parte de saúde, provocado pelo Deputado Carlos Sant'Anna, a respeito dos altos índices de formação de médicos em Cuba, Fidel Castro informou — o Senador João Calmon trouxe esta informação — que Cuba forma uma quantidade de médicos além de suas necessidades. Ele nos informou que quando eclodiu a revolução houve uma evasão de médicos e de técnicos de grau médio e superior e Cuba ficou não só bloqueada economicamente, com suas indústrias paralisadas em virtude do bloqueio econômico, mas também ficou desfalcada do concurso de todos esses profissionais e que hoje Cuba procura suprir os países que desportam para um regime socialista desses recursos através de uma contribuição que dá. Ele informou que para Angola foram enviados voluntários, inúmeros médicos e que um médico custa para Cuba em Angola cerca de trezentos dólares e mais uns 10% a título de gratificação. Comparar esses números a quanto custaria um médico europeu em Angola, na base de dois mil dólares. Disse que o médico cubano — e aqui estou com o Deputado Carlos Sant'Anna, que é médico e que provocou essa resposta — se satisfaz com muito pouco em matéria de conforto. Da mesma forma, na Nicarágua, a mais notável contribuição que Cuba deu foi através de professores. É que chamando em Cuba aqueles voluntários que quisessem dar a sua colaboração, só numa província, se não me engano de Cienfuegos, cerca de 29 mil professores de ambos os sexos se apresentaram para dar essa contribuição, permanecendo na Nicarágua mediante o pagamento aproximado de trezentos dólares por mês. Fidel Castro disse que o tipo de colaboração que Cuba pode dar é esse. Não tem dólares, não tem tecnologia, mas tem hoje pessoal qualificado em número bem superior às suas necessidades.

Acho que quanto a isso o Senador João Calmon já prestou esclarecimentos. Estou somente tentando traduzir o que a minha lembrança agora me traz. Foi dito também a respeito do desenvolvimento da pecuária, ocasião em que veio à baila o problema dessa vaca, um produto obtido pelo cruzamento de gado holandês com gado zebu. Ele falou demoradamente dos processos genéticos de apuração da raça e culminou, depois de algumas brincadeiras, provocado pelo Deputado Israel Dias-Novaes e pelo Senador Leite Chaves, dizendo que a vaca, decididamente, era uma vaca socialista e convidou a nossa delegação para comparecer nessa ilha onde há uma estação experimental em que esses processos genéticos são aplicados com muito êxito.

Logo depois, o superveniente problema de saúde do Presidente Figueiredo e a nossa delegação, com exceção de quatro ou cinco, voltou ao Brasil.

Permanecemos, até o último dia, lá na convenção que tomou-nos os nossos dias, com exceção de algumas noites dentro daquela programação já feita de lazer e de recreação. Comparecemos durante os demais dias na sede da convenção. Não tínhamos uma posição firmada a respeito dos vários assuntos que vieram nas várias comissões e no plenário a votação.

Sem dúvida alguma, o problema da língua oficial prejudica o nosso desempenho nessas convenções. Ou você fala o inglês, o francês, o espanhol com desenvoltura ou não pode participar de um debate com eficácia, lá nessas convenções internacionais. Eu observei que as posições adotadas pelos Estados Unidos estava bem nítida a diferença, a separação entre dois blocos. O bloco que seguia a orientação da União Soviética, ou dos países do Terceiro Mundo, e alguns países que seguem a orientação dos Estados Unidos afins dos Estados Unidos.

Mas, o que se verificou, é que nas votações os Estados Unidos ficavam muito isolados. Era comum a votação de 40 e tantos votos em favor de determinadas posições, como a política da África do Sul, o problema da Líbia, o problema de El Salvador, o problema da Nicarágua, nessas votações os Estados Unidos geralmente ficavam com 6 ou 7 países, quase sempre a Austrália, o Canadá, uns seis ou sete países votavam com os Estados Unidos, os demais votavam num grupo só. A Inglaterra, que eu não nomeei, a Inglaterra, o Canadá, as Filipinas, o Japão, às vezes a Alemanha Oriental, às vezes a Suécia ou a Suiça, nem sempre, essas flutuavam distribuindo seus votos num bloco ou noutro, mas via de regra a posição dos Estados Unidos nunca alcançava dez votos, e as outras posições alcançavam 40, 40 e tanto e às vezes até 50.

Como nós do Brasil não ficamos todos juntos, alguns ficaram numa comissão ou noutra, eu não tenho condições de saber como os colegas tomaram essa posição, é uma coisa muito subjetiva, nós não tínhamos uma orientação, não tivemos inclusive, antes de sair daqui, uma opinião, não sabíamos sequer quais as matérias que iam ser colocadas em votação lá em plenário ou nas várias comissões, e ficava muito ao arbítrio de cada um essa votação.

Era essa a minha opinião que eu queria agregar à do Senador João Calmon que trouxe dados preciosos e acredito que precisos a respeito do problema da educação. O problema da saúde me impressionou muito, tive contato com eles, estes óculos foram feitos em Cuba, lá é gratuito o problema da saúde, e a impressão que tive nesses dez dias de convivência, numa noite nós caminhamos dez quilômetros na zona velha, por falta inclusive de táxis, a impressão que trouxe, confirmado as informações de lá, é de que não há o problema do ilícito penal nos crimes contra o patrimônio, que se pode tranquilmente caminhar pelas ruas de Cuba nas madrugadas povoadas de sábado, e não vi lá o problema do pivete, o problema do esmoleiro. A impressão que se tem é de que eles vivem simplesmente, sobriamente mas que realmente já deram solução a esses problemas mais iminentes que são da saúde, da alimentação e da paz social.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Tem a palavra o nobre Deputado Marcello Cerqueira.

O SR. MARCELLO CERQUEIRA — Sr. Presidente, eminentes colegas, fiz parte dessa delegação brasileira durante todo o período, e ouvi com muita atenção o relatório do meu amigo Senador João Calmon. A quem eu vi em Cuba muito preocupado em recolher os dados, e sempre com um comportamento muito honesto. É claro que aí projetando a sua visão pessoal do mundo, mas sempre com muita preocupação, um comportamento muito honesto e mais do que tudo, muito pressuroso em procurar esses dados, especialmente, porque a delegação do PDS ficou, acho que 3 ou 4 dias em Cuba. Portanto, o tempo que foi permitido a eles permanecerem em Cuba, dificilmente permitiria uma visão mais global. Mas, o relatório que o Senador João Calmon faz, é resultado de um lado, de sua sinceridade, de sua honestidade, e de outro dos dados que no pouco tempo que teve lá procurou colher, eu vi, sou testemunha disso, Senador João Calmon é de uma convivência muito cordial, muito amena, foi uma boa amizade que lá fiz. E tanto louvo o tra-

lho dele quanto me causam espécie algumas declarações que ouvi, outras que li na imprensa de outros membros da delegação que evidentemente falaram o que já levaram pronto, manifestando apenas o seu preconceito e talvez a sua perplexidade, porque saem dum país desse tamanho, que é o país do desemprego, do desperdício, da exploração, da repressão, do autoritarismo, do desamor, do ódio, um país que tem os mais baixos índices de educação e de saúde, vão para um país onde não tem um desempregado, um carente, onde a assistência médica hospitalar é extensiva a todos sem nenhuma dificuldade, enfim que essas questões básicas lá foram resolvidas. Mas, eu também passo aqui na Comissão atendendo ao convite do Senador João Calmon. Tenho muito prazer em aqui estar mas, não quero me referir às nossas divergências senão a uma coisa que eu imagine que seja convergência, pelo menos, daquele pessoas de boa vontade que participaram daquela comissão. É de que é extremamente pouco razoável que o Brasil não tenha ainda relações diplomáticas com Cuba, isso não se justifica. A política brasileira, à exceção de Cone Sul, em que a política brasileira apóia a ditadura do Cone Sul, a política externa brasileira é uma política até razoável, afirma-se como política já de um país, abandonando o seu alinhamento automático com o governo norte-americano, alinhamento automático inclusive que presidiu o golpe, a usurpação do poder de 64. Portanto, há no interior da própria política do governo uma flagrante contradição entre posições extremamente razoáveis, algumas até avançadas que o governo brasileiro vem tomando especialmente com relação a questão de Angola, da África portuguesa, do *apartheid*, da Nicarágua, da posição do Brasil com relação a El Salvador é tímida, mas vai melhorar, não tenho dúvida de que vai melhorar, a posição do Brasil na Nicarágua foi excelente. Portanto, eu acho que como resultado dessa visita, dessa participação nossa nessa conferência, a confluência das pessoas de boa vontade que lá participaram é no sentido de recomendar ao Governo brasileiro que reate relações diplomáticas com Cuba, que não se justifica mais nós estarmos alinhados à uma política que já abandonamos, que essa política de bloco, política de guerra fria, o Brasil não assinou o Acordo norte-sul, o Brasil tem hoje uma posição de independência com relação aos interesses norte-americanos. Foi até melancólica a visita do vice-presidente ao Brasil, aonde ele não alcançou os resultados esperados, assim como não tinha alcançado resultados esperados o General Verner Walters, um velho golpista que participou intensamente do golpe militar dando fundos e promovendo a vinda da frota norte-americana que esteve ao lado do nosso País, nas águas do Espírito Santo, ele também não alcançou bons resultados.

Portanto, agradeço a bondade da Comissão de me ouvir, pedindo licença para me retirar porque há uma votação no Congresso, sem me esquecer de referir também que nós fizemos uma visita ao Ministério da Economia e nessa visita houve um enorme interesse por parte do Ministro no restabelecimento das relações, e até mostrando como seria interessante para a economia brasileira, especialmente com essa extravagante política de exportar para sobreviver, como seria mutuamente satisfatória para ambos os países o reatamento das relações diplomáticas, e portanto comerciais. Eu tenho uma visão muito favorável, muito extremamente favorável da Revolução cubana. Ela corresponde a muitos ideais de minha juventude. E não quero ter esse como ponto central da minha pequena intervenção, quero ter como ponto central a confluência de que de alguma forma a Comissão do Senado, presidida por V. Ex. consultando seus pares, possa influir no sentido de que o Governo Brasileiro mantenha relações diplomáticas com todos os países do mundo, independentemente de suas ideologias.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Tem a palavra o nobre Deputado Carlos Sant'Ana.

O SR. CARLOS SANT'ANA — Sr. Presidente, eu e demais companheiros, quero pinçar algumas coisas que gostaria de expressar. Em princípio relativamente ao problema saúde em Cuba. Os êxitos alcançados na política de saúde de Cuba são evidentemente notáveis e, acredito, confiáveis, pelas razões que vou apontar e respaldar. A mortalidade infantil em Cuba caiu a 22.3 por mil. Se compararmos com a mortalidade infantil do Brasil que é muito discutível porque o Brasil é muito extenso e é continental, mas ela ultrapassa a casa dos cem, em algumas regiões 180, outras 280 por 1.000. Essa mortalidade infantil de 22.3/1.000 é considerada mortalidade infantil residual, é considerada praticamente incompreensível. Alguns países do mundo têm conseguido baixá-la a 17 por 1.000. Quando essa mortalidade infantil atinge esse tipo de valor, significa que todos os problemas infectocontagiosos e todos os problemas compreensíveis estão controlados. E só os incompreensíveis, que geralmente vêm de causas genéticas, é que ainda restam por controlar.

De outra parte a mortalidade materna, por exemplo, são indicadores. Estou me louvando nesses indicadores, que caiu a 4.5 por 10 em 1.000 nasci-

dos vivos, o que corresponde a 0,45 por 1.000, o que corresponde a uma desida, a uma queda da mortalidade materna realmente notável. Dir-se-á que tais indicadores não são confiáveis. Direi eu: esses indicadores são confiáveis e retratam realmente o plano eficaz de saúde que tem lá sido aplicado por que tem sido confiáveis? Porque estão sob a supervisão estreita da Organização Mundial da Saúde, que, em sendo uma organização mundial, ela inclusive recebe um apoio, uma supervisão e uma fiscalização extremamente severa do próprio governo americano, que é o principal rival do governo cubano.

O Plano Decenal de Saúde para as Américas, que a Organização Mundial da Saúde colocou em execução, só três países cumpriram, e dentre eles está Cuba.

Devo destacar que há aspectos extremamente curiosos em relação ao problema saúde ligado ao problema educação. No livro *Cuba de Hoje*, cujo exemplar agora o *Cuba Today*, que o Senador João Calmon me permitiu manusear, já havia uma referência na parte de educação que interessava à saúde, que entre 1950 e — vou dizer de memória — que num determinado período antes da revolução eles haviam formado 13 mil médicos, e que, essa segunda fase acho que consigo localizar rápido — a política agora de Cuba é de diplomar mil médicos por ano e 250 dentistas, para uma população inferior próxima, mas inferior, a 10 milhões de habitantes. A facilidade de raciocínio para mim foi fácil porque é uma população idêntica à do meu Estado, o Estado da Bahia, onde consideramos que diplomarmos 400 médicos/ano, como diplomamos em geral, é uma geração de profissionais liberais excessiva e bem superior às nossas necessidades. Esse fato me deu uma curiosidade, e na notável entrevista que tivemos com Fidel Castro, que teve alguns aspectos que merecem registro, entretanto ela indiscutivelmente foi notável, porque quisquer que sejam as restrições que façamos ao mérito e as suas formas de pensar, ele se revelou, acredito que o Senador João Calmon concordará, realmente, uma liderança extraordinariamente carismática e magnética. Fiz-lhe a pergunta que uma população de 10 milhões de habitantes não podia suportar a formação de mil médicos por ano, já tendo inclusive acumulado de formação quase 20 mil para colocar onde? Para fazer medicina como? E ele nos respondeu de uma forma que aí terá que ser entendida sob duplo aspecto. Depois discuto os dois aspectos, ele respondeu que ele preparava médicos para exportá-los aos países miseráveis. Lembrou o caso da Etiópia, onde com uma população imensa havia apenas 150 médicos. E, portanto, ele estava preparando profissionais desse tipo para, digamos, exportação. Alinhava entre outras razões que quem tem outro tipo de mercadoria exporta outro tipo de mercadoria. Mas, Cuba poderia exportar recursos humanos altamente treinados, não só em medicina, mas em agricultura, na parte do plantio de cana, etc. Entretanto, resta uma indagação, os números admitidos confiáveis, de que de qualquer sorte o número é excessivo porque ainda que estejam trabalhando fora de Cuba, mil, dois, ou três mil médicos, uma geração de mil médicos/ano representa uma preocupação. Não tive condições, e só voltando a Cuba, o que realmente me daria muito prazer, sobretudo para aproveitar os *cooperers* do Senador João Calmon, que tive tanta vontade em acompanhá-lo, mas o acordar tarde por causa do Deputado Moodowell não deixou que eu pudesse acompanhar aos *cooperers* do Senador João Calmon, porque eu acompanhava o Deputado Macdowell à noite então não dava para acordar cedo e acompanhar o Senador João Calmon. Mas gosto de voltar lá para ter uma melhor visão da qualidade do médico que sai de lá. Não gostaria de júzos apressados, sobretudo vindo da velha faculdade de lá da Bahia, não gosto de júzos apressados, mas gostaria de ter uma idéia da qualidade do médico que sai, do tipo de formação realmente que ele recebe. Porque sabemos que não se improvisam faculdades, por que não se improvisam as instalações, os equipamentos e os professores. Então, gostaria de saber como pode Cuba dar este pulo para, de uma hora para outra, passar — de uma hora para outra! Foram 20 anos — mas de qualquer sorte, desde 1958 que eles estão trabalhando nisso, de uma hora para outra passar a essa produção em larga escala de médicos. Então, tenho uma enorme curiosidade para saber como conseguiram, com que tipo de equipamento, com que tipo de pessoal e qual é o produto acabado médico que sai evidentemente dessas faculdades.

Um outro aspecto que não tive condições de avaliar mas estimaria muito, é sobre o problema do controle da natalidade. Tenho a impressão de que há um controle. Esta é uma impressão, não é uma afirmação. O Comandante-em-Chefe Fidel Castro escápou dessa indagação com uma habilidade enorme. E ele não sendo técnico, e a visita sendo diplomática, não era oportuna uma insistência na questão. Parece-me que o controle deve ser rígido para que possam ter sido atingidos, sobretudo esse índice de mortalidade materna, sabe o companheiro Presidente, dá realmente uma impressão de que houve um controle de natalidade. É possível que agora este controle esteja menos

rígido, porque a população precisa novamente voltar a crescer, já houve a segurança, como aliás acontece se formos comparar o desenvolvimento da medicina socialista de Cuba com a medicina socialista de outros países da Europa Oriental, vamos ver que eles sempre fazem assim, fazem um controle rígido, controlam, e depois eles diminuem a rigidez.

Na parte da educação, creio que aí o Senador João Calmon terá sido mais completo do que eu, até porque o Senador João Calmon tem uma qualidade extraordinária que é a do detalhe, além da visão de conjunto, e eu fico muito mais preocupado com a visão de conjunto. Pela visão de conjunto, acho que os êxitos obtidos na educação foram realmente muito grandes. Sobre esses êxitos gostaria de salientar o seguinte aspecto. Por exemplo, dou como referencial o meu Estado, a Bahia, que tem uma população idêntica. Temos um milhão e 200 mil estudantes no 1º grau, nas oito primeiras séries, e temos cerca de 60 mil no 2º grau. Reparem a diferença de 1 milhão e 200 mil do 1º grau para 60 mil no 2º grau, enquanto que desse 1 milhão e 200 mil no 1º grau, temos 600 mil na primeira série do 1º grau. Então, metade desse 1 milhão e 200 mil do 1º grau está na primeira série do 1º grau, então dá uma base de pirâmide enorme na primeira série e depois vai em cima e assim.

Agora, veja V. Ex^e os dados que vou considerar confiáveis, aqui já não tem o respaldo de nenhuma organização internacional como os de saúde, de modo que me sinto muito mais seguro em dizer que os dados de saúde são confiáveis do que os de educação, porque não temos.

O SR. ROSA FLÓRES — (Inaudível.)

O SR. — Da UNESCO. Então, esse dado do Senador Calmon ressalta portanto a confiabilidade dos dados. Eles têm 1 milhão 771 mil estudantes entre jardim de infância e escola elementar, e no que chamamos ensino de 2º grau eles têm um milhão e 41 mil. São 1 milhão e 700, quase 1 milhão e 800 mil, e 1 milhão e 40 mil. Reparem que a redução quase não é pirâmide, é um cilindro quase que idêntico, apenas ele se estreita um pouco. Enquanto no nível superior vai para 140 mil, o que é aceitável porque assim ocorre inclusive nos países mais bem dotados.

A visão que nós tivemos de Cuba, nós não vimos criança solta nas ruas, brincando nem tipo pivete. Essa foi uma visão, nós passamos lá dos 9 dias programados apenas 5. Mas com todas as antenas evidentemente ligadas, notoriamente educação e saúde no meu caso outros poderão ter. As crianças estão realmente em escolas, as crianças menores estão sempre nas escolas, usam inclusive uma farda vermelha, as crianças do segundo grau usam uma farda amarela. Acho que em meio tempo, em tempo integral, utilizam as fardas azuis. Coisas, evidentemente, que a curiosidade nos chamou a atenção.

O SR. ROSA FLÓRES — Deputado, Carlos Sant'Ana, tem um conterrâneo nosso de São Paulo, tem dois filhos um em idade pré-escolar, jardim de infância, e outro em idade escolar. Eu conversando com ele, me disse que a mulher dele tinha deixado o emprego, mas que se obrigava a pegar logo outro emprego porque os filhos iam para a escola de manhã, lá recebiam almoço, e lá permaneciam até de tarde. Se a mãe estivesse desempregada, os filhos perderiam o direito do uso da escola, e eles, então, seriam internados em tempo integral e ela se transformaria em cozinheira da família. Então, a mulher trabalhando os filhos têm esse direito de cuidado lá na escola.

O SR. CARLOS SANT'ANA — Há uma correlação também extremamente interessante que eu, o Deputado Mac Dowell e o Deputado Bonifácio de Andrada tivemos ocasião inclusive de testar, falando uma língua que é uma mistura de espanhol com português, o "portunhal", e nós até adquirimos um manejo muito bom, notadamente o Deputado Mac Dowell, que fala bem o espanhol assim como outras línguas. Nós falamos um portunhol de primeira qualidade. Eles fazem uma alternância entre trabalho e educação que é realmente uma coisa singular — não sei se o Senador João Calmon tocou no aspecto. Por exemplo; os alunos que desejam entrar no curso superior, que aí é restritivo porque é qualitativo, eles têm que cumprir certas etapas de trabalho, se cumpridas além dos requisitos relativos a aptidões individuais, eles galgam o direito de fazer os seus exames e entrar na universidade. Por exemplo, nessas etapas de trabalho estão Angola, Moçambique, não estou discutindo os aspectos políticos, estou deixando de lado os aspectos políticos. O ensino lá é amplamente gratuito em todas as etapas. E uma das coisas impressionantes para mim, cuja resposta que não tive, talvez tivesse sido ela vislumbrada com um levantar de véu numa conversa com o Senador João Calmon, em todas as sociedades ainda que comunistas, mas é uma tendência do homem que a escola dos nossos filhos deve ser diferente das escolas dos outros. Não se consegue mudar essa noção de casta. Quando o ensino é padronizado e gratuito, e é estatal, obter-se-ia, nesse caso a democratização da edu-

cação. Porque os nossos filhos teriam que entrar em escolas estaduais, tal como o filho do proletário, e eles só avançariam mediante as suas próprias aptidões individuais. Como é que se poderia, digamos, aos filhos da casta que representaria os ministros, os homens de maior projeção, como eles poderiam ter uma educação especial se mantida essa tendência de que a classe dominante, seja ela qual for, mesmo que política, sempre pretende dar aos seus filhos uma educação melhor. Eu evidentemente não tive resposta para esse tipo de coisa vista no local. Procurei entender de toda sorte se dentre as escolas estaduais haveria um tipo de escola melhor do que outro tipo de escola, para que exatamente recebesse uma clientela diferente. As informações nas conversas com o tipo de pessoas do povo com as quais nós pudemos conversar, e com muito cuidado, evidentemente, para não os melindrar, é que não, a escola é a mesma escola. Há, naturalmente, uma modificação de acordo com a aptidão do aluno, os mais dotados vão para escolas especiais, possivelmente serão melhores, mas pelas suas aptidões intelectuais, e não por outras.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Se me permitir, quebrando um pouco a praxe.

O SR. CARLOS SANT'ANA — Exatamente. Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Respeita-se o *status* do professor nessa estrutura.

O SR. CARLOS SANT'ANA — Exatamente. Eu creio que talvez o Senador João Calmon tenha falado nisso. Uma das coisas realmente difíceis de entender é esse pulo do segundo grau. Eu digo isso com a experiência de quem foi executivo algum tempo na educação, na Bahia, e de uma hora para outra nós quisemos dar um pulo no ensino de segundo grau, pelas razões óbvias a que me referi. Mas não é fácil, porque não é construir a escola, nem equipar, é preciso ter o professor habilitado, sobretudo para fazer ensino técnico, ensino profissionalizante. E a geração desse tipo de professor demanda tempo. Realmente eu não encontrei uma explicação de como foi possível o salto. Eu estava aqui conversando com o Mac Dowel, e o Rosa Flores poderá ajudar, Vice-Presidente que é, que nós precisamos voltar lá para uma melhor apreciação desses aspectos de detalhes, eles deram o salto.

O SR. JOÃO CALMON — Provavelmente devido ao tempo. Ao longo de um período de 20 anos eles puderam preparar quadros de professores para o ensino de segundo grau, não realizaram esse trabalho ao longo de apenas 4 ou 5 anos.

O SR. CARLOS SANT'ANA — Mas essa modificação é antiga para dar isso. Eu acredito que eles devem ter utilizado um tipo de mão-de-obra não especializado na primeira fase. Eles devem ter feito a política — me parece, mas é subjetivo — um ensino de qualquer maneira, depois corrigem. Por exemplo, pegar médico para ensinar biologia, pegar médico para ensinar física, pegar engenheiro para ensinar matemática, enquanto os professores vão chegando. Pegar todo profissional que pode ensinar o que quer que seja, com qualquer relacionamento, e em seguida vai preparando o pessoal adequado para ir substituindo por primeira mão-de-obra utilizada. Isso, entretanto, são detalhes que em 5 dias não dá para a gente perceber.

Um aspecto interessante, portanto, é o problema da alfabetização, sobre o qual o Senador João Calmon falou. E um aspecto interessante é que eles alegam que erradicaram o analfabetismo. Mas, curiosamente, no organograma — o Senador se referiu a isso — da educação deles há um órgão que se destina à alfabetização do adulto. Aí valeu uma pergunta, que eu acho que foi um tanto embaraçosa para o assessor muito bom que estava lá nos recebendo, se o analfabetismo foi erradicado, não precisa mais nenhum órgão para alfabetização do adulto, uma vez que ele foi extirpado. De modo que em 4 semestres essa passagem do adulto por esse setor de alfabetização, ele procurou explicar dizendo que no organograma o nome estava mal colocado, e acabou dizendo que na verdade era um órgão que ficava fazendo reciclagem dos adultos.

São, evidentemente, detalhes do aspecto ligado à constatação do que nós observamos em relação à educação. Eu não quero discutir os aspectos políticos, eu não me aprofundei neles. Educação, saúde, sim; alimentação, também pude perceber que há uma melhoria extraordinária na distribuição de alimentos como na de riqueza. Não creio que tenha havido erradicação na prostituição, ao contrário, os indicadores, pelo menos visuais, não são favoráveis a isso.

Quanto aos aspectos políticos, eu deixaria para discutir numa outra oportunidade, e não numa Comissão de Educação e Saúde. Eu acredito que o grande problema do regime cubano é a falta de liberdade individual, de imprensa coletiva. É o culto excessivo à personalidade de Fidel Castro e o diri-

gismo total de todos os setores para a manutenção e promoção da revolução cubana. Indiscutíveis os êxitos na saúde e na educação. É só, Sr. Presidente.

O SR. ALMIR PINTO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto.

O SR. ALMIR PINTO — Sr. Presidente, já que a hora está bastante adiantada, acho que não deveria ser para registrar só nesta reunião, porque estou vendo que temos muita coisa para aprender e para conhecer. Mas, como fui citado ligeiramente pelo nobre Senador João Calmon, sobre a minha presença na Delegação que foi à Manilla. Uma coisa digo logo: que, em relação ao Deputado Rosa Flóres, a questão da língua, as dificuldades, para todos nós, principalmente para brasileiros, falar português, principalmente para o pessoal da língua portuguesa, porque o tal canal, o canal parece que custa caro e se tentássemos trazer, inclusive para Cuba, segundo Sr. Senador Murilo Badaró que andou se certificando e tudo mais, parece que o problema do canal é o tradutor.

O SR. — E Portugal, um País de língua portuguesa, não quis nos acompanhar.

O SR. ALMIR PINTO — Senti, na reunião de Manilla, na verdade, a completa ausência de educação e saúde, lá praticamente na reunião preparativa, tratar-se principalmente da questão da autodeterminação essa questão de Executivo e Legislativo, de El Salvador, da Nicarágua, etc., quer dizer, toda a outra matéria que fica relegada a altíssimo plano.

Também, o nobre Deputado Rosa Flóres tratou de um assunto interessante, foi sobre a questão da Delegação brasileira. Acho, nobre Deputado, que essa Delegação deverá ser designada com bastante antecedência, primeiro para estudar o temário inclusive o levar a teses brasileiras coordenadas, porque chegamos lá e, às vezes, ficamos assim, ao ver aquele material todo em inglês, numa situação muito difícil porque, por exemplo, eu só falo o português e entendo mais ou menos o castelhano, que é o português errado, esta é que é a verdade.

Mas, a questão do ensino, eu, como o Deputado Santana, fui também Secretário de Educação, no meu Estado. E ele disse uma coisa muito interessante, que anotei, que o número de alunos, no primeiro grau, na Bahia, seu Estado, chega a 800 mil, enquanto, só na primeira série do primeiro grau tem 600.000. Isso vem demonstrar um erro da nossa educação, e sempre lembro o nome inesquecível do Dr. Anísio Teixeira, e sabemos o motivo dessa fuga, de estarem todas as crianças na primeira série e o resto ir desaparecendo, é o homem que precisa do seu filho, para ajudar no campo, a mãe que quer a filha para ajudar nos trabalhos domésticos, e desapareceu aquilo que o Anísio descobriu e que estava dando excelentes resultados, era o ensino de artes industriais em que a criança, em um prédio anexo ao próprio grupo escolar, onde funcionava o ensino de primeiro grau, e tinha aquele ensino como ensino reformativo, e ia para lá o menino com 9, 10 anos, na quarta, quinta série primária, ia aprender trabalhos em madeira, couro e essas coisas todas e as filhas iam aprender a costurar, bordar, decorar, e os pais permitiam, porque aquela talvez fosse a única profissão que levariam para a vida futura.

Não sei porque acabaram com o ensino de artes industriais, que seria um ensino preparatório para o ensino profissionalizante, instituíram o ensino profissionalizante, inteiramente fracassado no País, esta é que é a grande verdade, porque lá no meu Estado é.

Agora, o grande problema, também, é o seguinte: quando ouço falar nessas coisas boas que acontecem nos outros países, vejo, por exemplo, a situação da Bahia, e o Sr. Deputado Jerônimo Santana disse logo: é questão continental, e é mesmo porque, se pegarmos Cuba e colocarmos na Bahia, vai ficar Bahia com quantas Cubas emendadas uma na outra? E tem a população da Bahia, o pessoal da Bahia é aquela imensidão.

Então, com toda essa dificuldade a gente vê o que é o Norte, o que é o Nordeste, o que é o Centro-Sul e o que é o Sul. Talvez a situação de Cuba seja, quem sabe, bem inferior à situação de São Paulo, que é o Estado mais civilizado, mais preparado; o Rio Grande do Sul, estive no Rio Grande do Sul, fiquei entusiasmado, fui naquela missão do Senado com a Câmara Federal visitar as unidades do Exército na fronteira, estive em Porto Alegre, estive em Santa Maria, que é cidade de elite cultural, estive em Uruguaiana, estive em Santo Ângelo e Foz do Iguaçu. Mas, o Rio Grande do Sul há riqueza, tudo é uma beleza, com aqueles campos.

Pois bem, mas no Norte e no Nordeste, quem é que vai ensinar, por exemplo, na Amazônia, onde tudo é com aquelas montanhas, que eles chamam, aqueles batentes? É uma situação extremamente difícil. V. Ex* sabe disso. É V. Ex* de um Estado privilegiado, abençoado, Santa Catarina, e que

vive muito bem. Mas, o meu Nordeste, o nosso Nordeste, digamos assim, e o Norte, quem não conhece o Norte, quem não conhece Tabatinga, na fronteira com Letícia, aquela coisa toda, porque já andei no interior do Amazonas, e sempre que se fala em saúde lembro-me do SESP, que era quem fazia saúde pública neste País, hoje não temos nem sanitários, praticamente estão abandonados com os sanitários brasileiros, tem muitos concursados, mas não tem órgão para contratar, essa é que é a grande verdade. Vemos o que foi o SESP na década de 1940 e na década de 1950, que vi lá. Cheguei numa cidade, como Santarém, e encontrei um bom hospital, para aquela época, em Santarém. Cheguei em Parintins, tinha um bom ambulatório, que atendia tudo, e estavam se preparando para um hospital. Então, aqueles médicos, que eram idealistas, aqueles jovens, não mandavam-se de Amazônia adentro para fazer saúde pública e registrar a malária e outras moléstias que existiam na Amazônia.

Está aqui o representante do Acre, que é o nosso Presidente da Comissão de Educação e Cultura, e melhor do que ele ninguém poderá dizer como ainda se encontra a questão da medicina. Temos muitos médicos, mas os nossos médicos, e até disse isso no discurso que fiz no dia 19, os nossos médicos prendem-se muito às cidades grandes, às capitais porque não tem no interior quem pague. Lá está a socialização da medicina, que acabou com o médico de família, praticamente, mas é difícil o médico ir para o interior sem apego à Previdência Social, porque praticamente não tem quem pague, vai trabalhar e a Prefeitura, às vezes, dá uma ajuda e esta é que é a realidade das coisas.

Queria apenas dizer isso, Sr. Presidente, porque achei esta reunião excelente, a exposição do nobre Senador João Calmon foi excelente, até anotei aqui, é um assunto que se levaria horas e horas para discutir, acho que as delegações para essas reuniões devem ser designadas com uma certa antecedência, porque os delegados do Brasil ficam senhores dos assuntos e não vão chegar lá com aquele horror de papéis em inglês, porque poucos falam inglês, a gente ia votar pelo espanhol e já não tendo nem dinheiro para comprar um canal sem ter o controle do voto.

É como o Sr. diz, fica um daqui e outro de lá e na hora de votar, como é, em quem a gente vai votar? E ficam olhando para o voto dos Estados Unidos, porque a tendência é para os Estados Unidos... Não é verdade? Estou mentindo? Qual é a orientação que se tem?

Ou é, como se diz, democrática, ou então é comunista, é uma dessas duas coisas.

Então, fica todo mundo olhando para ver como é.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Na realidade, os assuntos, os temas, abordados, cada um tem uma opinião sobre o problema de Angola com a África do Sul, mas fica um critério muito subjetivo aí, como votar.

O SR. ALMIR PINTO — E se apegue, muitas vezes, por exemplo, se o Sr. me permite, se apegue demais, às vezes, a um problemazinho na esfera legislativa com a executiva e leva tempo com problemas de educação, saúde e essas coisas.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Antes de ouvirmos o nobre Deputado Mac Dowell, gostaria, até para uma informação, de dizer: há alguma possibilidade de ensino particular paralelo funcionando lá, ou não? E atendimento médico, também, ou não?

O SR. ALMIR PINTO — O preço é igual, é uma coisa toda, como se diz, padronizada.

O SR. ROSA FLÓRES — E os colegas sabem que temos matéria de votação. O Deputado Marcello Cerqueira me alertou sobre esse aspecto, vou pedir desculpas ao colega Mac Dowell Leite de Castro e sou obrigado a sair, porque estou preocupado com o que ocorre lá no plenário.

Muito obrigado ao Senador João Calmon, que nos proporcionou esta oportunidade. Ele, com esse depoimento e todo o material que trouxe, que drenou aqui para a Comissão, sem dúvida valoriza a permanência de todos nós em Cuba.

O SR. MAC DOWELL LEITE DE CASTRO — Sr. Presidente, mesmo vendo o adiantado da hora, não posso furtar-me a duas ou três colocações: primeiro queria ressaltar a oportunidade desse nosso encontro e que ele seja o início de outros encontros, porque, hoje, o nobre Senador João Calmon propicia a oportunidade de darmos continuidade a um trabalho feito no exterior. E, em geral, isso não acontece. Tendo várias experiências, como ex-Secretário do Grupo Interparlamentar Brasileiro e via sempre, com muita tristeza, que o nosso trabalho, no exterior, não encontrava aqui, no Congresso, um foro de debates, para que essa experiência adquirida pudesse ser aqui trabalhada, discutida, analisada em proveito do nosso aperfeiçoamento.

De modo que, realmente, é muito feliz esta oportunidade e espero que ela fique agora institucionalizada.

Gostaria, de antes de fazer duas ou três rápidas considerações sobre nossa experiência, em Cuba, de fazer uma ressalva quanto às observações aqui feitas a respeito do desconhecimento, em tempo adequado, do temário das conferências internacionais, com a participação do Grupo Brasileiro Inter-parlamentar.

O que ocorre é que o grupo tem recebido, com uma certa antecedência, as informações não só das reuniões preparatórias, como também das sessões plenárias — mas, talvez o grupo — e fica aqui uma recomendação — não divulgue com a antecedência necessária aos companheiros que compõem a delegação.

Agora, por que que também não o faz?

Não o faz porque, em geral, a definição da delegação é feita quase que às vésperas da viagem, por implicações políticas, por dificuldades naturais, não estou aqui criticando, estou fazendo apenas um retrato da minha experiência como secretário do grupo.

Naqueles dois anos que fomos Secretários, pretendíamos dar uma divulgação com antecedência, mas estávamos inteiramente impossibilitados diante da falta de definição do grupo. Tanto o Senado, quanto a Câmara dos Deputados não tinham condições de credenciamento dos seus representantes em tempo que se pudesse fazer uma informação melhor e mais detalhada do temário da reunião.

Agora, dir-se-ia, bom, mas todos são membros do grupo parlamentar, porque não se credencia delegado que não for membro e as informações estão lá, no grupo, à disposição dos companheiros. Mas, acho que, realmente, temos que procurar um dinamismo maior.

O SR. ALMIR PINTO — (Inaudível)

O SR. MAC DOWELL LEITE DE CASTRO — Não, eu sei.

O SR. ALMIR PINTO — (Fora do microfone.) — ... que é o Presidente da CPI, inclusive, pediu, marcou uma reunião dos delegados que iriam à Manilla e, infelizmente, só compareceram seis.

O SR. MAC DOWELL LEITE DE CASTRO — Exato. Como nós também fizemos uma reunião preparatória, antes de viarmos para Cuba e acreditado que nem toda a delegação compareceu.

O SR. ALMIR PINTO — Nem toda?

O SR. MAC DOWELL LEITE DE CASTRO — Nem toda.

Tivemos, inclusive, a exposição de um diplomata credenciado pelo Ministro das Relações Exteriores, para esclarecimentos a respeito da posição brasileira em relação a Cuba e foi até um encontro bastante proveitoso.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — E tivemos reuniões lá também.

O SR. MAC DOWELL LEITE DE CASTRO — E tivemos reuniões, como lembra o meu querido amigo, Deputado Carlos Sant'Anna, lá nos reunimos diariamente em torno do Plenário, em torno do termário a ser discutido no plenário.

Finda esta preliminar, aqui foram apreciados e analisados fatos oriundos da experiência adquirida em Cuba, sobretudo no que concerne à educação e à saúde. Subscrevo as observações do Senador João Calmon e Deputado Carlos Sant'Anna, que foram realmente minuciosos na obtenção de dados informativos para terem um painel da realidade cubana na área da educação e da saúde. Realmente a que se registrar um avanço, um progresso, um desenvolvimento nesses setores.

Eu me permitiria aduzir rapidamente alguns comentários sobre pontos políticos, sociais e econômicos na nossa experiência. Inclusive do nosso diálogo muito simpático com o Sr. Comandante Fidel Castro, como ele é chamado na sociedade cubana.

Não podemos, a meu ver, analisar a realidade cubana nos parâmetros brasileiros. A ótica da sociedade de consumo, a ótica da sociedade pluralista não é a ótica para se encher de detalhes um fenômeno que não é pluralista e também não é de uma sociedade de consumo. É de uma sociedade dirigida, e duramente dirigida, e uma sociedade unitária, uma sociedade não pluralista. Inclusive acho que a explicação das indagações aqui realizadas pelos parlamentares que falaram sobre as dúvidas e como esse progresso em 20 anos, como esses números se transformaram em 20 anos? Estamos justamente aí, quer dizer, quando, por exemplo, se não me engano o nosso ilustre Senador se referia à preferência dos médicos brasileiros pelos litorais e grandes centros urbanos, para as capitais. Lá, por exemplo, constatou-se — isso expressamente dito pelos assessores do Governo Cubano — que os médicos formados não têm o direito de escolher para onde vai. Ele vai para onde o Estado

do manda, para onde o Governo manda. De modo que são parâmetros diferentes dos nossos.

Observamos, por exemplo, o Deputado Carlos Sant'Anna falou rapidamente a respeito do problema da imprensa, da falta de liberdade de imprensa e da ausência da oposição. Realmente, por quê? Por se tratar de um estado unitário. Não podemos nos esquecer dessa preliminar.

Sob o ponto de vista político, houve um fato, a meu ver, muito interessante e digno de registro. O primeiro dia da reunião foi um dia em que o Sr. Fidel Castro roubou a festa — no bom sentido que estou falando — com um ato político da maior competência. Não estou fazendo crítica, estou fazendo uma observação. Ele aproveitou a presença de noventa e tantos países em Cuba e na solenidade inaugural fez um discurso de 4 horas, se não me equivoço.

O que é muito importante é a oportunidade política do pronunciamento e força do pronunciamento. Ele fez um discurso, aliás primoroso, na forma, ele é realmente uma personalidade carismática, empolgante, fascinante, até diria, uma personalidade que merece uma análise mais profunda. De qualquer maneira verificou-se que ele, com aquele discurso em que inclusive acusava claramente, diretamente os Estados Unidos de até inocularem vírus numa guerra química para contaminação do povo cubano, inclusive buscava trazer na tribuna provas desta sua acusação, ele fez com que o Congresso, *ab initio*, se transformasse praticamente, e se dividisse, praticamente, entre um grupo de países e congressistas favoráveis ao discurso dele e outro grupo de congressistas de países contrários ao discurso dele.

Com isso, verificamos que várias sessões plenárias foram praticamente esgotadas com debates, não do temário, mas com debates sobre o discurso do Presidente Fidel Castro.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. MAC DOWELL LEITE DE CASTRO — Pois não.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — Em particular, tenho a impressão que o discurso realmente tem um aspecto, dois terço do discurso e o texto final. O texto final do discurso é muito interessante porque é para o público interno, de Cuba. E há uma das afirmações que achei extremamente interessante, porque ele culpou os Estados Unidos da inoculação, do que está em espanhol, da "síbile porcina", e que no Brasil chamamos de peste suína. Essa peste suína foi uma pandemia, ocorreu no mundo inteiro. No Brasil tivemos problemas sérios de peste suína. O problema de controle do meu Estado da peste suína, por exemplo, foi seriíssimo. Houve matanças, prejuízos, etc... Mas, quando ele fez referência no discurso, ficou parecendo que foi uma coisa só limitada a Cuba e por inoculação dos agentes imperialistas americanos. Então, isso foi uma mensagem para o público interno, que é um público fechado, é uma sociedade unitária, e na conversação que tivemos com o Comandante-em-Chefe, ele escapou também do problema da "síbile porcina", preferindo ficar no problema do dengue, que ele atribui ao vírus 2, achando que o vírus 1 está disseminado e o vírus 2 só existe em Cuba, etc. E como nós no Brasil não temos dengue, temos um outro tipo de dengue, que não é este e não é doença. (Risos.)

O SR. MAC DOWELL LEITE DE CASTRO — Mas, Presidente e companheiros acho que também merece uma rápida observação o que pudemos registrar de alegação, na conversa com o Comandante Fidel Castro, quando ele propunha uma ação mais expressiva, conjunta, Brasil—Cuba, no que concerne a um mercado mundial de açúcar. Falava o chefe cubano que se o Brasil e Cuba, se entrosassem, poderíamos impor, praticamente, as condições do mercado internacional. Infelizmente essas referências já foram feitas praticamente no final da entrevista, e não houve possibilidade prática de se detalhar, de se arguir essa colocação. Porque as nossas dúvidas eram muito grandes a respeito se nós do Brasil teríamos as mesmas condições do mercado Leste Europeu, por exemplo, as mesmas condições do mercado dos países socialistas, por exemplo, em relação ao nosso produto. Porque ficou patenteado em outras reuniões, não nessa da entrevista do Sr. Fidel Castro, que existe um preço especial que ele, de certa maneira, reconheceu na própria entrevista, condições especiais do mercado socialista, para a colocação do açúcar cubano. Inclusive uma posição de subsídio para que, de uma maneira indireta, a economia cubana ofereça recursos para, enfim, a obra revolucionária que ocorre em Cuba.

Evidentemente, esta opinião é pessoal, que o Brasil não teria as mesmas condições de mercado, porque essas condições de mercado primeiro devem infringir à economia soviética alguns problemas, porque sabemos que a economia soviética hoje se debate com dificuldades em razão da baixa produção

agrícola, desta safra e que, inclusive, existem entendimentos no sentido de suporte, sobretudo de cereais, para o abastecimento da sociedade soviética.

Mas, evidentemente, seria mais um ônus, e bastante expressivo, se a União Soviética desse ao Brasil as mesmas condições de preço e de subsídio no fornecimento do açúcar.

Sr. Presidente, vejo o adiantado da hora, e teríamos muitos outros pontos a serem abrangidos, inclusive com a maior isenção, porque, realmente, cabe aqui até uma observação do interesse, do empenho da delegação brasileira, independente das disposições partidárias, da honestidade de todos os companheiros, no sentido de procurarem realmente registrar as experiências da sociedade cubana que para nós, todos sem exceção, foi realmente uma extraordinária novidade a ser analisada e apreciada, porque mesmo nós não podemos analisá-la sob o prisma, sob o parâmetro da sociedade de consumo e da sociedade pluralista, foi realmente, a de ser uma experiência extremamente interessante a ser analisada, a ser criticada, no bom sentido, a ser, enfim, discutida para proveito nosso.

De modo que quero, encerrando, ratificar o que disse inicialmente, de congratulações a essa iniciativa da Comissão de Educação, especialmente do Senador João Calmon, porque nós precisamos exatamente disto, precisamos de ter um fórum de debates, aqui no Brasil, das experiências parlamentares que temos no exterior, porque senão inclusive essa experiência é escoada, diluída, desaparece. E é que uma pena porque ela significa realmente uma contribuição à cultura e ao desenvolvimento do nosso Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Com a palavra o nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON — Há um fato concreto que ocorreu no 68º Congresso da União Interparlamentar e ainda não focalizado. Reunimo-nos no Palácio do Congresso com a Delegação de Portugal e depois com a delegação de Moçambique. A delegação brasileira começou a discutir a possibilidade de formação de um grupo parlamentar luso-brasileiro. Entretanto graças à colaboração de vários dos nossos colegas brasileiros, ampliamos a idéia inicial. Em vez de um grupo parlamentar luso-brasileiro, nós evoluímos para um grupo parlamentar de países da língua portuguesa. Ocorreu um episódio curioso, um resíduo colonialista que ainda se detecta em Portugal, mesmo entre representantes do Partido Comunista Português. Estes se manifestaram contra a formação de Grupo Parlamentar de Países de Língua Portuguesa, sob a alegação de que Angola e Moçambique não se interessavam por essa iniciativa. Foram destacados três parlamentares brasileiros para entendimentos com a Delegação de Moçambique, que ficou encantada com a possibilidade da sua integração no Grupo Parlamentar de Países de Língua Portuguesa. Em seguida, foi aprovada a constituição desse grupo parlamentar.

Foi um resultado concreto, creio que altamente auspicioso, das reuniões que realizamos em Havana.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Acho, que valeu o esforço e talvez o fundamental é que entrássemos em contato com o grupo interparlamentar, no sentido de que em todas as oportunidades essas comissões pudessem deixar aqui, nas comissões específicas, as experiências adquiridas lá fora.

A Comissão de Saúde e a Comissão de Educação agradecem a presença não só do Senador João Calmon, mas dos ilustres Deputados que aqui trouxeram uma contribuição magnífica e considero encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 30 minutos)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ATA DA 10ª REUNIÃO, REALIZADA
EM 25 DE NOVEMBRO DE 1982

Às dez horas do dia vinte e cinco de novembro de mil novecentos e oitenta e dois, presentes os Senhores Senadores Aderbal Jurema — Presidente, Laélia de Alcântara, João Lúcio, Gastão Müller, Mauro Benevides, Itamar Franco, Leite Chaves e Roberto Saturnino, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Sarney, Eunice Michiles, Franco Montoro, Pedro Simon, Tarso Dutra e João Calmon.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos com a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada.

Passando-se à apreciação das matérias constantes da pauta, são relatados os seguintes Projetos:

Pelo Senhor Senador Gastão Müller:

Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 61, de 1981, que "inclui no Almanaque do Ministério do Exército, no Posto de General-de-Exército, o nome do Tenente-Coronel João Carlos de Vilagrã Cabrita".

Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado.

Pela Senhora Senadora Laélia de Alcântara:

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 1982, que "aumenta parágrafo ao artigo 1º da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, que dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centrais Federais de Educação Tecnológica, e dá outras providências".

Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado.

Em seguida o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Itamar Franco, e uma vez, presente o Professor Luiz Pinguelli Rosa, Presidente da ANDES, que comparece à Comissão a fim de levar reivindicações da Classe; propõe sua Excelência, que a Presidência lhe conceda a palavra para que possa o mesmo expor suas propostas. Dessa forma, acatando a sugestão, o Senhor Presidente concede a palavra ao Professor Luiz Pinguelli Rosa que assim se pronuncia:

"Um padrão único para a universidade brasileira, no sentido aqui referido, longe de pretender eliminar as diferenças mais do que naturais e positivas entre as diversas universidades, ditadas por especificidades locais ou regionais, por vocações diferenciadas ou por razões históricas, pretende elevar o nível do ensino superior no país. Visa corrigir uma situação em que prolifera o ensino de má qualidade em estabelecimentos que não oferecem aos professores as mínimas condições de ensino e de pesquisa nem condições de estudo sério aos alunos, a maioria dos quais paga caro por cursos falsificados no seu conteúdo pelos interesses comerciais. Visa também a transformação das universidades públicas que potencialmente reúnem algumas das condições mínimas, mas não as concretizam plenamente devido à ausência de estímulo intelectual, ao autoritarismo e ao centralismo inibidores e esterilizantes e à insuficiência de recursos.

A qualidade do ensino não pode ser pretendida abstratamente, sem dar as condições materiais à universidade. O ensino superior de boa qualidade está ligado indissoluvelmente à pesquisa, à atividade crítica e criativa. Não cabe ao professor apenas repetir informações em sala de aula e exhibir um conhecimento estatístico e morto. Cabe a ele estudar, elaborar seu conhecimento de forma dinâmica e viva, atualizar-se e avançar na sua área de trabalho, estar disponível aos seus alunos fora das aulas, orientar e participar de pesquisas, realizar experiências originais, escrever artigos, assistir e dar seminários, criticar e expor-se à crítica, participar democraticamente do trabalho coletivo com seus colegas e alunos. É para possibilitar este exercício pleno de magistério superior que os professores defendem um padrão de universidade, não no sentido elitista, mas que exija de todo e qualquer estabelecimento de ensino superior as condições para exercê-lo com dignidade".

"Tenho o prazer de passar às mãos do Senhor presidente cópia da Pauta de Reivindicações apresentada na Reunião dos Representantes dos Professores das IES'S Federais Autárquicas realizada em Brasília no dia 19 de novembro de 1982".

Logo após o Senhor Presidente solicita à Comissão, delegação de poderes para interceder junto à Ministra da Educação e ao Reitor da Universidade de Brasília, no sentido de dar conhecimento àquelas autoridades da Pauta de Reivindicações ora apresentada. Por unanimidade a Comissão deferiu o pedido.

Finalizando, o Senhor Presidente determina que o documento encaminhado à Presidência, seja publicado em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar eu, Sérgio da Fonseca Braga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 1982, REFERENTE AO PRONUNCIAMENTO DO PROFESSOR LUIZ PINGUELLI ROSA, PRESIDENTE DA ANDES-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR, A RESPEITO DAS REIVINDICAÇÕES DA CLASSE, QUE SE PUBLICA DEVIDAMENTE AUTORIZADO PELO SENHOR PRESIDENTE.

PRESIDENTE: SENADOR ADERBAL JUREMA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR GASTÃO MÜLLER

REUNIÃO DOS REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DAS IES'S FEDERAIS

AUTÁRQUICAS REALIZADAS EM BRASÍLIA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 1982

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

1 — Abertura de negociações no que diz respeito às reivindicações apresentadas ao MEC em setembro de 1982.

2 — Divulgação do projeto do MEC sobre as distorções da carreira, para que seja discutido pelo conjunto dos professores.

3 — Reafirmação pelo MEC do compromisso anterior que qualquer alteração na estrutura da universidade (inclusive a desvinculação do DASP e a adoção do orçamento global), seja discutida pela comunidade universitária, é encaminhada via Congresso Nacional.

REIVINDICAÇÕES APRESENTADAS AO MEC EM SETEMBRO DE 1982.

1 — Questões salariais e de carreira

- a) reposição salarial de 23,8% a partir de 1º de novembro;
- b) reajuste salarial igual ao INPC do semestre maio-novembro a partir de 1º de novembro;
- c) reajuste de seis em seis meses de acordo com o INPC, sem escalonamento;
- d) que a aposentadoria seja feita com base no salário integral de cada docente;
- e) eliminação das distorções de carreira de acordo com as reivindicações da ANDES entregues ao MEC em 1981;
- f) contratação imediata e regular, de acordo com o que dispõe a carreira do magistério superior (decreto nº 8.5487 de 11-12-80), dos professores concursados e classificados nas universidades federais da Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba;
- g) que os professores regidos pela CLT passem a fazer jus às vantagens específicas dos estatutários e vice-versa.

2 — Reestruturação da universidade

Que a reestruturação da universidade seja amplamente discutida, com a participação efetiva da comunidade universitária, através de suas entidades representativas.

1. POSIÇÃO DO MOVIMENTO DOS DOCENTES FRENTE A QUESTÃO DA UNIVERSIDADE E A SITUAÇÃO DOS PROFESSORES

- a) A manutenção do caráter público das universidades e do ensino gratuito;
- b) Autonomia desde que acompanhada de democratização;
- c) Garantia de que o MEC assegure as condições de trabalho necessárias à atividade docente, tais como unidade da carreira, estabilidade e isonomia salarial.

2. PROPOSTA DO MEC

Estabelecer pré-condições para a reestruturação das universidades ou seja:

- a) Desvinculação dos professores universitários do quadro do DASP ameaçando a unidade da carreira, a isonomia salarial e a estabilidade no emprego, bem como o desligamento do quadro dos funcionários públicos;
- b) Implantação do orçamento global sem considerar a questão dos recursos necessários à manutenção do ensino superior público (12% para a educação de acordo com a Constituição de 1946) e sem estabelecer as condições sob as quais esse orçamento será aplicado ao nível das universidades.

Essas pré-condições se configuram como a própria reestruturação sendo que assume um caráter privatista que põe em risco o que ainda resta de ensino superior público no país.

3. ENCAMINHAMENTO DAS LUTAS DOS PROFESSORES E POSIÇÃO DO MEC

a) GREVE DE 1981: Os professores conquistam a garantia por parte do MEC de que participarão efetivamente da reestruturação da universidade e obtêm o dilatamento do prazo para entrega de proposta da ANDES.

b) Julho de 1982: Entrega do documento elaborado pelas ADs contendo a proposta dos professores para reestruturação da universidade.

c) Setembro de 1982: O Conselho Nacional das associações docentes analisando a situação atual dos professores e da universidade elaboraram uma pauta de reivindicações no campo salarial e da reestruturação e encaminham ao MEC no dia 15.

d) Inexistência de resposta efetiva às reivindicações salariais e de carreira apresentadas ao MEC em setembro e reiteradas em audiências com a ministra em 15 de outubro e 8 de novembro.

e) Ameaça de encaminhamento através de decreto das medidas de reestruturação sem que sejam discutidas e votadas pelo Congresso Nacional.

f) Dezoito de novembro: Declaração de greve nacional das IES federais autárquicas por entender que esta é a última forma de luta, sobretudo como defesa da universidade pública no nosso País.

Vem a seguir, a pauta de reivindicações do movimento aprovada quando da declaração da greve.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

1 — Abertura de negociações no que diz respeito às reivindicações apresentadas ao MEC em setembro de 82.

2 — Divulgação do projeto do MEC sobre as distorções da carreira para que seja discutido pelo conjunto de professores.

3 — Reafirmação pelo MEC do compromisso anterior que qualquer alteração na estrutura da universidade (inclusive a desvinculação do DASP e a adoção do orçamento global), seja discutida pela comunidade universitária e encaminhada via Congresso Nacional.

REIVINDICAÇÕES APRESENTADAS AO MEC EM SETEMBRO/82:

1 — Questões salariais e de carreira

- a) reposição salarial de 23,8% a partir de 1º de novembro;
- b) Reajuste salarial igual ao INPC do semestre maio-novembro a partir de 1º de novembro;
- c) reajuste de seis em seis meses de acordo com o INPC, sem escalonamento;
- d) que a aposentadoria seja feita com base no salário integral de cada docente;
- e) eliminação das distorções de carreira de acordo com as reivindicações da ANDES entregues ao MEC em 1981;

f) contratação imediata e regular, de acordo com o que dispõe a carreira do magistério superior (decreto nº 85.487 de 11-12-80), dos professores concursados e classificados nas universidades federais da Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba;

g) que os professores regidos pela CLT passem a fazer jus às vantagens específicas dos estatutários e vice-versa.

2 — reestruturação da universidade

Que a reestruturação da universidade seja amplamente discutida, com a participação efetiva da comunidade universitária, através de suas entidades representativas.

Brasília-DF, 18 de novembro de 1982. — *Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior.*

ATA DA 11ª REUNIÃO, REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 1982

Às dez horas do dia dois de dezembro de mil novecentos e oitenta e dois, presentes os Senhores Senadores Aderbal Jurema — Presidente, Gastão Müller, Laélia de Alcântara, Eunice Michiles, Gabriel Hermes e João Lúcio, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Senhores Senadores João Calmon, Tarso Dutra, José Sarney, Franco Montoro e Pedro Simon.

Havendo número Regimental, são abertos os trabalhos com a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada.

Passando-se à apreciação das matérias constantes da pauta, são relatados os seguintes Projetos:

Pelo Senhor Senador Gastão Müller:

Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1981, que “dá nova redação ao § 1º do artigo 39 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regulamenta o Direito Autoral no Brasil”.

Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado;

Pelo Senhor Senador Gabriel Hermes;

Parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1979, que “aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnico-Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Jamaira Árabe Popular Socialista da Líbia, celebrado em Brasília, a 30 de junho de 1978”.

Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado;

Parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 1981, que “aprova o texto do Acordo sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia, assinado em Bogotá, a 12 de março de 1981”. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado.

Em seguida, o Senhor Presidente solicita ao Senhor Senador Gastão Müller que assuma a Presidência para que possa relatar o seguinte Projeto:

Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1982, que “autoriza a incorporação da Faculdade de Serviço Social, da Fundação Vidal Ramos, à Universidade Federal de Santa Catarina”.

Paracer: favorável.

Conclusão: aprovação do Parecer.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar eu, Sérgio da Fonseca Braga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS
ATA DA 3^a REUNIÃO, REALIZADA
EM 30 DE NOVEMBRO DE 1982

As dez horas do dia trinta de novembro de mil novecentos e oitenta e dois, na Sala de reuniões da Comissão, presentes os Senhores Senadores, Mauro Benevides, Presidente eventual, Gabriel Hermes, Raimundo Parente, Aloysio Chaves e Mendes Canale, reúne-se a Comissão de Assuntos Regionais.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Lins, Eunice Michiles, Benedito Canellas, Alberto Silva e Agenor Maria.

Ao constatar a existência de número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

A seguir, são apreciadas as seguintes proposições:

Projeto de Lei da Câmara nº 06/82 — Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a vender ou doar imóveis, nas condições que especifica.

Relator: Senador Gabriel Hermes

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 11/82 — Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar imóveis que menciona.

Relator: Senador Raimundo Parente

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 15/82 — Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar imóveis que menciona.

Relator: Senador Raimundo Parente

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 16/82 — Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a vender, em concorrência, os imóveis urbanos que menciona, de sua propriedade.

Relator: Senador Gabriel Hermes

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 65/82 — Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar os imóveis que menciona.

Relator: Senador Gabriel Hermes

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 75/82 — Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a vender, em concorrência, o imóvel urbano que menciona, de sua propriedade.

Relator: Senador Gabriel Hermes

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 76/82 — Autoriza a doação, ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, do terreno que especifica.

Relator: Senador Mendes Canale

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 97/82 — Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar o imóvel que menciona.

Relator: Senador Gabriel Hermes

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE SAÚDE
ATA DA 8^a REUNIÃO, REALIZADA
EM 2 DE DEZEMBRO DE 1982

As dez horas do dia três de dezembro de mil novecentos e oitenta e dois, na Sala de Reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, presentes

os Senhores Senadores Jaison Barreto, Presidente, Henrique Santillo, Lourival Baptista e a Senadora Laélia de Alcântara, reúne-se a Comissão de Saúde.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Lomanto Júnior, Almir Pinto, José Guiomard e o Senador Saldanha Derzi.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, e dispensa a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Henrique Santillo, que emite parecer favorável, com Emenda nº 01-CS, ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1978, que "regula o exercício da profissão de Técnicos de Radiologia". Posto em discussão o parecer, e, em seguida, em votação, é o mesmo aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Henrique Santillo, que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1981, que "acrescenta parágrafo ao artigo 129 do Código Penal, instituído pelo Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1980". Posto em discussão o parecer, e, em seguida, em votação, é o mesmo aprovado por unanimidade. Continuando, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Lourival Baptista, que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1982, que "dispõe sobre pensão especial para deficientes físicos que especifica e dá outras providências". Posto em discussão o parecer, e, em seguida, em votação, é o mesmo aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Kleber Alcoforado Lacerda, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 9^a REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA),
REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 1982

As dezoito horas e trinta minutos do dia vinte quatro de novembro de mil novecentos e oitenta e dois, na Sala de Reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Lourival Baptista, Presidente, Saldanha Derzi, Martins Filho, Benedito Ferreira, Bernardino Viana, Almir Pinto e o Senador Murilo Badaró, reúne-se a Comissão do Distrito Federal extraordinariamente.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Moacyr Dalla, Lázaro Barboza, Mauro Benevides, Henrique Santillo e o Senador Dirceu Cardoso.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, e dispensa a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Saldanha Derzi, que emite parecer oferecendo a Redação Final do Projeto de Lei do Senado nº 166, de 1982-DF, que "estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1983". Posto em discussão o parecer, e, em seguida, em votação, é o mesmo aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Kleber Alcoforado Lacerda, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE FINANÇAS

ATA DA 12^a REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA
EM 1º DE DEZEMBRO DE 1982

As dezesete horas do dia primeiro de dezembro de mil novecentos e oitenta e dois, na Sala de Reuniões da Comissão, presentes os Senhores Senadores Gabriel Hermes, Vice-Presidente no exercício da Presidência, Raimundo Parente, Tarso Dutra, Martins Filho, João Lúcio, José Fragelli, Bernardino Viana, Affonso Camargo e Lomanto Júnior, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Amaral Peixoto, Almir Pinto, Pedro Simon, Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Franco Montoro, Mendes Canale e a Senadora Dulce Braga.

Ao constatar a existência de número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

A seguir, são apreciadas as seguintes proposições:

Projeto de Lei da Câmara nº 122/82 — Altera o valor do vencimento de cargos que especifica e dá outras providências.

Relator: Senador Raimundo Parente

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 127/82 — Altera a estrutura da Categoria Funcional de Enfermeiro, do Grupo Outras Atividades de Nível Superior, e dá outras providências.

Relator: Senador Raimundo Parente

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 6/82 — Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a vender ou doar móveis, nas condições que especifica.

Relator: Senador Raimundo Parente

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 11/82 — Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar imóveis que menciona.

Relator: Senador Raimundo Parente

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 15/82 — Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar imóvel que menciona.

Relator: Senador Raimundo Parente

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 16/82 — Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a vender, em concorrência, os imóveis urbanos que menciona, de sua propriedade.

Relator: Senador Raimundo Parente

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 65/82 — Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar os imóveis que menciona.

Relator: Senador Raimundo Parente

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 76/82 — Autoriza a doação, ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, do terreno que especifica.

Relator: Senador Raimundo Parente

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 97/82 — Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar o imóvel que menciona.

Relator: Senador Raimundo Parente

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Decreto Legislativo nº 1/81 — Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no ano de 1979, no valor global de Cr\$ 50.000.000.000,00 (cinquenta bilhões de cruzeiros), na forma do que dispõe o inciso I do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Relator: Senador Bernardino Viana

Parecer: Favorável ao Substitutivo da CE.

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 86/82 — Autoriza a Universidade Federal do Rio Grande do Sul a transferir, para o patrimônio da Universidade Federal de Santa Maria, bens imóveis localizados em Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador Tarso Dutra

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 125/82 — Dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos que especifica, e dá outras providências.

Relator: Senador Raimundo Parente

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

São retiradas de pauta as seguintes proposições:

PRS nº 183/81 e o PLC nº 75/82.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

ATA DA 6ª REUNIÃO, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 1981

Às dez horas do dia dezessete de novembro de mil novecentos e oitenta e um, na Sala de Reuniões da Comissão, presentes os Senhores Senadores Leite Chaves — Presidente, Saldanha Derzi, Adalberto Sena, Lomanto Júnior, Dirceu Cardoso, Valdão Varjão e o Deputado Nelio Lobato, reúne-se a Comissão de Agricultura.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente propõe seja dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e, em seguida, convida o Doutor Nelson Luiz Baeta Neves, Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Búfalos, para ocupar o lugar de honra à Mesa.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Doutor Nelson Luiz Baeta Neves, que presta seu depoimento sobre "O Rebanho Bubalino Atual e Suas Perspectivas na Pecuária Brasileira".

Após a exposição do Doutor Nelson Luiz Baeta Neves, usam da palavra todos os parlamentares presentes.

Finalizando, o Senhor Presidente agradece o depoimento do ilustre convidado, assim como a presença dos Senhores Senadores, do Senhor Deputado e demais presentes e determina, em seguida, que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sergio da Fonseca Braga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 1981, REFERENTE A PALESTRA DO DOUTOR NELSON LUIZ BAETA NEVES, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE BÚFALOS, SOBRE O TEMA "O REBANHO BUBALINO ATUAL E SUAS PERSPECTIVAS NA PECUÁRIA BRASILEIRA", QUE SE PUBLICA, DEVIDAMENTE AUTORIZADO PELO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: Senador Leite Chaves

Vice-Presidente: Senador Martins Filho

INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO

O SR. PRESIDENTE (Leite Chaves) — Declaro abertos os trabalhos da Comissão.

Senhores, a Comissão de Agricultura, hoje, está promovendo essa conferência sobre búfalos.

Entende o Senado, através de Senadores que têm uma maior vivência com essa espécie de animal, que o búfalo haverá de desempenhar, brevemente, no País, um grande papel, quer dizer um papel de desbravador do Oeste do País, sobretudo nas áreas úmidas, nas várzeas e nos pantanais. É um animal de conhecida resistência e pela extensão do Brasil, pela variedade dessas terras úmidas, haverá o búfalo de desempenhar um papel substancial. Essa conferência haverá de ficar nos Anais da Casa. E o Senado tem alguma coisa de interessante, ele se assemelha nessa sua permanência assim mais ou menos a um universo.

Diz-se que, uma vez emitida uma imagem no universo ela fica eternamente. Volta a ser captada, volta aos mesmos locais. E aqui no Senado temos observado o seguinte: o que fica nos Anais é costume ser objeto de consultas. Sobre qualquer matéria que alguém queira escrever no País, os arquivos do Senado são examinados, são perqueridos. E tenho certeza que essa conferência haverá de trazer subsídio ao que temos a esse respeito. O nosso conferencista de hoje é o Dr. Nelson Luiz Baeta Neves. É Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Búfalos. É um homem empolgado com o assunto e que, com ele, tem longa vivência. Ademais, é também um homem extremamente inteligente, muito versátil, é um homem extremamente apaixonado pela matéria. Não só o difunde no País, como o cria e S. S. também o faz com esse empenho, com a certeza de que o Brasil haverá de lucrar muito com o desenvolvimento de um rebanho dessa natureza. Sendo um País enorme de regiões das mais diferenciadas, nenhum tipo de gado seria ideal para todo o País. Nem sempre o que é ideal para o Rio Grande do Sul, o é para o Nordeste e para o resto do País. Então, como o gado que desempenhou um papel valioso nas terras tropicais, o búfalo haverá de desempenhar um papel — não tenho dúvida — no que diz respeito à Amazônia, que hoje é objeto das cogitações do País.

O Dr. Baeta Neves está presente e é conhecido de muitos nesta Casa. E é com muita honra, Dr. Baeta Neves que eu, como Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, recebo V. S. para a palestra de hoje.

A palavra está à disposição de V. S. para encaminhar a conferência da melhor maneira possível.

O SR. NELSON LUIZ BAETA NEVES — Em nome da Associação Brasileira de Criadores de Bufálos, da Comissão Especial de Assuntos da Bubalinocultura da Confederação Nacional da Agricultura bem como em meu próprio nome, apresento os nossos agradecimentos aos Senhores Senadores e Deputados aqui presentes. A qualidade deste auditório, o número dos parlamentares interessados no assunto, além de nos honrar sobremaneira, por si só valoriza a bubalinocultura brasileira.

Inicialmente, gostaria de enfatizar aquilo que disse aqui o Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Leite Chaves.

Sabemos que o Senado é um agente de percussão dos problemas de interesse nacional e estamos convencidos de que há necessidade de se dar essa percussão no assunto em tela, para que o búfalo seja olhado como uma riqueza emergente no País.

A despeito de todo o tempo em que o búfalo ficou no nosso território sem qualquer atenção, ele proliferou e se desenvolveu.

Devemos reformular a história da introdução do búfalo neste País. A livraria Garnier em 1887 publicou, no Rio de Janeiro, o "Tratado Prático da Fabricação do Queijo e da Manteiga" obra compilada no Brasil, por volta de 1885. É este livro que os Senhores estão vendo, e que menciona na página 4:

"O búfalo comum. Atribui-se a origem deste búfalo ao arni, cuja cor tem, faltando-lhe somente a altura deste. Esse búfalo pode ser visto no Engenho da Serra, em Jacarepaguá".

Provavelmente, já antes de 1885, o búfalo, portanto, estava no Rio de Janeiro. A partir daí tivemos as diversas entradas do búfalo no Brasil, tivemos por muito tempo o seu relativo abandono, ou o desinteresse pela espécie bubalina por grande parte de criadores. O surgimento do maior interesse pela bubalinocultura, teve início em 1950 em ação comandada pela FAO. Essa ação foi mais visível quando a FAO publicou a obra intitulada "The Husbandry and Health of the Domestic Buffalo" com subvenção da Liga Australiana Contra a Fome, que objetivava a identificação de alternativas de produção de alimentos em terras fracas.

A "Australian Freedom From Hunger Campaign" a qual já nos referimos como a Liga Australiana contra a Fome teve, realmente, a iniciativa de estimular e de dotar recursos para que a FAO examinasse o setor, conforme menção feita em diversas publicações, concluindo que o búfalo é, dos animais de pecuária, o melhor conversor de alimentação pobre em carne e leite, convertendo melhor inclusive celulose, face a ação metabólica do seu organismo.

Essa capacidade de conversão alimentar do búfalo o coloca como animal menos competitivo com a alimentação humana. No Terceiro Mundo é onde ocorre a menor produção de grãos na face da Terra. A FAO parte do princípio de que no Terceiro Mundo, sempre que grãos são convertidos em proteína animal, a alimentação humana é prejudicada. Hoje vemos isso no Brasil, o aumento do preço do frango, o aumento do preço do porco, altamente concorrentes com a alimentação humana, o preço do leite, não se chegando a um equacionamento justo nem para o produtor nem para o consumidor, porque as tradicionais raças leiteiras consomem, substancialmente, alimentos de necessidade para o povo, fato que acarreta a elevação dos custos de produção.

O Brasil tem uma baixa produção de grãos, senão em números absolutos, certamente em números relativos. O Brasil exporta subconsumo interno, porque 54 milhões de toneladas de grãos divididos pela população brasileira, nos indica um quociente abaixo das quantidades de consumo *per capita* indicadas pela própria FAO. Então, há de se libertar esses alimentos ou para consumo humano, ou para maior volume de exportação em favor da balança comercial do País.

Embora o búfalo continue sendo pouco conhecido, já é, evidentemente, melhor o seu relacionamento com o povo brasileiro, com as autoridades e com os pecuaristas. Ainda recentemente os criadores de búfalos era considerados uns excêntricos que criavam animais exóticos. Hoje, já conseguimos até chegar no Senado Federal. O búfalo tem para apresentar muito mais do que aquilo que podemos dizer são as virtudes que o búfalo deverá demonstrar no dia-a-dia da atividade econômica, que vão justificá-lo ou não, e essa oportunidade precisa ser dada ao búfalo. Essa oportunidade vem lhe sendo negada há muitos anos. Vem lhe sendo negada pelo desconhecimento dos tecnocratas, vem sendo negada pelo despreparo de algumas lideranças rurais e pela visão errônea de uma parcela da população, confundindo-o com animal selvagem.

Vejam os Senhores: no Pará — o Deputado Nélio Lobato aqui presente sabe que estou dizendo a verdade — enquanto o búfalo deveria ser incluído no currículo das escolas e das faculdades voltadas para a produção animal, desde o nível de ensino técnico, a matéria é objeto de um curso de pós-graduação, na Universidade Federal do Pará. Precisamos, portanto, introdu-

zir no currículo das escolas um melhor conhecimento sobre o búfalo, para que não haja, daqui a pouco, a defasagem entre o tamanho do rebanho brasileiro e a disponibilidade de técnicos habilitados.

Estamos estudando a expansão da bubalinocultura, inclusive com dados obtidos através da EMBRAPA que, em Belém — PA no Centro de Pesquisas Agropecuárias do Trópico Úmido, o CEPATU, e mais recentemente em Pelotas — RS vem realizando estudos aprimorados sobre o búfalo.

Assim, partindo de informações técnicas de diversos Institutos de Pesquisas, fizemos um estudo por computação, levando-se em conta a alta taxa de natalidade dos búfalos, o baixo índice de mortalidade das crias, o intervalo interpartos relativamente pequeno (quatorze meses), e o grande tempo de vida reprodutiva dos animais, que nos permitiu traçar um perfil do rebanho e a sua curva evolutiva. O rebanho brasileiro atual apresenta um crescimento de 16,1% por ciclo reprodutivo, o que equivale a 12,7% ao ano. Isto significa que no ano 2013 nós atingiremos os primeiros cinqüenta milhões de búfalos e no ano 2017 o Brasil já se situará como detentor do maior rebanho de búfalos do mundo. Estes dados fazem parte do material que entregamos aos Srs. Parlamentares nesta oportunidade. O Brasil realmente tem condições de abrigar o maior rebanho de búfalo do mundo, graças a sua alta capacidade de adaptação em todo o território brasileiro, e o território brasileiro apresenta condições para acolher os animais. Trata-se de uma vocação recíproca; do Brasil para o búfalo e vice-versa.

A partir desse quadro evolutivo justifica-se e pode ser deflagrado o processo de maior conhecimento do búfalo e da sua valorização entre nós.

Estamos face a uma riqueza emergente, que mesmo na ocorrência de algum atraso no seu desenvolvimento, em relação ao estudo por nós apresentados, será significativa para a pecuária brasileira, pois na história de uma pecuária alguns anos a mais ou a menos não representam nada. Estamos certos de que a maior aptidão que o búfalo tem para ocupar as regiões da nova fronteira da pecuária brasileira, vai levá-lo certamente ao grande desenvolvimento previsto. Sua ascensão é indicada no gráfico que os Srs. puderam verificar cujos números crescem cumulativamente e poderá ocupar, por volta do ano 2020, cerca de 40% da pecuária brasileira. Os Srs. poderiam questionar se 40% da pecuária brasileira não seria muito. A resposta, se é muito ou pouco, será dada pelo lucro, o lucro que o búfalo vai ensejar, porque nenhuma atividade econômica se faz na base da poesia. É gerando lucro, gerando maior produtividade, aumentando a produtividade média da pecuária brasileira, que o búfalo realmente obterá o seu espaço próprio, aquele espaço que lhe for mais favorável. Acreditamos que a despeito da oferta da carne, no mercado brasileiro, nos últimos 10 anos, tenha, crescido anualmente à razão de 1,2% — segundo dados da Fundação Getúlio Vargas — não se pode manter isso. Se continuar havendo um aumento demográfico bem superior ao aumento da oferta da carne, nós vamos chegar a uma situação insustentável: a carne vai encarecer para o povo, o povo vai ter fome de carne, e o Brasil vai ficar com uma pecuária estagnada e pouco rentável. Nós temos que aumentar a produtividade do rebanho brasileiro, espalhá-lo à necessidade do consumo, e aí se insere novamente o búfalo que apresenta melhor produtividade, podendo ser produzido a um custo mais baixo. No momento, em que ele tiver uma posição mais expressiva na comercialização da carne, e quando ele puder ter uma linha de comercialização independente, o criador poderia repassar uma parte do benefício do menor custo ao consumidor final. Nós estamos cuidando de um animal que pode produzir carne a um menor custo, e portanto oferecê-la a um custo mais econômico.

Os dados que temos relativos ao ano de 1980, indicam que quase trinta mil toneladas de carne de búfalo foram colocadas no mercado brasileiro e esses animais foram comercializados como carne de bovino, a despeito de alguns frigoríficos pretendem desvalorizá-los para aumentar os seus lucros. Diferenciar essa carne junto ao mercado consumidor, é extremamente difícil, pois, a carne de búfalo tem as mesmas características da carne do bovino, tanto nos seus cortes, quanto no paladar e no modo de preparo.

É realmente difícil separá-las e o próprio açogueiro que não seja muito experiente não as distingue. Então, não existe má fé, não existe fraude ao consumidor, quando a carne de búfalo é vendida como de bovino. Uma coisa é se confundir gato por lebre, outra coisa se confundir lebre por gato. Parece que, quando se oferece gato ao mercado e se entrega lebre o consumidor estaria sendo beneficiado. Nós entregamos uma carne de alto poder protético, com a vantagem de ser majoritariamente de um animal jovem, de um novilho precoce e a carne de animal jovem é sempre melhor.

Mais, voltando aos problemas que a bubalinocultura enfrenta talvez pelo seu desconhecimento por parte dos tecnocratas da área bancária, citarei alguns fatos relativos ao Banco do Brasil por ter a hegemonia do crédito rural neste País, a despeito do Banco Central fazer a parte normativa do setor.

Quando o Banco do Brasil se volta para determinado setor, realmente arrasta atrás de si a rede bancária, e, consequentemente leva junto a motivação do próprio Governo.

A carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil, através da CIC de 15-9-81 indica as suas linhas de prioridade. Então, diz que os seus recursos são ordinários ou extraordinários, que as origens podem ser internas, ou externas e indica as prioridades. O búfalo não é levado em conta na linha das prioridades gerais.

Por outro lado, na comercialização de animais selecionados, outra vez o Banco do Brasil não diferencia o búfalo de elite do búfalo comum; os búfalos selecionados, dos búfalos não selecionados. Para os reprodutores bovinos de alto padrão racial os financiamentos podem atingir até quarenta vezes o valor da arroba de carne, esta na base de mil e setecentos cruzeiros em setembro de 1981. Os búfalos são todos colocados em uma vala comum, financiados em até dezoito vezes o valor da arroba. Vemos, então, em algumas exposições o absurdo do búfalo valer em carne mais do que o financiamento que lhe é acessível. Vemos, também, a ausência dos búfalos no programa de aproveitamento racional das varzeas o Programa PROVARZEAS. A despeito de nós termos alertado o Ministério da Agricultura, aí está a CIC de 7 de outubro de 1981. Entendemos, que da mesma forma como a pata do boi foi a precursora da atividade agrícola em terras firmes, a pata do búfalo poderia ser precursora da atividade agrícola nas terras de Varzea. Trata-se de uma estratégia de ocupação. Nós todos sabemos que, em qualquer atividade, a ocupação mais rentável vai expulsando a menos rentável. Assim, antes que o Programa PROVARZEAS, com tecnologia sofisticada, e custo elevado, possa atingir os 30 milhões de ha., a que se propõe o Governo, e que todos nós sabemos quanto tempo vai levar isso, por que não ocupar com búfalo esse vazio econômico, enquanto a produção agrícola não se implante nelas? Não seria nenhuma incoerência do programa brasileiro. É muito provável que as agências financeiras internacionais dariam financiamento, também, para essa estratégia de ocupação, mesmo porque, face ao valor total do programa, seria necessário para a parte dos búfalos um percentual muito pequeno. Assim mesmo o búfalo voltou a ser esquecido, quando poderia gerar riquezas nas várzeas, até que nelas o Programa PROVARZEAS conseguisse implantar a agricultura com drenagem, nivelamento de solo e outras providências necessárias. Também os bubalinos não são aquinhoados com qualquer financiamento para a produção de carne em confinamento, contemplando os financiamentos do Banco do Brasil, apenas e expressamente os bovinos. O búfalo é um animal que se desenvolve extraordinariamente bem em confinamento, conforme podem ser vistos nos slides projetados, onde também podem ser vistos os resultados obtidos na associação de 85% de uréia com 15% de sal, o que faz o búfalo ter um rendimento extraordinário em termos de velocidade de ganho de peso, estando pronto para o abate antes dos 18 meses, em tais condições.

Então sabemos que podemos produzir búfalos em confinamento e podemos produzir em confinamento sem ser novidade, pois sempre se fez na Índia, porque lá não existe espaço. Há uma grande concorrência na Índia entre áreas necessárias ao homem, a agricultura e a pecuária. E tudo está ocupado com tendências a ser restringida paulatinamente a área de pecuária nas quais, também, está estabelecida a concorrência dos animais entre si. Por isso e pela docilidade do animal, a pecuária está se fazendo em grande parte através de confinamento intensivo, o que podemos fazer com o búfalo também aqui no Brasil.

O búfalo tem sido discriminado e não está aquinhado dentro da política pecuária. Vejam os Senhores, que os búfalos estão excluídos das operações de investimentos tecnificados do Banco do Brasil, somente beneficiando a criação de bovinos para a produção de carne. Não é admitido um investimento na bubalinocultura com características de tecnificação, o que volta a ser uma injustiça contra os búfalos.

Nas normas do Banco do Brasil, para financiamentos à produção de leite não é mencionado o búfalo. Nem é cogitado o zoneamento do Brasil para que o búfalo possa participar com prioridade na produção de leite em determinadas regiões do Brasil. Quando se fala em produzir leite lembramo-nos de que existem raças leiteiras selecionadas a mais de 2.000 anos. Mas quando se fala em produzir o leite em regiões de clima tropical, na formação de bacias leiteiras na região amazônica e nas áreas mais quentes deste País, vemos que a pecuária de Taurinos é inadequada. Quando se fala no cruzamento de taurinos com zebuínos, e hoje está na moda o Girolando, vincula-se as bacias leiteiras a uma renovação permanente de matrizes, porque esses mestiços só são eficientes na sua produção leiteira quando nascidos de primeiro cruzamento. É notório que os denominados animais "voltados" perdem boa parte da sua eficiência na produção leiteira. Urge, pois, que seja implantada uma pecuária de leite permanente com bubalinos para se atender vários centros consumidores

entre os quais podem-se citar alguns, tais como: Campo Grande, Cuiabá, Belém, Manaus, Rio Branco e etc., pois seria demasiado longo enumerar todas as cidades ou regiões onde a produção comercial de leite de bubalinos, deveria ser implantada.

Na Índia, segundo informações da própria FAO, a participação dos búfalos no fornecimento de leite é significativamente majoritária. Embora os bubalinos representem 1/3 do rebanho de animais de grande porte na Índia, o búfalo participa com mais de 60% no abastecimento geral de leite naquele País, e com 95% do leite consumido nas grandes cidades através da distribuição das centrais de leite. O búfalo é um bom produtor de leite, e mais que isto, é um animal que apresenta dupla aptidão como produtor de carne e leite, aliada a sua vocação para o trabalho.

Temos defendido junto ao Banco Central e Banco do Brasil a introdução de uma linha de crédito especial para o búfalo. O crédito rural no Brasil estabeleceu uma dicotomia entre as linhas de crédito, orientados para a pecuária de leite ou para a pecuária de corte. Por que não pode ser estabelecido para os bubalinos uma linha de crédito mista, visando corte e leite? As respostas que recebemos são de que tal providência fere a sistemática do Banco do Brasil ou que não existe uma linha mista de crédito. Ora, quem faz o mais faz o menos. Antes de haver as duas linhas, de pecuária de corte e pecuária de leite, ou não havia nenhuma linha, ou existia uma só linha de crédito. Acho que o mesmo banco que um dia separou a pecuária de leite da pecuária de corte para fins de financiamento, poderá criar uma linha de financiamento para pecuária de carne e leite, pecuária mista, onde poderia ser introduzido algumas raças bovinas, mas, sobretudo, possa amparar os bubalinos, como excelentes produtores de carne e leite que são. No rol das evidentes discriminações há, ainda, a encontrada no Programa Integrado de Atendimento ao Pequeno Produtor Rural, o PRORURAL, para desenvolver os pequenos e miniprodutores do Paraná, nas regiões críticas. É este convênio que os Senhores estão vendo, estabelecido recentemente entre o Banco do Brasil e o Governo do Estado do Paraná. Passarei a ler aos presentes a relação das atividades contempladas: arroz, avicultura, apicultura, bovinocultura de leite, corte e mista, feijão, fruticultura, milho, mandioca, olericultura, pesca, soja, suinocultura, trigo, eletrificação rural e outras, a critério da assistência técnica.

Mais uma vez o búfalo não foi incluído, embora na Índia a bubalinocultura se caracterize como atividade típica de pequeno produtor rural.

Estes casos concretos envolvendo linhas de crédito foi o que se pôde conseguir para exibir e relatar aos Senhores nesta reunião. Outras injustiças poderiam ser detectadas se tivéssemos mais tempo e acesso as normas internas do Banco do Brasil. Cremos que isso ocorre principalmente, em razão de desconhecimento da espécie bubalina ou por oposição gratuita e injustificada ou talvez, até, como se diz jocosamente, a título de discriminação racial. Nós da Associação Brasileira de Criadores de Búfalos juntamente com inúmeras e conceituadas Associações de criadores nossas delegadas, nós da Confederação Nacional da Agricultura, onde há uma Comissão Especial para Assuntos de Bubalinocultura-CEAB, também por mim presidida percebemos que existe uma barreira que precisamos vencer. Diversos Estados se propõem a introduzir e estimular a pecuária bubalina. A Associação de Crédito e Extensão Rural do Paraná, criou o "Programa de Apoio a Populações Carentes do Litoral Norte e Alto Ribeira" com desenvolvimento da bubalinocultura, mostrando o melhor rendimento dos búfalos e os benefícios que eles poderão levar àquelas regiões. Temos o programa denominado "Búfalos — Alternativa para a Pecuária de Pernambuco" feito pelo Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco — CONDEPE, onde demonstra que o búfalo tem aptidão para se desenvolver segundo os climogramas apresentados, na área do agreste, na área da mata e na área do sertão. O búfalo está mal difundido como animal de aptidões apenas para áreas alagadas, quando isto não é verdade. Por exemplo, no deserto de Kutche na Índia, onde chove apenas 180mm por ano, o búfalo recebe diariamente uma cota de água de quatro litros e apresenta produção aceitável. O búfalo está se desenvolvendo no Nordeste com grande rendimento. Ainda no Nordeste, o Banco do Nordeste fez um estudo sobre búfalos, chegando à conclusão de que havia regiões onde ele tinha maior aptidão e onde se deveria desenvolver a sua criação. Infelizmente não foram alocados recursos para o programa mas está aqui o trabalho, magnificamente impresso a cores, em papel couché só que a bubalinocultura não foi aquinhada com recursos do Banco do Nordeste, para o seu financiamento. No Estado de Santa Catarina um programa denominado "Projeto de Incremento à Criação de Búfalos em Santa Catarina". Vários outros Estados já têm programas de estímulo à criação de búfalos. É o caso de São Paulo, Mato Grosso e um programa mais amplo no Paraná. Há outros Estados, cujos estudos e programas estão em fase de elaboração. Em alguns casos essa atenção para com os búfalos ocorreu após ter havido a sua exclusão das restrições impostas

pela Resolução 671 do Conselho Monetário Nacional, de 17 de dezembro de 1980. O búfalo, portanto, ficou excluído das taxas de mercado em operações superiores a 100 MVR. Não conseguimos, entretanto, que o Banco Central expedisse uma circular detalhada para os seus agentes de crédito rural, explicando que o búfalo era financiável no prazo e condições normais do crédito rural.

Esta circunstância nos dificultou medidas de ordem prática em razão do búfalo ser financiável por exclusão; por não estar inserido nas restrições. E vejam os Senhores: eu não consegui — repito — que o Banco Central ditassem normas precisas, ou que dissesse que o búfalo pode ser financiado porque não está abrangido nas restrições da citada Resolução nº 671. Isto criou uma série de incoerências na parte da aplicação do crédito rural. Embora alguns Diretores do crédito rural da rede bancária soubessem, a maioria dos gerentes do crédito rural não; desconheciam o problema e creio que ainda hoje alguns gerentes desconhecem. Vários Bancos interpretaram que quando a Resolução nº 671 falou só em bovino é porque se esqueceu de mencionar o bubalino e, assim sendo, o bubalino por extensão teria o mesmo tratamento dado aos bovinos. Ainda continuamos lutando para que a rede bancária tenha consciência de que o búfalo, não se confunde com o bovino, inclusive perante o crédito rural. E essa distinção tem que ocorrer pois a bubalinocultura se caracteriza como uma pecuária minoritária, de características próprias e em fase de consolidação.

A partir de maio de 1981, recebemos novo alento pelas palavras de apoio que recebemos do Presidente Figueiredo, informando-nos que prestigiaria a bubalinocultura definindo-a como de interesse para a pecuária brasileira e, consequentemente, para a economia nacional. Recentemente o Ministério da Agricultura, através da Secretaria Nacional de Produção Agropecuária estabeleceu um programa especial de apoio ao desenvolvimento da bubalinocultura nacional. As dificuldades que indiquei aos Senhores deverão ser superadas ou amenizadas pela esperança que temos de dias melhores para a bubalinocultura, pois está se adensando, pouco a pouco, uma postura nacional a favor da bubalinocultura. Precisamos agilizar o processo e, por isso, estamos aqui. Nesse programa do Ministério da Agricultura estão incluídas várias sugestões da Associação Brasileira de Criadores de Búfalos, e da CEAB da Confederação Nacional da Agricultura, já foi encaminhado pelo Ministro de Agricultura ao Banco do Brasil, sem que até agora tenha ocorrido qualquer providência do referido banco, embora continuemos confiantes em que o Banco do Brasil e o Banco Central adotarão medidas indispensáveis para socorrer a bubalinocultura brasileira.

Defendemos a horizontalização do setor para que este fique melhor alicerçado. Não adianta os criadores terem cada vez mais búfalos. Isto, dificulta o mercado de búfalos para reprodução e não favorece a disseminação do conhecimento do animal. Então, a nossa preocupação tem sido a horizontalização da bubalinocultura. Para se horizontalizar o setor, temos que estimular o ingresso de novos criadores na atividade, através de crédito-estímulo. A única alavanca que se tem no Brasil para se estimular o pecuarista a fazer algo que não seja habitual, não seja tradicional, é através da concessão de um crédito melhor facilitado, um crédito com características de crédito estimulante. Isto nos parece adequado aos interesses da economia rural, sob três aspectos fundamentais:

Primeiro, a atividade é economicamente conveniente. Tem viabilidade e enseja lucros. Então, estamos conduzindo os pecuaristas a fazerem alguma coisa de real interesse para eles. Os objetivos são válidos.

Segundo, é socialmente justo. É justo sob dois aspectos, porque qualquer medida de apoio creditício ao búfalo vem beneficiar majoritariamente as regiões onde o búfalo é majoritário. E essas regiões são precisamente as áreas mais carentes deste País, porque hoje 50% do rebanho bubalino está na Região Amazônica. E, é opotúnio que seja lembrado aqui que a liderança do rebanho não está mais no Marajó, que forneceu grande parte dos animais para que a liderança numérica do rebanho se estabelecesse na Amazônia Continental. Estamos com 14% na Região Nordeste, onde avulta a participação da Bahia. Estamos com 12% na Região Centro-Oeste. Essas são, notoriamente, regiões mais carentes, onde o apoio ao búfalo viria repercutir em benefício regional.

A horizontalização do criatório apresenta, novamente, o aspecto eminentemente social, pois ela deverá beneficiar o pequeno criador, devem ser considerados pequenos criadores, inclusive, aqueles que tenham outras atividades eventualmente expressivas, mas que não tenham búfalos. Estes devem também ter acesso a esse crédito para comprar até trinta cabeças fêmeas e um macho e ter o benefício do crédito-estímulo.

Então, isto faria com que o búfalo tivesse a oportunidade de demonstrar as suas virtudes a grande número de pecuaristas que não iniciariam a ativida-

de em momento de crise, já que eles trabalham de caixa única. E se a crise os atinge nas suas atividades majoritárias, eles não vão querer deslocar nenhuma parcela de recursos para fazer experiências com um animal que lhes é desconhecido.

Terceiro, porque as necessidades do setor são suportáveis pelo Governo Federal, pois com um pequeno volume de recursos o setor pode ser amparado com um excelente retorno aos benefícios a ele dirigidos; que se abram perspectivas para que o búfalo seja olhado, principalmente no momento em que o Governo afirma não ter recursos para apoiar a bovinocultura. A explicação governamental me parece, salvo engano, bem clara; não há recursos suficientes nesse momento de crise financeira, para ser dado um respaldo creditício à bovinocultura, porque consta, segundo dados atribuídos a SEPLAN, que a bovinocultura necessitaria atualmente de um valor da ordem de quatrocentos bilhões de cruzeiros. Talvez os senhores Senadores saibam corretamente esse número.

Entretanto, o búfalo, para ter o seu criatório horizontalizado, precisa de apenas um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros ao ano; com esse valor corrigido nos anos subsequentes será possível a realização de um programa em 10 anos que vise introduzir diretamente mil novos criadores na atividade, ao ano. O fator multiplicador dessa medida será ponderável. No momento em que, através de um crédito-estímulo direcionado ao setor, for efetivado a introdução de mil novos criadores ao ano, isto vai extrapolar do círculo dos pecuaristas financiados, cujo simples ingresso na bubalinocultura vai servir de motivação para atrair outros novos pecuaristas para o setor; que ingressarão com recursos próprios. A crédito que esse crédito-estímulo poderá ensejar diretamente e indiretamente o ingresso total de, mais de dois mil criadores ao ano. Então, em dez anos, obteríamos o ingresso na atividade de no mínimo vinte mil novos criadores. Como consequência econômica do programa, será ensejado a maior número de criadores novos e satisfatórios rendimentos. Daí o setor deslanchará por suas forças próprias, desenvolvendo-se por impulso do excepcional crescimento vegetativo do rebanho. Enquanto a bubalinocultura se assemelha a um carro semi-parado a bovinocultura hoje é um carro andando, com um pouco mais ou um pouco menos de velocidade, ele continuará andando. O organismo adulto e robusto da bovinocultura poderá estar um pouco mais magro financeiramente, depois de enfrentar uma crise. Mas a bubalinocultura não. É uma atividade que está em fase de consolidação. Então, se forem negados alguns recursos para que se possa adicionar combustível a esse carro ele continuará parado. E toda vez que as minorias são tratadas pelas regras das maiorias, podemos chegar a situação dramática. As minorias tendem a perecer. E eu estou, realmente, com receio que a bubalinocultura venha a perecer, principalmente pela falta de compradores de matrizes na faixa de oito, nove ou dez anos de idade que estão indo para o abate precoce, como animal de descarte, antes que elas tenham atingido 50% da vida reprodutiva, uma vez que as búfalas se reproduzem normalmente até idade superior a vinte anos.

Devemos ter sempre em mente que os bubalinos somente se reproduzem entre si, daí a importância da preservação das matrizes nos ventres reprodutivos.

Ora, se essas fêmeas imprescindíveis são abatidas antes de terem atingido 50% da sua vida reprodutiva, frustrar-se-á a perspectiva de desenvolvimento do rebanho. Embora, hoje, tenhamos um milhão e duzentos mil búfalos neste País, o que importa é a alta potencialidade do setor; o importante é saber que poderemos ter cinqüenta milhões de búfalos daqui a trinta e poucos anos. Mas isto estará frustrado, se nós não tivermos como continuar obtendo as crias de todas as fêmeas aptas para reprodução. Por isso é que temos que incorporar à atividade novos criadores que irão, portanto, continuando o critério e viabilizando a correta evolução do rebanho.

Assim, esperamos o apoio da classe política brasileira, que tem possibilidade de nos ajudar e que poderá contribuir de forma decisiva para que os búfalos obtenham, se não uma Lei Áurea, porque vai ser difícil encontrarmos uma Princesa Isabel hoje para os búfalos, mas que pelo menos encontrem uma Lei Afonso Arinos que dê ao búfalo alguns *status*, que seja vista a criação do búfalo, com seriedade.

Creio ser conveniente, neste momento, fazer uma pausa. Os Senhores poderiam ter alguma coisa para perguntar, ou mesmo alguma restrição quanto ao material elucidativo que lhes foi distribuído ao início desta sessão. Como ainda temos várias cópias aqui conosco, pediria ao Presidente desta Comissão, o Senador Leite Chaves, que autorizasse a sua distribuição entre os outros Parlamentares que, não podendo estar aqui presentes, queiram tomar ciência dos estudos apresentados. Peço aos Senhores que atentem para os dados comparativos entre o rendimento de carcaça dos zebuínos e bubalinos,

elaborados sob a supervisão da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. É importante salientar que o zebuíno tinha quarenta e dois meses e o bubarino apenas vinte e quatro meses de idade, ambos criados em igualdade de condições pelo mesmo criador.

Antes que lhes mostre alguns *slides*, insisto que estou a disposição dos Senhores Parlamentares que quiserem fazer perguntas.

— O Senhor Senador Saldanha Derzi.

Senhor Presidente, muito interessante e muito instrutiva a exposição do Dr. Baeta Neves. Realmente esta é a situação dos bubarinos no Brasil, pois não há por parte do Governo nenhuma assistência, nenhum amparo. Sabemos que a Índia tem os melhores reprodutores bubarinos, selecionados tanto para a produção de leite, quanto para a produção de carne. Acho que nós devemos até pleitear uma grande importação, se a Índia deixar sair de seu território os búfalos para o Brasil, porque sei que os importadores que trouxeram o gado nelore, gir e outras raças da Índia trouxeram também um pouco de búfalo. E trouxeram um búfalo aí que é um assombro, um reprodutor que tem mil e quatrocentos quilos e que tem realmente dado uma contribuição muito grande para a melhoria dos búfalos no Brasil.

Um amigo meu esteve na Índia e informou-me que esteve na zona dos piores desertos daquele país — e lá havia um outro tipo de búfalo, extremamente rústico que quase não tem o que comer mas sobrevive muito bem naquela região, é um pouco menor — e que segundo dizem — seria a redenção da pecuária do Nordeste, se pudesse importar esse tipo de búfalo para as zonas mais áridas do Nordeste que ainda são melhores do que as zonas semi-áridas da Índia. Indiscutivelmente o Brasil precisa pensar seriamente na importação e no amparo à criação de búfalo no Brasil.

Agora, uma pergunta que eu gostaria de fazer: qual é a idade reprodutiva da búfala?

— O Senhor Nelson Baeta Neves — A búfala tem o primeiro estro na faixa de dois anos; ela é normalmente enxertada na base de 24 a 26 meses e a primeira parição se realiza por volta de 34 a 36 meses. Daí, sucessivamente, a búfala vai se reproduzindo com intervalos inter-partos médios de 14 meses, segundo análise feita em diversos criatórios no Brasil. Nesse cálculo feito por computação, cujo relatório foi distribuído aos Senhores, em cada 5 anos há 4 parições, tendo sido levado em conta, portanto, o intervalo inter-partos de 15 meses. O período de gestação é de, aproximadamente, dez meses e meio e com um mês e meio (45 dias) normalmente, para haver o primeiro estro, após a parição. Há freqüentes ocorrências de búfalias darem cria com 12 meses de intervalo entre partos, ou seja terem a parição seguinte coincidindo no mesmo dia e mês do ano anterior. E há ainda enxertos menos freqüentes, quando o primeiro estro após o parto ocorre no 30º dia. Então, pode acontecer nesses casos intervalos inter-partos inferiores a 12 meses.

É oportuno que se atente, nessa abordagem sobre os búfalos, que o uso funcional da terra deveria ser implantada em termos de pecuária, colocando-se búfalos nas áreas que lhe são mais favoráveis. Quanto a importação — ela é uma das nossas metas. Entretanto, nós temos muito receio de conseguirmos a importação de animais para reprodução, sem que seja adotada uma política de apoio ao búfalo no Brasil, correndo-se, então, o risco de não conseguirmos os resultados desejados da importação. Acredito que não tenhamos condições de obtermos no exterior, grandes quantidades de animais, mas nós temos certamente, condições de obter animais de boa qualidade. Objetivamos, pois, importar o búfalo para melhoramento e não para povoamento.

— O Senhor Senador Saldanha Derzi — Mas eu perguntei até que idade as búfalias se reproduzem.

— O Senhor Nelson Baeta Neves — Peço desculpas em ter fugido involuntariamente, do assunto. Nós temos usado na computação a idade de 20 anos. As búfalias vão parindo regularmente até idade superior a 20 anos. Em idades mais avançadas há uma tendência do intervalo inter-partos ir aumentando, diminuindo a produtividade do criatório. Já vi muitas búfalias paridas em idade superior a 30 anos, inclusive já vi uma búfala sem dentes — parida aos 37 anos. Se no estudo da projeção do rebanho fossem usadas idades de parição mais elevadas, poderíamos conflitar com a opinião de alguns donos

da verdade que são em alguns casos os organizadores da política rural neste País. Então achei mais fácil defender 20 anos e depois aumentar essa faixa de idade se for o caso, como elemento de reforço à autenticidade da projeção que fizemos do rebanho. Evidente que aos 20 anos as búfalias estão ainda na plenitude de sua vida reprodutiva.

— O Senhor Senador Valdon Varjão — Sr. Presidente, só uma pergunta.

— O Sr. Presidente (Senador Leite Chaves) — Pois não. Entretanto, as demais perguntas poderiam ser feitas durante a projeção dos *slides*. Com isso nós satisfariamos a questão de tempo.

— O Senhor (Senador Valdon Varjão) — Eu perguntaria só à questão de clima. O búfalo é adaptado a qualquer clima no Brasil?

— O Senhor Nelson Baeta Neves — Exatamente. O búfalo tem uma capacidade extraordinária de se adaptar. Helmut Fischer hoje considerado o maior geneticista do mundo, diz que a carne do búfalo vai ser a proteína do futuro, porque é o único animal que conseguiu se adaptar, produzindo economicamente bem, de 47 graus a latitude Norte, nos climas temperados da Europa, onde ele está: na Itália, Bulgária, Iugoslávia, Romênia etc, até 36 graus de Latitude Sul, incluindo as zonas tropicais e torridas do nosso planeta. Esse fato demonstra que a maior parte da superfície terrestre é apta ao búfalo. Em questão de altitudes também. Vivem nos vales situados entre 2.500 a 2.800 metros de altura nos contrafortes da Himalaia, no Nepal, no Cachimir etc, e se desenvolvem excepcionalmente bem ao nível do mar. Então essa característica de grande adaptabilidade do animal é que o faz capaz de ocupar as maiores áreas do País. Como os Senhores estão vendo neste *slide*, eis um reprodutor de conformação frigorífica e atenhem para sua excelente cobertura de carne. Os Senhores percebem no *slide* que ele é de perna curta, e é muito profundo. Ele veio para cá com o nome de Jafarabadi. Embora o seja, é uma variedade denominada na Índia de Girbúfalo. Quando em 1962 se fez a última importação da Índia, foram introduzidos no País os primeiros Jafarabidis da Região de Palitana que são aqueles imensos e que necessitam de maiores suprimentos alimentares.

Mas o Girbúfalo é da área da floresta de gir, na Índia. Esses búfalos estão em regiões onde zebuíno não vai bem; e ele consegue ir muito bem. Esse tipo é que nós estamos misturando com o búfalo que veio da Região de Palitana e, com isso, estamos conseguindo um melhoramento de carcaça. O frigorífico Sadia-Oeste há três meses abateu em Cuiabá duzentos búfalos na faixa de idade de vinte e oito meses, com um peso médio de dezenove arrobas, apresentando um rendimento de carcaça de 54%. Isto é resultado de melhoramento genético que os criadores estão introduzindo.

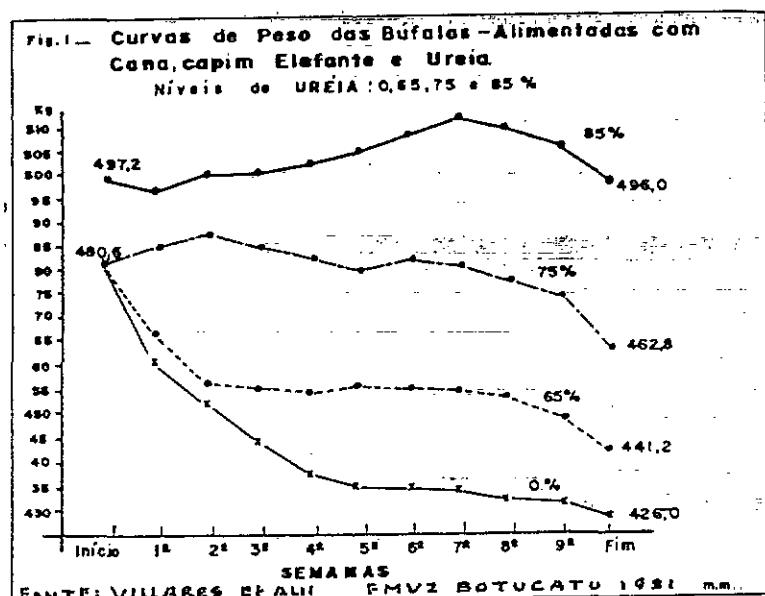
Este outro *slide* mostra um gado murrah. Os Srs. podem também ver que o Girbúfalo (Jafarabadi comum) e o Murrah se assemelham muito na conformação, enquanto o Jafarabadi de Palitana já é menos precoce porque é de maior porte e necessita de mais tempo para se desenvolver e engordar. É a mesma coisa que procurarmos engordar uma pessoa de dois metros e meio de algura e outra mais baixa e mais troncuda. Neste *slide* os Senhores estão vendo a capacidade reprodutiva dos búfalos: em duas áreas totalmente distintas, na Região do Vale do Tietê e no Vale do Ribeira. Então isto mostra qual é a capacidade de adaptação dele. Os rendimentos foram praticamente os mesmos. Enquanto em Tietê deu 94% de taxa de natalidade, no Vale do Ribeira deu 92%. Isto mostra que em termos estatísticos não houve qualquer diferença. Isto é um *slide* da Faculdade de Ciências Biológicas de Botucatu-SP, que está estudando este assunto sob a direção do professor Barisson Villares que por motivos de força maior não pôde embarcar para Brasília. Além das desculpas que ele pediu que fossem apresentadas aos Senhores, solicitou-me que trouxesse os *slides*, onde estão registrados os estudos efetuados. Quanto à eficiência reprodutiva o Vale do Tietê apresenta 93,5% e o Vale do Ribeira 92,2%, o que dá uma média em conjunto de 93,5%, o quadro demonstrativo adiante mostra a eficiência dos búfalos em regiões totalmente distintas levando-se em conta que o Vale do Ribeira é a pior região do Estado de São Paulo, onde as terras apresentam insuficientes índices de microelementos com a taxa de fósforo por volta de 0,2%.

Quadro 3- Eficiência Reprodutiva de Búfalos JAFARABA- DI nos Vales do Tiete e do Ribeira, SP, Brasil.			
Parâmetros	Vale Tiete	Vale Ribeira	CONJUNTO
Idade ao 1º parto, DIA	1.102,2 ± 16,3	1.106,1 ± 8,4	1.104,4 ± 8,5
Soma de Interpartos DIA	61.685	27.740	89.425
Número de Interpartos	169	76	245
EF REPRODUTIVO (%)	93,5	92,2	93,5

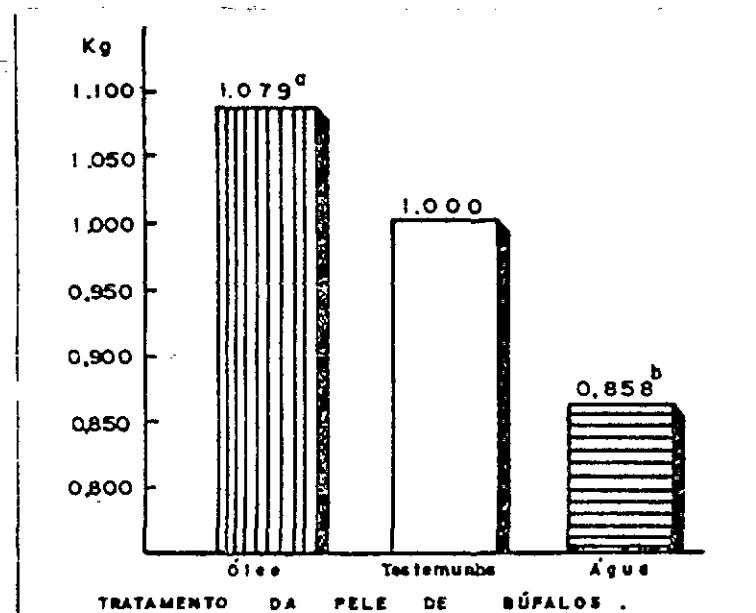
(x) Segundo a fórmula de Tomar: $N(365) + 1040 \cdot 100/ACT + CI$.

FONTE: VILLARES ET ALII FMVZ.
BOTUCATU
1979

Neste slide seguinte, mostramos o búfalo em confinamento, vendo-se o professor Villares, juntamente com os técnicos de Botucatú, fazendo a avaliação da adição de uréia, em 85% junto com 15% de sal mineral, cujo consumo pelos bubalinos é feito com total segurança, e magníficos resultados, conforme mostra o slide seguinte:



Os Senhores vêm, neste slide, o uso de chuveirinhos, no confinamento. No seguinte pode ser visto os coçadores que soltam óleo no couro do búfalo quando ele se esfrega. Botucatu desenvolveu a possibilidade de se passar óleo, qualquer óleo no lombo do búfalo para que a pele dele não se resseque e não se trinque. Trincando a pele, o búfalo fica irrequieto, entra em mal estar e reduz seus rendimentos no confinamento. Pode-se hidratar o couro do búfalo ou pelo processo da água aspergida ou do óleo. O slide adiante, mostra os rendimentos nesses processos.



FONTE: VILLARES ET ALII FMVZ.
BOTUCATU, 1979

Temos vários exemplos de auspiciosos rendimentos. O escritor Nelson Palma Travassos, mantém um confinamento de búfalos em Araraquara-SP, onde está obtendo aos 16 meses, 15 arrobas de peso líquido. Isso mostra que, no confinamento, o búfalo pode dar excelentes resultados a um custo relativamente baixo em razão de poder consumir alimentos inferiores.

A carne do animal nessa idade chega ao consumo, sem os inconvenientes de carne gordurosa, podendo os Senhores verem no slide que não há manta de gordura nas carcaças.

Vê-se neste slide, agora, a carcaça do búfalo abatido com 26 meses, apresentando uma normal cobertura de gordura e a cor dessa cobertura de gordura é a mais visível diferenciação da carcaça do bubalino. Essa gordura é bem mais branca do que a gordura do bovino.

O SR. SENADOR LOMANTO JÚNIOR — Permite V. Excia um aparte?

O SR. NELSON BAETA NEVES — Pois não.

O SR. LOMANTO JÚNIOR — Qual é a idade ideal para o abate?

O SR. NELSON BAETA NEVES — A pecuária moderna, considera mais rentável o abate de animais jovens, não se importando com o peso máximo que eles possam apresentar. Importa mais a rotação do negócio, o giro do dinheiro e, principalmente a relação custo-benefício. Disso temos um exemplo bem significativo. Na avicultura, já há muitos anos não se encontra em granja frangos de 3 quilos para vender, porque, a partir de um quilo e setecentas a um quilo e novecentas gramas, o frango comece a consumir muito mais do que responde em rendimento de carne. Se eu pretender ter búfalos maiores, para vender uma quantidade de arrobas maior, iria ter uma diminuição da capacidade de empastar esses animais. Prefiro, então colocá-los no mercado como novilhos precoce e o giro do dinheiro hoje, que vale muito, nos estimula a comercializá-los para abate a partir de 15 arrobas, com benefícios de maior lucratividade.

No Vale do Ribeira-SP, em terras fracas, tenho obtido 15 a 16 arrobas na faixa de 22 a 24 meses. Já na Região de Araçatuba-SP, aos 24 meses, os búfalos apresentam mais de 18 arrobas. Se o búfalo se adapta à alimentação de baixa qualidade e se desenvolve, vai muito melhor com alimentação mais rica e farta; ele não é trouxa suficiente para só preferir o ruim. Se pudermos pôr o búfalo com melhor alimentação, ele vai, realmente, responder melhor. Entretanto, ele não deixa de ser, economicamente, conveniente em regiões como o Vale do Ribeira, onde a população de bovinos em 1954, já era, cinquenta vezes menor do que a do planalto de São Paulo e, de lá para cá, esse diferencial já é de 120 vezes menor. Por que razão, o pecuarista foi para áreas muito mais distantes, deixando o Vale do Ribeira, encostado em São Paulo e Curitiba, junto ao mercado consumidor de cerca de 15 milhões de pessoas, composta da Grande São Paulo, da grande Curitiba e da Baixada Santista? Porque os bovinos no Vale do Ribeira, não davam rendimentos economicamente satisfatórios. E, agora, nós sabemos que o búfalo lá, dando 15 arrobas, até os 24

meses de idade já apresenta rendimentos altamente satisfatórios, além de ocupar vazios econômicos. Nós estamos introduzindo na região, com sucesso a canarana erecta lisa, vindas do Marajó, e principalmente a braquiária humídícola. Realmente, o Vale do Ribeira deve ser visto sob dois aspectos: antes e depois do advento das braquiárias e da introdução da canarana. Da mesma forma, a região noroeste de São Paulo pode ter a sua história contada, em termos de pecuária, antes e depois do colonião ter-se desenvolvido naqueles solos arenosos. Não tínhamos, até pouco tempo, no Vale do Ribeira, uma graminea capaz de suportar um PH de 4,7 a 5,2. Não tínhamos, como ocupar áreas mais altas, com baixíssima quantidade de matéria orgânica, contrastando com as várzeas, que são realmente férteis. Com as braquiárias ocupando os morros, se viabilizou definitivamente a pecuária no Vale do Ribeira pois, anteriormente, quando vinham as periódicas enchentes, nas várzeas, não se tinha morro para pôr o búfalo, tendo ele que ficar na água. Búfalo pode até sobreviver na água, mas não significa que ele não dê rendimentos melhores quando se pode oferecer um capim melhor obtido em várzeas semidrenadas. Até a canarana, quando é plantada em terreno drenado, dá um rendimento maior, podendo ainda, ser utilizada em excelentes capineiras.

Esclareço aos Senhores que, ao falar em Vale do Ribeira-SP, poderia falar em muitas outras regiões subdesenvolvidas, como o Vale do Jequitinhonha ou áreas, onde o início do desenvolvimento precisa chegar o mais rápido possível. É o caso, inclusive, de determinadas partes da Amazônia onde o búfalo é considerado o animal que mais atende a ecologia, por não exigir alterações significativas do meio, ajustando-se às características locais (campos nativos, varões, etc.) viabilizando a maior preservação das matas nativas. Mencionando-lhes com frequência o Vale do Ribeira, como exemplo e, ainda, por ser a região onde eu exercendo a minha atividade com um criatório semi-intensivo de 2.800 bubarinos, posso melhor transmitir-lhes a minha experiência pessoal, aprimorando práticas de manejo e assegurando-lhes que o sucesso da atividade se alicerça, basicamente, no critério de "búfalos manejados como búfalos".

Neste slide seguinte, vemos o rendimento da carcaça de duzentos novilhos bubarinos abatidos no frigorífico.

(slide 4)

Vejam, então os Senhores, que a carcaça dos búfalos apresentam um ótimo rendimento e, portanto, é ensejado aos frigoríficos bons negócios com a aquisição de gado bubarino. E a SADIA nos avisa, oficialmente, que qualquer bubarino que queiramos abater eles recebem, pagando por arroba ou quilo o mesmo preço da carne bovina.

Só isso dirime dúvidas quanto a carne de búfalo e favorece as nossas negociações com os frigoríficos. Há frigoríficos que dizem não abater búfalos. Isso ocorre ou por ignorância ou por má fé e, neste caso, para aviltar o preço carne, desvalorizar o rendimento da carcaça e, assim, pretender justificar o pagamento de preços inferiores. É notório que o frigorífico SADIA faz parte de uma organização competente, bem gerenciada por profissionais do ramo. Assim como ela, muitos outros frigoríficos estão recebendo e abatendo habitualmente búfalos, colocando no mercado uma excelente carne. Assim, a maior preocupação da Associação Brasileira de Criadores de Búfalos, não é conquistar o mercado a nível de consumidor, porque, a nível de consumidor, a carne está sendo colocada normalmente. No Marajó, deve-se comer, mais de 50% de carne de búfalo. No Vale do Ribeira, esse consumo já é da ordem de 30% e há regiões em que se verifica uma tendência crescente na participação da carne do búfalo no mercado consumidor.

O SR. DEPUTADO NÉLIO LOBATO — Em muitas regiões a comercialização da carne do búfalo é feita pelo preço da de arroba de vaca.

O SR. NELSON BAETA NEVES — Mas veja, em São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, tenho informação de que o preço do novilho búfalo é comercializado pelo mesmo preço da arroba do boi. É disso eu tenho experiência própria na venda dos produtos de minha produção.

Pagar pela carne do búfalo preço menor que a carne de boi, é uma fórmula que o frigorífico tem de buscar um benefício adicional à custa do criador. É necessário uma campanha de disciplinação da comercialização dos produtos de origem bubarina com a colaboração dos Ministérios da Agricultura e Indústria e Comércio. É, por exemplo, o caso do couro. O que acontece com o couro dos bubarinos? Alegam os frigoríficos e os curtumes terem prejuízo no couro. Prejuízo não têm, mas é claro que eles não têm a mesma margem de lucro que obtêm com o couro dos bovinos. Muitos frigoríficos encham um caminhão de couro de bovino e colocam o couro de bubarino no meio e o curtume não pode processar esse couro na continuidade do processo industrial. As máquinas necessitam ser ajustadas em razão da maior espessura.

Esse couro de búfalo deve ser juntado e comercializado corretamente identificado. Assim, o curtume pode ajustar as máquinas para um volume maior de produção e, portanto tirar duas ou três raspas. Sabe-se que o couro de búfalo embora sendo mais resistente que os de bovino, era permeável, não servindo para sola e apresentando restrições para outros usos que necessitavam de menor absorção de água. Atualmente, com as técnicas de preparo do couro com silicone, o couro de búfalo se tornou impermeável. Há um curtume em Belém, especialista em búfalo. A Indústria Samello comprou dele toda a produção, fez botas identificando-as como "Water búfalo", e exportando-as para o mercado norte-americano com um sobrepreço de 10 dólares sobre botas similares, confeccionadas em couro de bovinos. Está aí o exemplo. Temos que valorizar os produtos de origem bubarina.

O SR. ARIVALDO BARBOSA — O melhor arreio é de couro de búfalo.

O SR. NELSON BAETA NEVES — Não há dúvida, ele é mais seguro e apresenta maior durabilidade.

Vemos neste slide agora as carcaças de búfalos pendurados na esteira de um frigorífico. Esse búfalo é de porte médio e, como já dissemos, é o mais aconselhável para a expansão da bubarinocultura. Os búfalos maiores são patrimônio genético da pecuária brasileira. Excepcionais para melhorar a caixa da maior parte dos búfalos, que existem no Brasil que são os mestiços e o mediterrâneo. Este último não está sendo melhorado geneticamente, como deveria ser feito. Falta-nos reprodutores puros de origem mediterrânea. Pretendemos trazer exemplares da Itália para valorizar a raça mediterrânea no Brasil, evitando-se o risco de sua extinção através de cruzamentos absorventes. Na verdade, é essa conformação do búfalo de tamanho médio que melhor se ajusta no gabarito normal das esteiras dos frigoríficos.

No slide, que se segue, mostramos uma charge ridicularizando os apregoados confeccionadores de carne e que se dizem capazes de distinguir carne bubarina e bovina. Têm sido feitos vários testes para os entendidos dizerem o que estão comendo. Numa ocasião fizemos uma reunião de 70 técnicos na cidade de Sertãozinho, em São Paulo, na Secretaria de Agricultura. Dissemos: vocês vão receber espetos, lembrem-se que metade da carne dos espetos distribuídos é de búfalo e metade de boi. Agora, provem e verifiquem qual é a carne do seu espeto. Não contamos que cada espeto tinha dois pedaços do mesmo tipo. Exemplo: dois pedaços de file, dois de colchão duro etc, sendo sempre um pedaço de carne de boi e um de carne de búfalo. Na análise das respostas não foi encontrada nenhuma informação correta. Todos garantiram que o seu espeto era só de carne de búfalo ou só de carne de boi, com a explicação mais frequente de que a dura era búfalo e a macia boi. Ninguém disse que havia carne de animais distintos em cada espeto.

De outra feita, fizemos o mesmo tipo de teste em Araçatuba, separando as carnes. Existiam espetos de carne de boi e espetos de carne de búfalo, devidamente numerados para correta identificação. Solicitamos que os cerca de 90 degustadores respondessem o questionário, indicando o número do seu espeto. Estatisticamente, chegou-se a conclusão de que não houve distinção entre as carnes.

O SR. SENADOR LEITE CHAVES — Dr. Nelson Baeta Neves, quando eu estive nas Filipinas em maio, vi em pequenas propriedades, búfalos, aqueles que tinham o chifre para trás, fazendo ser os de carga e tração. Disseram-me que eles fornecem o leite para a família. O Brasil está com a preocupação de colonização e ela tem que surgir. Se a possível, digamos numa colonização que se fizesse no Brasil, que cada família daquela tivesse pelo menos um casal de búfalo. Seria possível introduzir este costume?

O SR. NELSON BAETA NEVES — Na Índia, no Paquistão e em vários outros países da Ásia, o búfalo é realmente criação de fundo de quintal, alimentando-se, muitas vezes, dos restos da produção agrícola, inclusive comendo as palhas. Acho que a melhoria alimentar do povo brasileiro tem que começar com o hábito deles criarem animais como estes. Animais de baixo custo de manutenção em volta da casa e que podem alimentá-los através do fornecimento de um excelente leite. No Vale do Ribeira não há tradição de pecuária, e lá existe um sério problema de desnutrição infantil. Quando iniciamos a criação de búfalos avisamos que daríamos leite para cerca de 40 vizinhos, principalmente para melhor alimentar as muitas crianças. Apenas um vizinho vai buscar o leite. A criançada da região se recusa em beber leite. Elas já vêm com aquela formação de seus pais, e não querem saber de tomar o leite, preferindo em muitos casos, um trago de aguardente pela manhã, admitido pela ignorância dos pais que têm esse hábito. Isto é uma realidade terrível; quando se vê uma situação dessas, lamenta-se a falta de bons hábitos alimentares iniciados na infância e decorrente da atividade pecuária, na qual o búfa-

lo se insere como uma ótima opção; inclusive pela sua habilidade em produzir leite barato. Por falar em custo de leite, tenho a impressão que a pecuária brasileira, — que me perdoem os produtores de leite eu não sou produtor de leite, eu sou tirador de leite — ainda não sabe o que quer. Se é alta produção ou bom lucro. Isso é um grande problema. O que tenho visto são vacas altamente produtivas, de origem européia, a um custo de produção absurdo. Outro dia um banqueiro dizia que tem uma vaca holandesa vermelha e branca que, em duas ordenhas, está dando cerca de 45 litros de leite por dia. Entretanto, sem discutir se esse número é ou não exagerado, sabemos que ela, entre outros alimentos caros, toma leite em pó industrial importado dos Estados Unidos, hidratado matinalmente para melhor alimentá-la e forçá-la a dar mais leite. Então, o custo de sua produção jamais poderá gerar leite a preço compatível com as necessidades do povo brasileiro. A grande maioria dos consumidores não pode comprar leite caro, não pode comprar leite dessa vaca maravilhosa, essa vaca só pode produzir leite para uma pequena elite consumidora. O seu leite vale ouro. Deve-se questionar se o criador obtém lucro com um animal dando uma média de 4 litros de leite por dia em uma ordenha, sem suplemento alimentar e dando uma cria que apresenta grande velocidade de ganho de peso. Eu sei que dá lucro, porque tenho. Acontece que muita gente não está levando em conta a relação custo-benefício. Quando o cidadão chega no Banco do Brasil e solicita financiamento para aquisição de búfalos visando a produção de leite é esclarecido de que o valor do financiamento é proporcional ao volume de produção leiteira do animal. É mais ou menos isto: até tanto de leite, a vaca vale tanto. O critério se baseia na produção de leite e não é levado em conta o lucro que a vaca pode dar, no pressuposto de que muito leite significa ótima lucratividade. Então, essa vaca de 45 litros diárias, que mencionamos atrás seria a vaca que obteria maior índice de financiamento. Creio que deveria ser introduzido como critério baseado na lucratividade, para concessão de financiamento à pecuária leiteira. Para a economia pecuária parece-me melhor financiar um animal que produza menos ou até pouco, mas deixa um lucro para o criador, do que financiar um animal caro, se ele pode não deixar lucro para o criador.

O SR. SENADOR LEITE CHAVES — Dr. Nelson Baeta Neves, aos custos atuais qual é o preço de uma búfala, na primeira época de parição ou na primeira época que deva ser enxertada, e uma novilha nelore/holandesa?

O SR. NELSON BAETA NEVES — A búfala é mais cara. A esse respeito temos também um trabalho que aqui já foi distribuído aos Senhores, abordando os preços dos búfalos, a segurança nos investimentos efetuados na bubalnocultura. A pecuária brasileira enfrenta hoje uma série crise e o preço dos búfalos está se mantendo em condições menos adveras e estamos procurando não deixar que os preços se dissociem do valor econômico do animal. Uma matriz bubalina, dificilmente representa menos de 20 arrobas em carne. As matrizes normalmente têm uma cria ao pé ou uma cria no ventre ou ambas. Trata-se portanto de um animal valioso, mas cujo investimento maior é compensado por seus melhores rendimentos, adequados ao seu valor, inclusive pela sua longa vida útil.

O SR. DEPUTADO NÉLIO LOBATO — Eu estou vendendo a Cr\$ 70,00 o quilo. Lá no Pará está sendo pago pelos búfalos menos do que pelos bovinos.

O SR. NELSON BAETA NEVES — Setenta cruzeiros o quilo, de carne em uma fêmea para abate, corresponde a Cr\$ 2.100,00 por arroba, calculada sobre um rendimento de carcaça de 50%.

O SR. DEPUTADO NÉLIO LOBATO — Em algumas ocasiões o preço da carne de búfalo chega a ser inferior ao da carne de vaca. Com base nos preços praticados no Centro-Sul do País, para novilhos búfalos eu estou deixando de receber quatrocentos cruzeiros por arroba, ou seja, cerca de vinte e seis cruzeiros por quilo.

O SR. Nelson Baeta Neves — Têm razão o nobre Deputado mas peço licença para voltar ao assunto que é mostrar o preço dos búfalos face ao seu rendimento econômico e as vantagens do seu criatório. Vejam os Senhores que considerando Cr\$ 2.500,00 o preço da arroba de carne ou noventa e seis cruzeiros por quilo, uma fêmea com 20 arrobas de rendimento de carcaça vai valer 50 mil cruzeiros. Se calcularmos em termos de preço de arroba de vaca teremos cerca de quarenta e seis mil cruzeiros. É tradicional em pecuária, que

o animal para reprodução, normalmente vale ou deveria valer 1 vez e meio o seu valor em carne. E, se ela tem uma cria ao pé deveria valer ainda mais. Então quando se fala, hoje, em 70 mil cruzeiros para uma matriz búfala, deparamo-nos com um preço aviltado, porque o seu valor é maior. Não podemos esquecer, como fator de valorização que uma matriz búfala tem uma longa existência útil, produzindo em média 18 crias em sua vida reprodutiva. Recentemente estivemos no Peru, acertando a colaboração brasileira para que aquele País pudesse implementar o seu programa de pecuária bubalina, para o qual necessita doze mil animais. Em seguida o Governo peruano e os compradores de lá passaram a cuidar dos detalhes da importação para depois virem ao Brasil escolher os bubalinos. Alertamos o Ministério das Relações Exteriores e a CACEX para não permitirem que as *trading* brasileiras disputassem o mercado, estabelecendo uma guerra de preços, porque o Peru só tem um fornecedor em potencial para o seu plano de 12 mil animais. É o Brasil, por questões geográficas, por volume de rebanho etc. Muito bem, deixaram haver a disputa e arrasaram o preço, então vários pecuaristas brasileiros de búfalos no norte do País, notadamente do Maranhão, sufocados financeiramente, não tendo mercado para seus produtos ou financiamentos para retê-los, porque há uma série crise instalada na pecuária brasileira, venderam fêmeas a 27 mil cruzeiros na faixa de idade entre 18 a 30 meses.

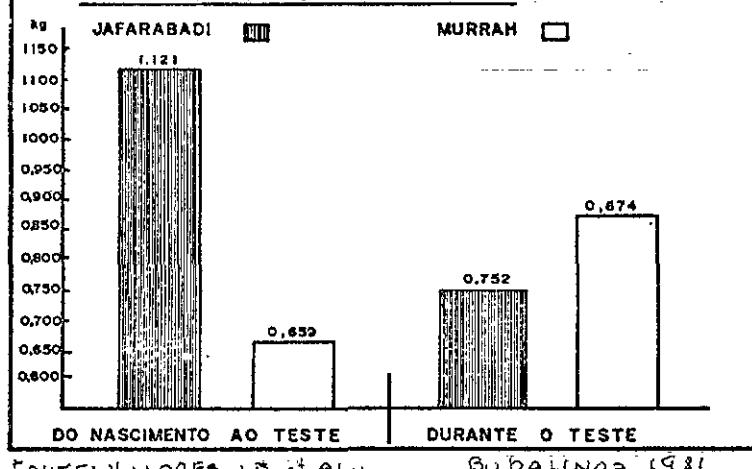
O SR. SENADOR LEITE CHAVES — Deveriam ser adotadas medidas para acautelar os interesses dos criadores e defender a pecuária bubalina brasileira.

O SR. NELSON BAETA NEVES — Pois é, então o Governo brasileiro não zelou para que não fosse aviltado o preço para o criador brasileiro em benefício do criador peruano. Não devia ser o preço extorsivo para o comprador, nem aviltado para o fornecedor, deveria ser um preço justo. Isto aconteceu nas primeiras 450 cabeças negociadas e, coincidentemente, quando inusitada seca aflição aquela região do País. Naquele preço o Peru não deverá encontrar o restante da sua necessidade, pois os preços correntes no mercado interno são bem melhores, principalmente os praticados no Centro-Sul do País. A Associação Brasileira de Criadores de Búfalos, e suas delegadas em todo o território nacional, assim como a Comissão Especial para assuntos da bubalnocultura da Confederação Nacional da Agricultura estão atentas, inclusive informando os pecuaristas para melhor reputarem os seus animais.

O SR. SENADOR LEITE CHAVES — Qual a melhor raça de búfalo?

O SR. NELSON BAETA NEVES — Eu honestamente não posso indicar nenhuma, porque todas as raças são boas, a melhor raça de búfalo é aquela que mais agrada ao criador. O mesmo acontece na bovinocultura. Quem decide produzir leite com alguma raça de taurino que não seja a holandesa, não adianta dizer que esta é a melhor ou na hipótese de pretender holandês vermelho e branco, não adianta dizer que o preto e branco é igual ou que é melhor. O importante na bubalnocultura é a seleção do indivíduo dentro da espécie. Recentemente o Banco do Desenvolvimento do Estado de São Paulo concordou, pela primeira vez, em substituir vacas holandesas por búfalas, num projeto por eles financiado em Andradina-SP. Autorizado, o criador foi vendendo as holandesas e comprando búfalas escolhidas em função da sua aptidão leiteira. Completada a substituição ele lá está com 300 búfalas leiteiras, com lactação média de 9 litros diários. Não existe nenhum padrão racial no grupo. Há animais Mediterrâneos, Murrah, Jafarabadi e mestiços de cruzamentos mais variadas possíveis. Na Índia as coisas acontecem de modo semelhante, estando os Murrah ao lado dos Jafarabadi, Surti, Kundi, Nili, Ravi e muitas outras raças inexistentes no Brasil, juntamente com elevado número de mestiços. Quando se chega a Bombaim em uma granja com 14 mil búfalas confinadas, pode-se ver que todas as raças, assim como os mestiços têm a mesma aptidão, embora se veja mais Murrah, em razão destes serem o búfalo Universal da Índia, estando as outras raças mais concentradas em determinadas regiões daquele País. O *slide* mostra búfalas de todas as raças sendo ordenhadas mecanicamente na referida granja. Quanto ao rendimento da carcaça, velocidade de ganho de peso e outros itens importantes para uma pecuária de corte a situação é a mesma, de quase equivalência. Os *slides* adiante, demonstram tecnicamente o que foi dito.

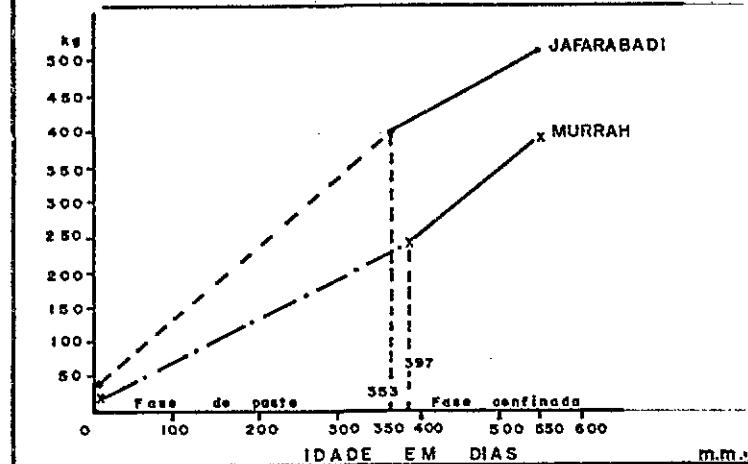
GANHO DE PESO POR DIA / VIDA



FONTE: VILLARES, J.B. ET ALII

MURRAH

Quadro 3: Curva de Crescimento Ponderal de Búfalos



FONTE: VILLARES, J.B. ET ALII. BUBALINOS - 1981

Quanto ao assunto da gordura, passamos ao próximo slide:

COMPOSIÇÃO DA CARCAÇA DE BÚFALO

ESTRUTURAS	18 MESES	24 MESES
1 - CARNEAS	76,4%	64,6%
2 - GORDURASAS	4,8	19,0
3 - OSSEAS	18,8	17,0
CARCAÇA	100,0%	100,0%

FONTE: VILLARES ET ALII. F.M.V.Z. BOTUCATU, 1980

Na Índia o teor de gordura do leite da búfala é maior porque a alimentação é inferior, é mais seca, há mais celulose. Menos leite favorece um maior teor de gordura. Então, na região amazônica, onde a água no capim é maior, o teor de gordura é menor do que seria na região do Nordeste, mais seco. Enquanto aqui no Brasil o índice médio de gordura é da ordem de 7,0%, na Índia passa dos 9,0%, podendo chegar em até 12,0% em determinadas regiões de menor índice pluviométrico.

Aqui, outro slide demonstrado a evolução obtida através de melhoramento genético e mais adequadas práticas de manejo.

Quadro 4:

RESULTADOS DO CONTROLE LEITEIRO DE BÚFALINOS DE 1964 A 1978.
ESTADO DE SÃO PAULO, BRASIL.

ANO	Nº	Duração DIAS	PRODUÇÃO		GOR- DU- RA %	PRODUÇÃO LEITE MÉDIA / DIA kg
			Leite kg	Gordura kg		
1964	1	251,0	1.485,0	110,5	7,42	5,916
1965	19	235,6	1.326,1	94,8	7,19	5,628
1966	4	201,0	1.360,8	94,0	6,89	6,770
1967	14	260,2	1.303,7	94,3	7,22	5,010
1968	3	241,3	1.352,7	96,0	7,02	5,605
1969	30	212,2	1.445,5	96,1	6,58	6,811
1970	21	242,6	1.317,9	91,5	6,79	5,432
1971	36	246,3	1.634,1	107,6	6,77	6,634
1972	63	229,7	1.903,5	135,1	6,97	8,286
1973	38	242,1	1.651,1	113,1	6,76	6,819
1974	43	223,7	1.578,2	113,1	7,19	7,075
1975	88	201,5	1.547,8	109,9	7,08	7,681
1976	109	219,7	1.759,3	123,9	7,07	8,007
1977	82	225,5	1.634,0	108,7	6,66	7,191
1978	63	199,6	1.574,1	108,2	6,93	7,878
64-78	614	221,4	1.616,1	113,1	6,98	7,299

FONTE: SERVIÇO DE CONTROLE LEITEIRO DA ASS.BRAS. CRIADORES.

No slide seguinte são exibidos dados comparativos entre o búfalo e nelore.

QUADRO 1. Resultados médios do teste de ganho de peso e perfil metabólico.

Raças	Ganho de Peso (kg)	Hemoglobina (g/l)	Glicose (mg/100 ml)	Potássio (mEq/l)
Búfalo	1,104 ± 0,11a	16,95 ± 1,13a	87,43 ± 5,98a	5,05 ± 0,33a
Nelore	0,750 ± 0,13 b	14,06 ± 1,31 b	83,83 ± 9,02ab	5,10 ± 0,35a
3/4 CH + 1/4 GU	1,423 ± 0,09 c	12,65 ± 1,54 c	78,96 ± 5,38 bc	5,32 ± 0,43ab
Trícross	1,162 ± 0,19a	12,48 ± 1,19 c	75,49 ± 6,44 c	4,80 ± 0,29a
E	38,41**	25,08**	5,89**	3,62*
C.V.	12,70	9,30	8,41	7,03

* - P < 0,05

** - P < 0,01

a, b, c - Médias na mesma coluna acompanhadas de letras diferentes diferem estatisticamente ($P < 0,05$), pelo teste de Tukey.

FONTE: VILLARES ET ALII. FMVZ. BOTUCATU, 1981

A seguir vemos os dados da produção de esterco.

BÚFALO EM ESTABULAÇÃO LIVRE:
PRODUÇÃO DE MATERIA ORGÂNICA EXCREMENTAL

PESO VIVO	MAT. ORGÂNICA
100 kg	7,4 kg/dia
1.000 kg	27.000,0 kg/ANO

FONTE: VILLARES ET ALII. F.C.M.B. BOTUCATU, 1975

É comum ouvirmos a indagação: — O búfalo consome mais pastos que os bovinos? Realmente, qualquer animal maior come mais que um menor; qualquer organismo grande necessita de mais alimentação do que um organismo pequeno. Se levarmos em consideração uma unidade animal (UA) representa um bovino de 450 kg de peso vivo, se eu tenho um búfalo de 900 kg, devo admitir que ele estaria colhendo no pasto o dobro da alimentação do bovino (2UA). Mas, não é bem isto o que acontece, porque os búbalinos consomem uma enorme quantidade de alimentos não ingeridos pelos bovinos, inclusive folhas largas, ramos e numerosa vegetação que os bovinos não comem. Por isso é que ele pode às vezes ter 1.000 kg e nem por isso ele está ocupando espaço de 2 unidades animal; está ocupando espaço de 1,7 ou 1,8 unidade animal. Vemos, pois, que búfalos normais de 600 — 650 kg (que poderíamos denominar UA-bubalina), não exercem uma força de pressão sobre as pastarias em mais de 25% aproximadamente, porque o búfalo tem capacidade de colher pasto que o bovino normalmente não colhe e apresentam, ainda, melhor função metabólica de conversão de alimentação pobre em carne e leite.

Os Senhores me desculpem, eu não queria me demorar muito, mas a matéria é muito extensa. Se o assunto for olhado sob o ponto de vista de justiça, creio que é perceptível que nós, criadores de búfalos, somos credores de alguma atenção e algum benefício do Governo. O setor necessita de estímulo e precisamos de apoio do Governo, considerando que além de estarmos criando nova riqueza para nossa pecuária, ensejamos nova opção para uso mais funcional da terra. Até agora nenhum cético dos destinos da bubalinocultura conseguiu desmentir nossas afirmações a favor da conveniência da expansão dessa atividade. O búfalo não é mais uma das muitas tentativas que se faz neste País, constatando-se, muitas vezes, que as coisas não foram favoráveis como se dizia que seriam. O búfalo é o único animal de pecuária, hoje em dia, que está se desenvolvendo passo a passo com a pesquisa. Quando o bovino veio para o Brasil, trazido por Mem de Sá, ninguém sabia como é que ele ia se desenvolver aqui. Depois, os analistas do desempenho do animal foram explicando aquilo, que todo pecuarista já ia sabendo. A pesquisa veio atrás. Com o búfalo a pesquisa está vindo junto, salvo os muitos casos em que ela está na frente. Nada está sendo inventado. Os dados podem ser obtidos na UNESP em Botucatu — SP, no Instituto de Zootecnia em Nova Odessa — SP, no ITAL de Campinas — SP, na EMBRAPA, (no Pará e agora em Pelotas — RS, no CONDEPE em Pernambuco, no IAPAR (no Paraná), onde em Joaquim Távora temos um grande núcleo de búfalos e em uma centena de outros órgãos estaduais ligados à produção animal. É extremamente útil que essa pesquisa esteja sendo feita de forma regionalizada. Não podemos considerar que os resultados da EMBRAPA, em Belém, sejam os mesmos adequados para o Nordeste. Não podemos imaginar que o que se desenvolve lá na área do Brasil Central, pela Secretaria de Agricultura de Mato Grosso em Cuiabá, possa se projetar para o Rio Grande do Sul. Então, como o búfalo é cosmopolita e já está em todo o País, deveria ser regionalizada ainda mais a pesquisa e para isso temos solicitado apoio ao Governo.

— O SENHOR LOMANTO JÚNIOR — Há possibilidade de se introduzir um núcleo de pesquisa na Bahia?

— O SENHOR NELSON BAETA NEVES — Temos pedido ao Fundo Federal Agro-Pecuário a doação de um grupo de cinco fêmeas e um macho para a Bahia, para lá ficar junto a algum órgão da Secretaria de Agricultura ou junto a alguma entidade de pesquisa ou de ensino, como por exemplo uma faculdade de veterinária, para que lá na Bahia se comece através desse núcleo a desenvolver a pesquisa local. Se podemos levar a pesquisa junto, por que não fazê-lo? Com o bovino foi diferente. Com o búfalo, temos possibilidades de acompanhá-lo com a pesquisa. Entendemos que a pesquisa acompanhando a atividade, nos fará ganhar velocidade, queimaremos etapas no desenvolvimento do búfalo.

Finalmente, a par do meu agradecimento à gentileza dos Senhores Parlamentares, peço ao ilustre Senador Leite Chaves e aos Senhores para os quais tive a honra de falar, que nos ajudem. Precisamos que a classe política conscientizada da importância do búfalo, cobre do Governo a adoção de uma política de apoio ao gado bubalino e que trate a atividade como pecuária em fase de consolidação e, portanto, carente de estímulos e apoio governamental. Não podemos deixar, que por falta de conhecimento, credibilidade e amparo, possam vir a serem frustradas as excepcionais perspectivas de desenvolvimento da bubalinocultura, apoiando o búfalo para se firmar como riqueza emergente, em benefício da economia nacional.

Em nome da Comissão Especial de Assuntos da Bubalinocultura, da Confederação Nacional da Agricultura e em nome da Associação Brasileira

de Criadores de Búfalos, bem como de suas delegadas, Associação Rural de Pecuária do Pará, Sociedade Nordestina de Criadores, Associação Goiana de Pecuária e Agricultura, Associação dos Criadores de Búfalos do Maranhão, Associação dos Criadores de Búfalos do Paraná, Associação dos Criadores de Búfalos da Alta Noroeste — São Paulo, reitero os nossos agradecimentos pela gentileza do Exmº Presidente desta Comissão, Senador Leite Chaves e pela atenção de Vossas Excelências, informando-lhes, outrossim, que a bubalinocultura está em acelerada escalada de organização política. Dentro de alguns poucos meses, toda a bubalinocultura brasileira estará devidamente arregimentada, através de nossos delegados, cobrindo todos os Estados brasileiros, onde, sem exceção, os búfalos estão se expandindo, para defender os seus legítimos interesses que se vinculam aos reais interesses da economia rural do País. O setor está procurando abrir e ocupar o seu espaço sem estabelecer competição com outros ramos da pecuária e estarei à disposição dos Senhores, para aqui voltar sempre que o desejarem. Muito obrigado.

— O SR. PRESIDENTE (Leite Chaves) — Dr. Baeta Neves, agradecemos a sua presença e estamos certos de que o que foi dito aqui ficará nos registros da Casa.

Agradecemos aos demais Senadores, Deputados e à ilustre Deputada presente, a atenção com que ouviram nosso ilustre conferencista.

Está encerrada a reunião.

(Levantá-se a reunião às 12 horas e 45 minutos.)

COMISSÕES MISTAS

Do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 1982, que “dispõe sobre a estabilidade dos servidores da União, dos Estados e Municípios, da Administração Direta ou Indireta, que à data da promulgação desta Emenda já tenham cinco ou mais anos de serviço, contínuos ou não”.

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 1982

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezenas e quinze horas e quinze minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Lomanto Júnior, Luiz Fernando Freire, Raimundo Parente, Almir Pinto, Martins Filho, Mauro Benevides e Deputados Darcílio Ayres, Luiz Braz, Osmar Leitão, Milton Brandão, Odulfo Domingues e Celso Peçanha, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 1982, que “dispõe sobre a estabilidade dos servidores da União, dos Estados e Municípios, da Administração Direta ou Indireta, que à data da promulgação desta Emenda já tenham cinco ou mais anos de serviço, contínuos ou não”.

— Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Benedito Canelas, Mendes Canale, Evelásio Vieira, Alberto Silva, Gilvan Rocha e Deputados Antônio Pontes, Juarez Furtado, José Carlos de Vasconcelos, Tídei de Lima e Cristina Tavares.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Lomanto Júnior, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Lomanto Júnior convida o Senhor Celso Peçanha para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado José Carlos Vasconcelos 11 votos
Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Milton Brandão 11 votos
Em branco 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados José Carlos Vasconcelos e Milton Brandão.

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado Milton Brandão, Vice-Presidente, agradece, em nome do Senhor Deputado José Carlos Vasconcelos

e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Almir Pinto para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos*, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais Membros da Comissão e irá à publicação.

Do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 1982, que “dá nova redação ao § 3º do art. 97 da Constituição Federal”.

**ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA
EM 18 DE OUTUBRO DE 1982**

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezenas horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Aderbal Jurema, Jutahy Magalhães, Almir Pinto, Luiz Fernando Freire, Moacyr Dalla, Martins Filho, Alberto Silva, Laélia de Alcântara, Affonso Camargo, Gastão Müller, Mauro Benevides e Deputado Ronaldo Ferreira Dias, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 1982, que “dá nova redação ao § 3º do art. 97 da Constituição Federal”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado os Senhores Deputados Milton Brandão, Luiz Braz, Raimundo Diniz, Adalberto Camargo, João Clímaco, Juarez Furtado, Airtón Sandoval, Amadeu Geara, Marcelo Cerqueira e Felipe Penna.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Aderbal Jurema, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Aderbal Jurema convida o Senhor Deputado Ronaldo Ferreira Dias para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Gastão Müller 12 votos

Para Vice-Presidente:

Senador Martins Filho 11 votos

Em branco 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Gastão Müller e Martins Filho.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador Gastão Müller agradece, em nome do Senhor Senador Martins Filho e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Adalberto Camargo para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Martinho José dos Santos*, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

Do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 1982, que “altera a redação do inciso I do art. 165, da Constituição Federal”.

**ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA
EM 3 DE NOVEMBRO DE 1982**

Aos três dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezenas horas, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Passos Pôrto, João Calmon, Luiz Cavalcante, Aderbal Jurema, Helvídio Nunes, Alberto Silva, Gastão Müller, Leite Chaves e Deputados Francisco Rollemberg, Osmar Leitão, Carlos Santos e Gerles Gama, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 1982, que “altera a redação do inciso I do art. 165, da Constituição Federal”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Lins, Henrique Santillo, Cunha Lima e Deputados Milton Brandão, Antônio Amaral, Maluly Neto, Adhemar Ghisi, Edgard Amorim, Mário Moreira e José Bruno.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Deputado Gerles Gama, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Deputado Gerles Gama convida o Senhor Senador Leite Chaves para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Alberto Silva	11 votos
Em branco	1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador João Calmon	11 votos
Em branco	1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Alberto Silva e João Calmon.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador Alberto Silva agradece, em nome do Senhor Senador João Calmon e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Milton Brandão para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos*, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais Membros da Comissão e irá à publicação.

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 106, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.949, de 13 de julho de 1982, que “cancela débitos fiscais decorrentes da exportação de suco de laranja, no período que menciona”.

**ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA
EM 8 DE OUTUBRO DE 1982**

Aos oito dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezenas horas, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Almir Pinto, Passos Porto, Dulce Braga, João Lúcio, Lourival Baptista, Gábriel Hermes, Leite Chaves, Laélia de Alcântara, Henrique Santillo, Cunha Lima, Alberto Silva e Deputados Simão Sessim, Rosa Flores, Ralph Biasi e Francisco Libardoni, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 106, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.949, de 13 de julho de 1982, que “cancela débitos fiscais decorrentes da exportação de suco de laranja, no período que menciona”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Deputados Cardoso de Almeida, Antônio Pontes, Honorato Viana, José Carlos Fagundes, Luiz Braz, Cardoso Fregapani e Péricles Gonçalves.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Gábriel Hermes, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Gábriel Hermes convida o senhor Deputado Ralph Biasi para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Leite Chaves	13 votos
Senador Cunha Lima	2 votos

Para Vice-Presidente:

Senador Almir Pinto	13 votos
Senador João Lúcio	2 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Leite Chaves e Almir Pinto.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Leite Chaves agradece em nome do Senhor Senador Almir Pinto e no seu próprio, a honra com que fo-

ram distinguidos e designa o Senhor Deputado José Carlos Fagundes, para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 110, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.950, de 14 de julho de 1982, que "Isenta do Imposto de Renda os ganhos auferidos por pessoas físicas em operações com Imóveis, estimula a capitalização das pessoas jurídicas, e dá outras providências".

**ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA
EM 4 DE NOVEMBRO DE 1982**

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezenas horas, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Raimundo Parente, Martins Filho, Luiz Cavalcante, Lourival Baptista, Dulce Braga, Gastão Müller, José Fragelli, Laélia de Alcântara e Deputados Marcelo Linhares, Omar Sabino, Milton Brandão, Darcílio Ayres e Luiz Baccarini, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 110, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 1.950, de 14 de julho de 1982, que "Isenta do Imposto de Renda os ganhos auferidos por pessoas Físicas em operações com imóveis, estimula a capitalização das pessoas Jurídicas, e dá outras provisões".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores João Calmon, Agenor Maria, Orestes Quêrcia e Deputados Rafael Faraco, João Clímaco, Santilli Sobrinho, Alberto Goldman, Luiz Baccarini e Florim Coutinho.

De acordo com o que preceita o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Luiz Cavalcante, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas às cédulas, o Senhor Senador Luiz Cavalcante convida o Senhor Deputado Ruy Côdo para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Luiz Baccarini 13 votos

Para Vice-Presidente:

Deputado Omar Sabino 12 votos
Em branco 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Luiz Baccarini e Omar Sabino.

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado Omar Sabino, no exercício da Presidência, agradece, em nome do Senhor Deputado Luiz Baccarini e no seu próprio nome com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Lourival Baptista para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Mensagem nº 123, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.960, de 23 de setembro de 1982, que "Autoriza o Poder Executivo a contratar ou garantir, em nome da União, as operações de arrendamento mercantil que menciona, e dá outras provisões".

**ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA
EM 30 DE NOVEMBRO DE 1982**

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezenas horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Passos Pôrto, Almir Pinto, Jutahy Magalhães, Moacyr Dalla, Gastão Müller, Saldanha Derzi, Mauro Benevides, Laélia Alcântara, João Lúcio e Deputados Evaldo Amaral, Walber Gui-

marães e Carlos Cotta, reúne-se a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Mensagem nº 123, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.960, de 23 de setembro de 1982, que "Autoriza o Poder Executivo a contratar ou garantir, em nome da União, as operações de arrendamento mercantil que menciona, e dá outras provisões".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Aderbal Jurema, Itamar Franco e Deputados Manoel Gonçalves, João Arruda, Igo Losso, Marcondes Gadelha, Cesário Barreto, Geraldo Fleming, Max Mau-ro e José Maria de Carvalho.

De acordo com o que preceita o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Almir Pinto, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas às cédulas, o Senhor Senador Almir Pinto convida o Senhor Deputado Carlos Cotta para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Walber Guimarães 11 votos
Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Cesário Barreto 11 votos
Em branco 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Walber Guimarães e Cesário Barreto.

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado Walber Guimarães agradece, em nome do Senhor Deputado Cesário Barreto e no seu próprio nome com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Passos Pôrto para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauly Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais Membros da Comissão e irá à publicação.

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Mensagem nº 125, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.962, de 1º de outubro de 1982, que "dispõe sobre a retribuição dos professores do magistério da Marinha, e dá outras provisões".

**ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA
EM 1º DE DEZEMBRO DE 1982**

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezenas horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Lourival Baptista, Jutahy Magalhães, Passos Pôrto, Almir Pinto, Laélia de Alcântara, Gastão Müller, Afonso Camargo, Alberto Silva, Mauro Benevides e Deputados Rômulo Galvão, Olivir Gabardo, Carlos Sant'Ana e Peixoto Filho, reúne-se a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Mensagem nº 125, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.962, de 1º de outubro de 1982, que "Dispõe sobre a retribuição dos professores do Magistério da Marinha, e dá outras provisões".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Aderbal Jurema, João Lúcio e Deputados Ary Kffury, Hélio Campos, José Ribeiro Machado, José Torres, Braga Ramos, Geraldo Fleming e Jackson Barreto.

De acordo com o que preceita o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Almir Pinto, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas às cédulas, o Senhor Senador Almir Pinto convida o Senhor Deputado Carlos Sant'Ana para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Olivir Gabardo 12 votos
Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Ary Kffury	12 votos
Em branco	1 voto

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado Olivir Gabardo agradece, em nome do Senhor Deputado Ary Kffury e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Lourival Baptista para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais Membros da Comissão e irá à publicação.

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 29, de 1982-CN, que “dispõe sobre a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior”.

**ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA
EM 15 DE OUTUBRO DE 1982**

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezenas horas, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Raimundo Parente, Aloysio Chaves, Almir Pinto, Jutahy Magalhães, Henrique Santillo, José Fragelli, Affonso Camargo, Saldanha Derzi, Mauro Benevides e Deputados Darcylio Ayres, Milton Brandão, Odulfo Domingues, Alcir Pimenta, Hélio Duque, Gerles Gama e Peixoto Filho, reúne-se a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 29, de 1982-CN, que “dispõe sobre a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Lenoir Vargas, João Calmon e Deputados Augusto Lucena, Adolfo Franco, Adalberto Camargo e Modesto da Silveira.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Almir Pinto, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Almir Pinto convida o Senhor Deputado Alcir Pimenta para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Gerles Gama	15 votos
Em branco	1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Milton Brandão	15 votos
Em branco	1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Gerles Gama e Milton Brandão.

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado Gerles Gama, agradece em nome do Senhor Deputado Milton Brandão e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Raimundo Parente para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

Do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 33, de 1982-CN, que “cria o Registro Nacional de Transportes Rodoviários de Bens, fixa condições para o exercício da atividade, e dá outras providências”.

**ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA
EM 19 DE NOVEMBRO DE 1982.**

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezenas horas, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Fed-

ral, presentes os Senhores Senadores Aloysio Chaves, Lomanto Júnior, Luiz Cavalcante, João Lúcio, Alberto Silva, Gastão Müller, Affonso Camargo, Saldanha Derzi, Leite Chaves e Deputados Nilson Gibson, Walter de Prá e Odulfo Domingues, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 33, de 1982-CN, que “Cria o Registro Nacional de Transportes Rodoviários de Bens, fixa condições para o exercício da atividade, e dá outras providências”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Vicente Vuolo, Benedito Ferreira e Deputados Raymundo Diniz, Cesário Barreto, Hermes Macedo, Tidei de Lima, Octacílio Almeida, Geraldo Fleming, Júlio Costamilan e Felippe Penna.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Luiz Cavalcante, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Luiz Cavalcante convida o Senhor Deputado Odulfo Domingues para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Tidei de Lima	11 votos
Em branco	1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Nilson Gibson	11 votos
Em branco	1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Tidei de Lima e Nilson Gibson.

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado Nilson Gibson, Vice-Presidente, agradece, em nome do Senhor Deputado Tidei de Lima e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Aloysio Chaves para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

Do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 31, de 1982 — (CN), que “altera o artigo 30 da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, que cria a Fundação Habitacional do Exército, e dá outras providências”.

ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 1982.

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezenas horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Luiz Cavalcante, Lourival Baptista, Almir Pinto, Gastão Müller, José Fragelli, Mauro Benevides, Laélia de Alcântara e Deputados Paulo Studart, Odulfo Domingues, Simão Sessim, Italo Conti e Gerles Gama, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 31, de 1982 — (CN), que “altera o artigo 30 da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, que cria a Fundação Habitacional do Exército, e dá outras providências”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Díndarte Mariz, Murilo Badaró, Raimundo Parente, Agenor Maria e Deputados Raymundo Diniz, Ney Ferreira, Carlos Santos, Carlos Cotta, Eloar Guazelli e Baldacci Filho.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Deputado Gerles Gama, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Lourival Baptista, que emite parecer favorável ao Projeto.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado, sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Frederic Pinheiro Barreira, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

Do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 33, de 1982-CN, que "Cria o Registro Nacional de Transportes Rodoviários de Bens, fixa condições para o exercício da atividade, e dá outras providências".

ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 1982

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezenove horas, na Sala da Comissão de Finanças, presentes os Senhores Senadores Moacyr Dalla, Aloysio Chaves, Lomanto Júnior, Laélia de Alcântara, Gastão Müller, Affonso Camargo, Saldanha Derzi, Mauro Benevides e Deputados Nilson Gibson, Walter de Prá, Odulfo Domingues e Paulo Lustosa, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 33, de 1982-CN, que "Cria o Registro Nacional de Transportes Rodoviários de Bens, fixa condições para o exercício da atividade, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Benedito Ferreira, Luiz Cavalcante, João Lúcio e Deputados Oswaldo Melo, Castejon Branco, Tidei de Lima, Octávio Almeida, Geraldo Fleming, Júlio Costamilan e Felippe Penna.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Deputado Nilson Gibson, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente comunica o recebimento de Ofícios da Liderança do Partido Democrático Social, no Senado Federal, indicando o Senhor Senador Moacyr Dalla, em substituição ao Senhor Senador Vicente Voulo; da Liderança do mesmo Partido, na Câmara dos Deputados, os Senhores Deputados Oswaldo Melo, Castejon Branco e Paulo Lustosa, em substituição aos Senhores Deputados Raymundo Diniz, Cesário Barreto e Hermes Macedo; finalmente, da Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, no Senado Federal, os Senhores Senadores Mauro Benevides e Laélia de Alcântara, para integrarem a Comissão, em substituição aos Senhores Senadores Leite Chaves e Alberto Silva, anteriormente designados.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senhor Senador Aloysio Chaves, que emite parecer favorável ao Projeto, na forma apresentada.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado, sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

ATA DA 13ª REUNIÃO, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 1982.

Às onze horas, do dia vinte e quatro de novembro de mil novecentos e oitenta e dois, na Sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Luiz Viana, Presidente, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores, com a presença da Senhora Senadora Dulce Braga e dos Senhores Senadores Bernardino Viana, Lourival Baptista, Mauro Benevides, Aloysio Chaves, Leite Chaves, Martins Filho, José Richa, Lomanto Júnior e Tancredo Neves.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Tarso Dutra, Amaral Peixoto, João Calmon, José Sarney, Paulo Brossard, Evelásio Vieira, José Richa, Mauro Benevides, Marcos Freire e Leite Chaves.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Prosseguindo, o Senhor Presidente esclarece à Comissão, que a reunião terá por finalidade a apreciação das matérias constantes da pauta, previamente distribuída, e ainda, ouvir as exposições que farão os Senhores David Silveira da Mota Júnior e Affonso Arinos de Mello Franco, indicados para exercerem as funções de Embaixadores do Brasil junto ao Reino da Bélgica e à República da Venezuela, respectivamente, sobre as missões que desempenharão. Salientando, que para tal finalidade, a reunião deverá ser em caráter secreto. Dessa forma, antes de conceder a palavra ao primeiro expositor, o Senhor Presidente determina que a reunião torne-se secreta, para ouvir os referidos Diplomatas, bem como, para deliberar sobre as seguintes matérias: Mensagem nº 207, de 1982, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, a escolha do Senhor David Silveira da Mota Júnior, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica. Relator: Senador Lourival Baptista. Men-

sagem nº 208, de 1982, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, a escolha do Senhor Affonso Arinos de Mello Franco, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Venezuela. Relator: Senador Bernardino Viana. Mensagem nº 222, de 1982, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, a escolha do Senhor Marcelo Dezon Costa Hasslocher, Embaixador do Brasil junto à República Popular de Moçambique, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbabue. Relator: Senador Mauro Benevides. E, Mensagem nº 228, de 1982, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, a escolha do Senhor Ernesto Alberto Ferreira de Carvalho, Embaixador do Brasil junto à República da Costa do Marfim, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa. Relator: Senador Lourival Baptista.

Reaberta a reunião, em caráter público, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara cumprida a finalidade da mesma.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Paulo Roberto Almeida Campos, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador *Luiz Viana*.

ATA DA 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 1982.

Às dezenove horas, do dia trinta de novembro de mil novecentos e oitenta e dois, na Sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Luiz Viana, Presidente, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Relações Exteriores, com a presença dos Senhores Senadores Martins Filho, Aloysio Chaves, Lourival Baptista, Tancredo Neves, Bernardino Viana, Saldanha Derzi, Moacyr Dalla e Luiz Fernando Freire.

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Senhores Senadores Tarso Dutra, Lomanto Júnior, Amaral Peixoto, João Calmon, José Sarney, Paulo Brossard, Evelásio Vieira, José Richa, Mauro Benevides, Marcos Freire e Leite Chaves.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Prosseguindo, o Senhor Presidente dá ciência à Comissão, das matérias constantes de pauta, determinando que a reunião torne-se secreta, para deliberar sobre as mesmas. E são apreciadas as seguintes Mensagens: nº 257, de 1982, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, a escolha do Senhor Mauro Sérgio da Fonseca Couto, Embaixador do Brasil junto à República Popular de Angola, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de São Tomé e Príncipe. Relator: Senador Lourival Baptista. E, nº 258, de 1982, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, a escolha do Senhor Joayton Martins Cahú, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas. Relator: Senador Tancredo Neves.

Reaberta a reunião, em caráter público, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara cumprida a finalidade da mesma.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Paulo Roberto Almeida Campos, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador *Luiz Viana*.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

ATA DA 6ª REUNIÃO, REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 1982

Às onze horas do dia primeiro de dezembro de mil novecentos e oitenta e dois, na Sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, no Anexo das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Agenor Maria, reúne-se a Comissão de Serviço Público Civil, com a presença dos Senhores Senadores Raimundo Parente, Lourival Baptista e Aderbal Jurema. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Moacyr Dalla, Gastão Müller e a Senhora Senadora Laélia de Alcântara. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da matéria constante da pauta. A Presidência concede a palavra ao Senhor Senador Lourival Baptista para emitir o seu parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 1982, que "Altera a estrutura da categoria funcional de Técnico de Censura do Grupo-Polícia Federal, constante do Anexo IV do Decreto-lei nº 182, de 11 de dezembro de 1980". Não há debates, e a Comissão, por unanimidade de seus membros presentes, aprova o parecer do Relator, que conclui favoravelmente ao projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Luiz Cláudio de Brito, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
ATA DA 35ª REUNIÃO (ORDINÁRIA), REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 1982

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de novembro de mil novecentos e oitenta e dois, na Sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, no Anexo das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Aloysio Chaves, Presidente, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Senadores Bernardino Viana, Almir Pinto, Aderbal Jurema, Leite Chaves, José Fragelli, Affonso Camargo, José Lins e a Senhora Senadora Dulce Braga. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Lenoir Vargas, Murilo Badaró, Moacyr Dalla, Raimundo Parente, Dirceu Cardoso, Franco Montoro, Mendes Canale, Orestes Quêrcia e Tancredo Neves. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência dá ciência à Comissão do recebimento do Ofício nº 92/82, do Senhor Diretor da Secretaria de Serviços Especiais do Senado Federal, solicitando autorização para que seja providenciada a transferência da estante instalada na sala de reuniões desta Comissão para o Gabinete da sua Secretaria. Ao justificar a medida, afirma sua Senhoria que "a transferência de local da referida estante é extremamente necessária, vez que ela obstrui a Canaleta de retorno do ar condicionado da sala e, por consequência, a sala fica prejudicada em sua refrigeração". Não há mais expediente a ser lido. Passa-se à apreciação das matérias constantes da pauta e, pela ordem, a Presidência esclarece que o Senador Benedito Canellas, Relator do item 1 (um) da pauta — Projeto de Resolução da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 136, de 1982, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro da Fazenda, para que seja autorizado o Governo do Estado de Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 546.776.000,00 (quinhentos e quarenta e seis milhões, setecentos e setenta e seis mil cruzeiros) — está ausente. O parecer do Relator é favorável, por constitucional e jurídico, e, assim sendo, a Presidência solicita a Senhora Senadora Dulce Braga para ler o parecer. Lido o parecer do Relator, a Comissão o aprova, por unanimidade. Prosseguindo, a Presidência concede a palavra a Senhora Senadora Dulce Braga para emitir o seu parecer sobre o Projeto de Resolução da Comissão de Economia, à Mensagem nº 175, de 1982, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Cândido Mota (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 114.178.153,00 (cento e quatorze milhões, cento e setenta e oito mil, cento e cinqüenta e três cruzeiros). Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer da Relatora, que conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico. Continuando com a palavra, a Senhora Senadora Dulce Braga lê o seu parecer sobre o Ofício "S" nº 16, de 1982, "do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando ao Senado Federal, cópias das notas taquigráficas e do acordão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 96.390-1, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade do § 2º do artigo 165, da Lei Municipal nº 37, de 6 de julho de 1977, do Município de Rancharia, daquele Estado". Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer favorável da Relatora, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução. Em seguida, a Presidência concede a palavra ao Senhor Senador Aderbal Jurema para emitir o seu parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 190, de 1982-DF (Mensagem nº 221, de 1982), que "dispõe sobre a delegação de competência na Administração do Distrito Federal". Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do Relator, que conclui favoravelmente, por constitucional e jurídico. Dando continuidade aos trabalhos, a Presidência esclarece à Comissão que o Senhor Senador Moacyr Dalla, Relator do próximo item da pauta, está ausente. O parecer do Relator é favorável, por constitucional e jurídico, e, assim sendo, a Presidência solicita ao Senhor Senador Aderbal Jurema para ler o parecer do Relator sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1982, que "altera dispositivos do Código Civil Brasileiro". Lido o parecer, a Comissão o aprova, por unanimidade dos seus membros presentes. A seguir, a Presidência concede a palavra ao Senhor Senador José Fragelli para emitir o seu parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1982, que "altera dispositivo da Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, que instituiu o Código da Propriedade Industrial, estabelecendo a competência da Justiça do Trabalho nos casos que específica". Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do Relator, que conclui favoravelmente ao projeto, por

constitucional e jurídico. Ainda, com a palavra, o Senhor Senador José Fragelli lê o seu parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 1981, que "modifica a redação do artigo 42 e do inciso XXIX do artigo 89, da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito". Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do Relator, que conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico. Continuando, a Presidência solicita ao Senhor Senador Bernardino Viana para ler o parecer do Senhor Senador Raimundo Parente (ausente), Relator do item seguinte da pauta — Projeto de Resolução da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 174, de 1982, "do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Porto Velho (RO) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.024.242.465,90 (um bilhão, vinte e quatro milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e cinco cruzeiros e noventa centavos)". Lido o parecer do Relator, que conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico, a Comissão o aprova, por unanimidade dos seus membros presentes. Continuando com a palavra, o Senhor Senador Bernardino Viana lê outro parecer do Senhor Senador Raimundo Parente sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1982, que "altera dispositivo da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 — Estatuto da Terra". O parecer do Relator conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico. Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do Relator. Para proferir o próximo item da pauta, a Presidência concede a palavra ao Senhor Senador Aderbal Jurema que lê o seu parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1981, que "acrescenta §§ 2º e 3º ao artigo 482, da Consolidação das Leis do Trabalho". Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do Relator, que conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico. Ainda, com a palavra, o Senhor Senador Aderbal Jurema emite o seu parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1981, que "dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de empresas beneficiadas com incentivos fiscais na área de atuação da SUDENE". Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do Relator, que conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico. Em seguida, a Presidência concede a palavra ao Senhor Senador Leite Chaves para emitir o seu parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1977, que "acrescenta incisos ao artigo 87 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil". Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do Relator, que conclui favoravelmente ao projeto por constitucional e jurídico, com a Emenda nº 1-CCJ que oferece. Prosseguindo com a palavra, o Senhor Senador Leite Chaves emite o seu parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 239, de 1981, que "estabelece requisito indispensável à aprovação de investimentos na área do PROÁLCOOL". Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do Relator, que conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico. A seguir, a Presidência concede a palavra ao Senhor Senador Bernardino Viana para emitir o seu parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1982, que "regula o processo de fiscalização, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo, e dá outras providências". Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do Relator, que conclui pela tramitação conjunta com o PLS nº 104, de 1981. Continuando com a palavra, o Senhor Senador Bernardino Viana emite o seu parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 1981, que "altera e revoga dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho e na Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para o fim de unificar a prescrição no Direito do Trabalho". Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do Relator, que conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico. Ainda, pela ordem, a Presidência solicita ao Senhor Senador Almir Pinto para ler o parecer do Senhor Senador Murilo Badaró (ausente), Relator do item seguinte da pauta — Projeto de Lei do Senado nº 321, de 1980, que "altera a legislação orgânica do Tribunal de Contas da União e determina outras providências, visando melhor aparelhar o controle da administração pública federal, direta ou indireta". Lido o parecer do Relator, que conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico, a Comissão o aprova, por unanimidade dos seus membros presentes. Continuando com a palavra, o Senhor Senador Almir Pinto lê outro parecer do Senhor Senador Aderbal Jurema sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1982, que "modifica dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 — Código de Mineração, com as alterações posteriores". O parecer do Relator conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico. Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do Relator. Em seguida, a Presidência solicita ao Senhor

Senador Aderbal Jurema para ler o parecer do Senhor Senador Lenoir Vargas (ausente), Relator do próximo item da pauta — Emenda nº 2, de Plenário, ao Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1981, que “acrescenta inciso ao artigo 649, do Código de Processo Civil, para tornar impenhorável o imóvel hipotecado ao Sistema Financeiro de Habitação”. Lido o parecer do Relator, que conclui favoravelmente à Emenda, por constitucional e jurídica, a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do Relator. Continuando com a palavra o Senhor Senador Aderbal Jurema lê outro parecer do Senhor Senador Lenoir Vargas sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 1981, que “altera dispositivos da Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, dispondo sobre os Conselhos Federal e Regionais de Economia”. O parecer do Relator conclui favoravelmente ao Projeto, por constitucional e jurídico. Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do Relator. Dando continuidade aos trabalhos, a Presidência concede a palavra à Senhora Senadora Dulce Braga para emitir o seu parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 1981, que “retifica, sem ônus, a Lei nº 6.867, de 3 de dezembro de 1980, que “estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1981”. Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer da Relatora, que conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico. Prosseguindo com a palavra, a Senhora Senadora Dulce Braga emite o seu parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 1982, que “retifica, sem ônus, à Lei nº 6.962, de 7 de dezembro de 1981, que “estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1982”. Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer da Relatora, que conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico. Continuando, a Presidência concede a palavra ao Senhor Senador José Fragelli para emitir o seu parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1982, que “veda novas inscrições no Quadro de Provisionados da Ordem dos Advogados do Brasil e, mediante alterações na Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, assegura, aos atualmente inscritos nesse Quadro, o amplo direito de exercício da profissão de Advogado”. Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do Relator, que conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico. A seguir, a Presidência solicita ao Senhor Senador Bernardino Viana para ler o parecer do Senhor Senador Raimundo Parente (ausente), Relator do próximo item da pauta — Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1980, que “dá nova redação ao artigo 5º da Lei nº 6.678, de 14 de agosto de 1979, que dispõe sobre a requisição de servidores públicos da administração direta ou autárquica pela Justiça Eleitoral e dá outras providências”. Lido o parecer do Relator, que conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico, a Comissão o aprova, por unanimidade dos seus membros presentes. Continuando com a palavra, o Senhor Senador Bernardino Viana lê outro parecer do Senhor Senador Raimundo Parente sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1982, que “altera dispositivo da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal”. O parecer do Relator conclui favoravelmente ao projeto por constitucional e jurídico. Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do Relator. Ainda, pela ordem, a Presidência solicita ao Senhor Senador Almir Pinto para ler o parecer do Senhor Senador Murilo Badaró (ausente), Relator do próximo item da pauta — Projeto de Lei do Senado nº 272, de 1980, que “fixa normas para a escolha de dirigentes das Universidades e dos estabelecimentos isolados de ensino superior”. Lido o parecer do Relator, que conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico, a Comissão o aprova, por unanimidade dos seus membros presentes. Continuando com a palavra, o Senhor Senador Almir Pinto lê outro parecer do Senhor Senador Murilo Badaró sobre o Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1982, que “dispõe sobre o envio regular de informações a respeito da evolução da política externa. O parecer do Relator conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico. Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do Relator. Em seguida, a Presidência solicita ao Senhor Senador Aderbal Jurema para ler o parecer do Senhor Senador Lenoir Vargas (ausente), Relator do item seguinte da pauta — Emendas nºs 1 e 2, da Câmara, ao Projeto de Lei do Senado nº 118, de 1974, que “define os crimes da responsabilidade do Governador e dos Secretários do Governo do Distrito Federal e dá outras providências”. Lido o parecer do Relator, que conclui favoravelmente às Emendas, por constitucionais e jurídicas, a Comissão, por unanimidade dos seus membros presentes, aprova o parecer do Relator. Prolongando com a palavra, o Senhor Senador Aderbal Jurema lê outro parecer do Senhor Senador Lenoir Vargas sobre o Projeto de Lei do Senado nº 285, de 1981, que “cria o Conselho para a Promoção dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Homem”. O parecer do Relator conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico. Não há debates, e a Comissão, por unanimidade,

aprova o parecer do Relator. Continuando, a Presidência concede a palavra ao Senhor Senador Leite Chaves para emitir o seu parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 371, de 1981, que “proíbe qualquer critério discriminatório envolvendo sexo, raça, credo religioso, trabalho, estatura, idade ou qualquer outra circunstância decorrente do nascimento e independente do direito de escolha pessoal do indivíduo e dá outras providências”. Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do Relator, que conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico. Novamente com a palavra, o Senhor Senador Leite Chaves emite o seu parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 53, de 1981, que “obriga os fabricantes de colas ou fluidos para limpeza de máquinas a adicionarem a estes produtos repelentes odoríferos que impeçam a sua utilização como entorpecentes e dá outras providências”. Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do Relator, que conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico. Dando continuidade aos trabalhos, a Presidência concede a palavra à Senhora Senadora Dulce Braga para emitir o seu parecer sobre o Projeto de Resolução da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 148, de 1982, “do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Paulínia (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 388.960.840,88 (trezentos e oitenta e oito milhões, novecentos e sessenta mil, oitocentos e quarenta cruzeiros e oitenta e oito centavos)”. Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer da Relatora, que conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico. Ainda, com a palavra, a Senhora Senadora Dulce Braga lê o seu parecer sobre o Projeto de Resolução da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 158, de 1982, “do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 669.559.790,90 (seiscentos e sessenta e nove milhões, quinhentos e cinqüenta e nove mil, setecentos e noventa cruzeiros e noventa centavos)”. Não há debates e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer da Relatora, que conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico. Em seguida, a Presidência solicita ao Senhor Senador Bernardino Viana para ler o parecer do Senhor Senador Raimundo Parente (ausente), Relator do próximo item da pauta — Projeto de Resolução da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 179, de 1982, “do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Taguatinga (GO), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 7.754.525,57 (sete milhões, setecentos e cinqüenta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco cruzeiros e cinqüenta e sete centavos)”. Lido o parecer do Relator, que conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico, a Comissão o aprova, por unanimidade dos seus membros presentes. Continuando com a palavra, o Senhor Senador Bernardino Viana lê outro parecer do Senhor Senador Raimundo Parente sobre o Projeto de Resolução da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 182, de 1982, “do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Arapoema (GO) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 8.685.149,40 (oito milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, cento e quarenta e nove cruzeiros e quarenta centavos)”. O parecer do Relator conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico. Não há debates e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do Relator. Ainda, pela ordem, a Presidência solicita à Senhora Senadora Dulce Braga para ler o parecer do Senhor Senador Benedito Canellas (ausente), Relator do próximo item da pauta — Projeto de Resolução da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 140, de 1982, “do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Alto Araguaia (MT) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 56.508.859,95 (cinquenta e seis milhões, quinhentos e oito mil, oitocentos e cinqüenta e nove cruzeiros e noventa e cinco centavos)”. Lido o parecer do Relator, que conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico, a Comissão o aprova, por unanimidade dos seus membros presentes. Continuando com a palavra, a Senhora Senadora Dulce Braga lê outro parecer do Senhor Senador Benedito Canellas, sobre o Projeto de Resolução da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 171, de 1982, “do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Mirassol d’Oeste (MT) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$

102.000.000,00 (cento e dois milhões de cruzeiros). O parecer do Relator conclui favoravelmente ao projeto, por constitucional e jurídico. Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do Relator. A seguir, a Presidência concede a palavra ao Senhor Senador Aderbal Jurema para emitir o seu parecer sobre o Projeto de Resolução nº 19, de 1981, que "extingue o processo de votação simbólica". Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do Relator, que conclui pela rejeição do projeto, por desfigurar uma das características da votação. Prosseguindo com a palavra, o Senhor Senador Aderbal Jurema emite o seu parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 108 e 264, de 1980, que "permite o abono de faltas do trabalhador-estudante em dias de exame escolar". Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do Relator, que conclui favoravelmente ao PLS nº 264/80 e pela prejudicialidade do PLS nº 108/80. Continuando, a Presidência solicita ao Senhor Senador Aderbal Jurema para ler o parecer do Senhor Senador Moacyr Dalla (ausente), Relator do próximo item da pauta — Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1979, que "revoga dispositivo da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, os Decretos-lei nºs 672 e 1.273, respectivamente, de 4 de julho de 1969 e 29 de maio de 1973, e dá outras providências". Lido o parecer do Relator, que conclui contrariamente ao projeto, por inconstitucional, a Comissão o aprova, por unanimidade dos seus membros presentes. Em seguida, a Presidência concede a palavra à Senhora Senadora Dulce Braga para emitir o seu parecer sobre o Projeto de Resolução nº 159, de 1982, que "transforma a Categoria Funcional de Motorista Oficial em Categoria de Agente de Transporte Legislativo e dá outras providências". Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer da Relatadora, que conclui favoravelmente ao projeto e às Emendas de nºs 1 e 2, na forma das Subemendas que apresenta. A seguir, a Presidência determina a inclusão extra-pauta do Projeto de Lei do Senado nº 343, de 1981, que "dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas com a construção e manutenção de creches destinadas aos filhos de seus empregados". A Presidência esclarece que o Senhor Senador Almir Pinto,

Relator da matéria, apresentou parecer contrário, por inconstitucional, na reunião de 2 de junho do corrente ano, na qual foi concedida Vista Conjunta aos Senhores Senadores Moacyr Dalla e José Fragelli. Em seguida, a Presidência concede a palavra ao Senhor Senador José Fragelli para ler o seu voto. Lido o voto do Senhor Senador José Fragelli, o Senhor Senador Almir Pinto manifesta-se de acordo com as conclusões oferecidas pelo Senhor Senador José Fragelli e retira o parecer que apresentou, bem como declina da condição de Relator da matéria. A Presidência, em substituição ao Senhor Senador Almir Pinto, designa o Senhor Senador José Fragelli para Relator da matéria. Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator, que conclui pela constitucionalidade e juridicidade do projeto, com Voto Vencido do Senhor Senador Bernardino Viana. Prosseguindo, a Presidência dá conhecimento à Comissão do recebimento do Ofício SM/Nº 277, do Senhor 1º-Secretário do Senado Federal, comunicando que o Governo do Rio Grande do Norte não respondeu, dentro do prazo regimental, ao pedido de informações desta Comissão, sobre a Mensagem nº 99, de 1982, razão pela qual o Senhor Presidente propõe ao plenário que seja reiterado aquele pedido de diligência, tendo os membros presentes, por unanimidade, aprovado a proposta da Presidência. Antes de encerrar os trabalhos, a Presidência concede a palavra ao Senhor Senador Leite Chaves que a solicitou para despedir-se dos seus colegas e amigos integrantes desta Comissão, em virtude de estar prestes a findar o seu mandato Senatorial. Sua Excelência faz um breve histórico da sua passagem como membro desta Comissão, exaltando-a como o mais importante Órgão desta Casa do Congresso Nacional. Os Senhores Senadores José Fragelli, Aderbal Jurema, Almir Pinto e Aloysio Chaves, em apartes enalteceram a pessoa de Leite Chaves e do Profissional que soube honrar esta Comissão e a Casa, através de sua autenticidade como homem político e de sua austeridade na defesa de suas idéias que tanto contribuiram para o enriquecimento dos trabalhos deste órgão técnico do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, *Daniel Reis de Souza*, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.